



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO PIAUÍ (IFPI)

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)



SEBASTIÃO BARBOSA CARVALHO

**AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL: O TRANSPORTE ESCOLAR EM FOCO**

Parnaíba-PI

2024

SEBASTIÃO BARBOSA CARVALHO

**AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL: O TRANSPORTE ESCOLAR EM FOCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica. Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita

Parnaíba-PI

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C331c Carvalho, Sebastião Barbosa

As condições de desenvolvimento de um Centro Estadual de Educação Profissional Rural: o transporte escolar em foco/ Sebastião Barbosa Carvalho. - Parnaíba - PI, 2024.

137 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Parnaíba, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Educação do Campo e Rural. 3. Avanços e Desafios. 4. PROFEPT. I. Título.

CDD - 378.013

Elaborado por Isabel dos Santos Lima CRB 3/1060

SEBASTIÃO BARBOSA CARVALHO

**AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL: O TRANSPORTE ESCOLAR EM FOCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.
Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica. Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 27 de fevereiro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL FERNANDES DE MESQUITA**
Data: 09/05/2024 18:07:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita
Instituto Federal do Piauí
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **EMANOELA MOREIRA MACIEL**
Data: 07/05/2024 15:21:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Emanoela Moreira Maciel
Instituto Federal do Piauí
Membro

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ ANTONIO FELIX JUNIOR**
Data: 08/05/2024 14:36:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Antonio Felix Júnior
Instituto Federal de Alagoas
Membro

SEBASTIÃO BARBOSA CARVALHO

**AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL: O TRANSPORTE ESCOLAR EM FOCO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica. Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 27 de fevereiro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL FERNANDES DE MESQUITA**
Data: 09/05/2024 18:07:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita
Instituto Federal do Piauí
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **EMANOELA MOREIRA MACIEL**
Data: 07/05/2024 15:21:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Emmanoela Moreira Maciel
Instituto Federal do Piauí
Membro

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ ANTONIO FELIX JÚNIOR**
Data: 08/05/2024 14:36:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Antonio Felix Júnior
Instituto Federal de Alagoas
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao onipresente, onisciente e onipotente DEUS – bondoso e misericordioso –, que pela presença e orientação, deu-me forças e iluminou o meu caminho ao longo desta jornada de estudos e aprendizados.

A minha amada FAMÍLIA, cujo apoio contínuo foi essencial para a conclusão desta pesquisa. O amor, o carinho, a compreensão e incentivo recebidos foram os ingredientes base para transformar um sonho em realidade.

Em especial, à minha querida irmã, MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA DO VALE CARVALHO, que partiu prematuramente no decorrer desta pesquisa. Ela não só compartilhou o espaço da sua casa para que eu pudesse focar mais intensamente nos estudos, como também inspirou o meu trabalho com seu espírito alegre e acolhedor.

A(o)s AMIGO(A)S que me incentivaram a continuar a caminhada, compreendendo as ausências quando necessárias para o trabalho acadêmico, especialmente, os companheiros de sala de aula que compartilharam o percurso comigo, sendo uma fonte de grande valor emocional e de motivação.

Ao meu ORIENTADOR de pesquisa, cuja compreensão, escuta atenta, incentivo e sensibilidade foram cruciais ao longo deste percurso acadêmico. Sua orientação dedicada, com paciência e discernimento, e apoio constante enriqueceram minha pesquisa e fortaleceram meu desenvolvimento como pesquisador. Meu AMIGO, agradeço por sua paciência e discernimento, sem dúvida, foram fundamentais para a superação dos desafios e alcance dos objetivos deste trabalho.

Aos PROFESSORES DOUTORES que contribuíram de maneira significativa para o meu crescimento acadêmico, oportunizando conhecimentos inestimáveis e encorajamentos contínuos.

Aos GESTORES, PROFESSORES, ESTUDANTES, PAIS/MÃES, ADVOGADO, PROFISSIONAIS DE APOIO E SERVIÇO ESCOLAR, todo(a)s que contribuíram com a realização desta pesquisa, por meio da partilha do conhecimento.

Muito obrigado!

Ao meu filho ISAQUE SOUSA CARVALHO, que devo minha maior inspiração e crescimento pessoal. A troca de palavras, marcada por alegrias e lágrimas nos olhos, quando distantes ou perto um do outro, transformaram minha jornada em uma busca por compreensão e sensibilidade. Tornou-se meu mestre, ensinando-me a ser mais humano, bondoso e compreensível.

RESUMO

O estudo teve como principal objetivo analisar o desenvolvimento de um Centro Estadual de Educação Profissional Rural (CEEPRU), situado em ambiente afastado de um centro urbano e que atende comunidades rurais, a partir do foco no papel do transporte escolar neste processo. A fim de contextualizar o problema da investigação e atingir os objetivos previstos, considerou-se uma parte da história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e no Piauí. Em seguida, foi realizado um estudo de caso de caráter descritivo e de cunho qualitativo, produzindo os dados e informações por meio da observação e da entrevista de modo que foi possível o conhecimento da estrutura administrativa e pedagógica do CEEPRU, a identificação de elementos que obstaculizam ou facilitam o desenvolvimento de suas atividades e a compreensão da relação das condições socioeconômicas da comunidade – todos levando em conta o transporte escolar – onde está inserida a escola com o seu desenvolvimento. Os resultados revelam principalmente avanços no número de alunos e na oferta de cursos profissionalizantes e desafios quanto à localização remota da escola, incluindo vulnerabilidade social e obstáculos no transporte. A relevância do tratamento diferenciado aos alunos do campo foi evidenciada, enquanto a demanda por recursos impacta negativamente. O transporte escolar emerge como um componente crucial na superação de barreiras e no progresso educacional e econômico da comunidade. A partir dos resultados, foi construído um podcast em áudio como Produto Educacional (PE), contendo a situação vivenciada pelos alunos do campo que usam o transporte escolar, observando obstáculos e facilitadores em termos de desenvolvimento da instituição de ensino, sendo oportunizadas reflexões e tomadas de decisão, a partir do compartilhamento de experiências.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Educação do Campo e Rural; Avanços e Desafios; PROFEPT.

ABSTRACT

The main objective of the study was to analyze the development of a State Center for Rural Professional Education (CEEPRU), located in an environment far from an urban center and serving rural communities, focusing on the role of school transport in this process. In order to contextualize the research problem and achieve the expected objectives, a part of the history of Professional and Technological Education (EPT) in Brazil and Piauí was considered. Next, a descriptive and qualitative case study was carried out, producing data and information through observation and interviews so that it was possible to gain knowledge of the administrative and pedagogical structure of CEEPRU, the identification of elements that hinder or facilitate the development of its activities and the understanding of the relationship between the socioeconomic conditions of the community – all taking into account school transport – where the school is located and its development. The results mainly reveal advances in the number of students and the provision of professional courses and challenges regarding the school's remote location, including social vulnerability and transport obstacles. The relevance of different treatment for rural students was highlighted, while the demand for resources has a negative impact. School transportation emerges as a crucial component in overcoming barriers and in the educational and economic progress of the community. Based on the results, an audio podcast was created as an Educational Product (PE), containing the situation experienced by rural students who use school transport, observing obstacles and facilitators in terms of the development of the educational institution, providing opportunities for reflection and taking decision-making process, based on sharing experiences.

Keywords: Professional and Technological Education; Countryside and Rural Education; Advances and Challenges; PROPHET.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fatores que impulsionam o desenvolvimento das escolas de educação profissional rural	39
Quadro 2 – Fatores que obstaculizam o desenvolvimento das escolas de educação profissional rural	40
Quadro 3 – Obstáculos no Desenvolvimento da Escola.....	59
Quadro 4 – Facilitadores no Desenvolvimento da Escola	65
Quadro 5 – Facilitadores no Transporte Escolar	69
Quadro 6 – Dificuldades no Transporte Escolar	71
Quadro 7 – Consequências das Dificuldades com o Transporte Escolar	74
Quadro 8 – Propostas para Aprimoramento do Transporte Escolar	77
Quadro 9 – Avaliação do Podcast por Especialistas da EPT (Questões Objetivas)	83
Quadro 10 – Avaliação do Podcast por Especialistas da EPT (Questões Subjetivas).....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Sociodemográficos dos Participantes da Entrevista.....	56
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas para a construção de um produto educacional.....	83
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Rendimento mensal de pessoas acima de 15 anos por faixa de salário mínimo – Brasil (2015).....	47
--	----

ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEEPRU – Centro Estadual de Educação Profissional Rural Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha
CEB – Câmara da Educação Básica
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP – Conselho de Ética e Pesquisa
CF – Constituição Federal
CNE – Conselho Nacional de Educação
CTB – Código de Trânsito Brasileiro
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
GPTE – Grupo Permanente de Trabalho da Educação do Campo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MST – Movimento dos Sem Terra
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PE – Produto Educacional
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAD – Programa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE – Plano Nacional de Educação
PNTE – Programa Nacional de Transporte Escolar
PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROFEPT – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Ciências e Tecnológica

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCUD – Termo de Compromisso de Utilização de Dados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Pergunta da Pesquisa	18
1.2 Objetivo Geral	18
1.3 Objetivos Específicos	18
1.4 Justificativa.....	19
1.5 Estrutura da Dissertação	20
2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL E NO PIAUÍ: DUALIDADE, OMNILATERALIDADE E POLITECNIA	21
3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL	26
3.1 Experiências de Educação Profissional Rural.....	31
3.1.1 O Transporte Escolar em Foco: Obstáculos e Possibilidades	42
3.2 Realidades: Educação Urbana e Educação Rural	46
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	51
4.1 Natureza da Pesquisa	52
4.2 Participantes da Pesquisa	52
4.3 Instrumentos de Produção de Dados	53
4.3.1 Observação.....	53
4.3.2 Entrevista.....	53
4.4 Aspectos Éticos.....	54
5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	55
5.1 Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados	56
5.2 Lócus da Pesquisa.....	57
5.3 Estrutura Administrativa e Organização Pedagógica da Escola.....	57
5.4 Obstáculos e Facilitadores no Desenvolvimento Escolar	59
5.5 Transporte Escolar e Participação.....	68
5.6 Relação entre Condições Socioeconômicas e Desenvolvimento Escolar ...	79
5.7 Produto Educacional.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.....	89
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	103
Apêndice B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	107
Apêndice C - Consentimento Pós-Informado	110

Apêndice D - Termo de Compromisso de Utilização de Dados.....	111
Apêndice E - Questionário das Entrevistas	112
Apêndice F – Produto Educacional	115
Apêndice G – Questionário de Avaliação do Produto Educacional.....	129
Anexo A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	132
Anexo B – Declaração de Autorização da Instituição Coparticipante	137

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a educação profissional rural, uma temática que vem ganhando cada vez mais relevância no Brasil, especialmente diante do cenário de desenvolvimento econômico e social do país. Nesse contexto, a formação de profissionais qualificados e preparados para atuar no campo tem sido vista como um dos principais desafios a serem enfrentados.

Historicamente, a educação no meio rural tem sido marcada por desigualdades e dificuldades de acesso aos recursos educacionais (Fernandes; Molina, 2004; Melo, 2011; Brito *et al.*, 2019; Luther; Gerhardt, 2019; Gelocha; Antunes, 2021; Fernandes, 2021). Houve, nos últimos anos, um notável aumento de esforços para ampliação do acesso e aprimoramento da qualidade da educação voltada para áreas rurais (Caldart, 2012; Silva Júnior; Leite, 2017; Macedo; Bicalho, 2019; Pereira; Castro, 2021). Essa iniciativa visa promover o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento econômico rural, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - uma importante iniciativa global.

Entre os principais desafios enfrentados pela educação profissional rural no Brasil, destacam-se a falta de investimentos em infraestrutura e tecnologia (Silva, 2018), a baixa qualificação dos professores (Luther; Gerhardt, 2019) e a falta de incentivos para a formação de profissionais no campo (Borges *et al.*, 2020). Além disso, há ainda o desafio de superar o preconceito e a discriminação em relação aos trabalhadores rurais, muitas vezes vistos como menos qualificados e menos importantes para o desenvolvimento do país (Leite, 2002). Para Miguel (2007), além dos obstáculos relacionados à capacitação dos professores, a infraestrutura do sistema educacional brasileiro nas áreas rurais tem sido alvo de problemas, incluindo materiais deficientes e condições de ensino precárias.

No ano de 2007, divulgou-se um relatório sobre a educação nas áreas rurais do Brasil com dados do Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O documento aponta para problemas como instabilidade na infraestrutura escolar, falta de transporte adequado, falta de docentes efetivos e qualificados, sobrecarga de atividades e baixos salários para os professores, falta de apoio pedagógico e supervisão para as escolas rurais, baixo desempenho acadêmico dos alunos e

necessidade de reavaliar as políticas de nucleação e calendário escolar (Brasil, 2007).

1.1 Pergunta da Pesquisa

Como tem sido o desenvolvimento de um Centro Estadual Educação Profissional Rural situado em ambiente afastado de um centro urbano e que atende comunidades rurais, a partir do foco no papel do transporte escolar neste processo?

1.2 Objetivo Geral

Analisar como tem sido o desenvolvimento de um Centro Estadual de Educação Profissional Rural situado em ambiente afastado de um centro urbano e que atende comunidades rurais, a partir do foco no papel do transporte escolar neste processo.

1.3 Objetivos Específicos:

- Conhecer a estrutura administrativa e a organização político-pedagógica de um Centro Estadual de Educação Profissional Rural, a fim de compreender como esses aspectos influenciam o seu desenvolvimento, especialmente no que se refere ao papel do transporte escolar;
- Identificar os principais elementos que podem obstaculizar ou facilitar o desenvolvimento das atividades de um Centro Estadual de Educação Profissional Rural, considerando especialmente o contexto de ser uma escola localizada em ambiente afastado de um centro urbano e que atende comunidades rurais, com ênfase no transporte escolar;
- Compreender a relação entre as condições socioeconômicas da comunidade em que um Centro Estadual de Educação Profissional Rural está inserido com o seu desenvolvimento, levando em consideração a influência do transporte escolar nesse processo;
- Elaborar um produto educacional em forma de podcast em áudio contendo a situação vivenciada pelos alunos da zona rural que fazem uso do transporte escolar.

1.4 Justificativa

A presente pesquisa contempla pontos importantes da trajetória da educação profissional rural brasileira, observando os desafios e avanços, de 1909 à contemporaneidade; aborda os marcos legais do ensino profissionalizante no país, sobretudo no Piauí, em se tratando de educação profissional rural. Considera-se ainda experiências de educação profissional do campo e como lócus da pesquisa as condições de desenvolvimento de um Centro Estadual de Educação Profissional Rural, localizado em ambiente afastado de um centro urbano, a partir de uma pesquisa qualitativa.

O assunto em questão tem relação direta com a vida pessoal e profissional do pesquisador e com a sociedade.

A família deste pesquisador saiu do campo para a cidade no final da década de 70, tendo a escola como principal objetivo, visto que nesse tempo não havia instituição de ensino na localidade onde fixava moradia e a matriarca sonhava uma vida diferente para os filhos. Além disso, trabalha há mais de dez anos em uma gerência regional de educação e percebe que os problemas que impactam no desenvolvimento das diferentes modalidades de ensino da educação básica são muitos e diversos, principalmente em escolas rurais, necessitando de uma investigação para entender essa realidade situacional.

Com o ingresso no Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (PROFEPT), o pesquisador viu como oportunidade um estudo de caso sobre um Centro Estadual de Educação Profissional Rural – onde o pesquisador também já exerceu a função docente.

Essa iniciativa está alinhada com o argumento apresentado por Netto e Schultz (2017, p. 499), que destacam a importância de uma produção textual brasileira sobre a educação do campo para atender as necessidades específicas desse contexto educacional:

Necessita-se desenvolver estudos específicos em cada localidade para analisar quais seriam as ações particulares para atender as características locais, buscando processos participativos que contribuam para o desenvolvimento pessoal e social do campo.

Assim, discutir sobre os problemas e êxitos das escolas profissionalizantes situadas em ambientes rurais ou afastados da cidade permite compreender a

importância do tema para a sociedade, a partir da relação estreita entre Estado e educação. A trajetória dos acontecimentos e situações mostram o desenho do passado do ensino profissionalizante, o seu formato atual com ajustes e perspectivas de futuro, as suas projeções.

A realidade dessas instituições de ensino tem sido há anos negligenciada. O sistema de ensino rural brasileiro continua enfrentando problemas sérios de funcionamento (Miguel, 2007), associados à escassez de recursos, à precariedade, à má qualidade (Fernandes; Molina, 2004). Mesmo não sendo única, uma das explicações para essa compleição talvez seja uma sólida fronteira entre os espaços urbano e rural, caracterizada pela construção cultural hegemônica dos ambientes urbanos que tende a aviltar, estereotipar e isolar a identidade do meio rural e a sua subjetividade. (Silva Junior; Borges Netto, 2011).

Com esta pesquisa, a gestão da escola e o governo terão um mapa situacional do transporte escolar como elemento focal no desenvolvimento da escola e na atenção aos seus objetivos e a possibilidade de intervir de forma eficiente e eficaz. Dagnino (2012, p. 94) diz que “O diagnóstico de uma situação é a base para a definição das ações em um plano estratégico”. Assim, tendo consciência de suas fraquezas e forças, das suas oportunidades e ameaças, aumentam-se as chances de um planejamento com estratégias de ação consistentes, capazes de mudar para melhor a realidade. Quanto às experiências exitosas elencadas, podem ser uma oportunidade para implementação de novas práticas, assim como compartilhar as ações efetivas com outras escolas visando fortalecer a qualidade do ensino, melhorando o acesso, a permanência e os resultados do corpo discente.

1.5 Estrutura da Dissertação

A presente dissertação está dividida em 5 seções. A primeira traz um panorama geral do estudo mediante a introdução – o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa, os procedimentos; a segunda aborda a trajetória da EPT no Brasil e no Piauí, apresentando os avanços e desafios do ensino; a terceira contempla experiências de educação do campo (destacando principalmente o ensino técnico de nível médio) e uma discussão sobre as diferenças entre a educação do campo e a educação urbana; a quarta destaca a metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, o tipo adotado, os participantes, o levantamento de dados, os aspectos éticos envolvidos; na última seção, destaca-se a análise e

discussão dos resultados, contemplando o perfil dos participantes, o lócus da pesquisa e a elaboração de um produto educacional – um podcast em áudio, visando ao compartilhamento de experiências vivenciadas pelos alunos que fazem uso do transporte escolar

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO BRASIL E NO PIAUÍ: DUALIDADE, OMNILATERALIDADE E POLITECNIA

A EPT no Brasil e no estado do Piauí possui uma história assinalada por desafios e avanços ao longo dos anos. Desde o começo do século XX, o país tem buscado formas de oferecer uma formação adequada aos trabalhadores, visando atender às demandas do mercado e promover o desenvolvimento socioeconômico. Neste texto, explora-se a dualidade educacional, a omnilateralidade, a politécnica e alguns autores que tratam do assunto, a fim de compreender a importância e as perspectivas da educação profissional.

No Brasil, a EPT teve início com a instituição das Escolas de Aprendizizes Artesãos pelo presidente Nilo Peçanha, em 1909, via Decreto nº 7.566 (Brasil, 1909). Essa iniciativa tinha como objetivo oferecer educação primária e profissionalizante aos filhos de trabalhadores pobres, reduzir o analfabetismo e preparar os trabalhadores para as mudanças no processo produtivo do país. No entanto, essa ação marcou a introdução da dualidade educacional, em que a formação humanística clássica era destinada à elite, enquanto a educação profissional era direcionada aos trabalhadores (Feres, 2018).

De acordo com Moura (2007), a criação de escolas dedicadas ao aprendizado artesanal e ao ensino agrícola é considerada um avanço significativo no reposicionamento da educação profissional no Brasil, haja vista o fato de que essas instituições ampliam suas áreas de atuação para atender às necessidades das empresas nos setores industrial e agrícola.

No decorrer do tempo, foram estabelecidas regulamentações e marcos legais para a Educação Profissional no país. Em 1937, a Constituição Federal (CF) mencionou a incumbência do Estado em relação à educação profissional, e em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, por meio do Decreto-Lei nº 4.048 (Brasil, 2022).

Segundo Kuenzer (1997), a partir da análise da legislação dessa época, fica evidente a persistência da dualidade, pois o acesso ao ensino superior continuou

ocorrendo por meio de processos seletivos baseados na competência em conhecimentos gerais, que abrangiam ciências, literatura e humanidades. Esses saberes eram tidos pela classe dominante como os únicos legítimos para a formação.

De 1980 a 1990, houve debates sobre a qualidade e ampliação do acesso à educação, e a abordagem de mercado ganhou destaque, permitindo maior atuação do setor privado na totalidade dos níveis de ensino, conforme assegurado pela CF de 1988 e ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (Moura, 2007). No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi promulgada, estabelecendo as bases para a educação profissional no país (Brasil, 2022).

Para Berger Filho (1999), essa lei estabelece o conjunto de diretrizes e princípios para a Educação Profissional – EP. As normativas anteriores focaram somente em parte da EP. Considerou-se a legislação para conectar a formação profissional a diferentes níveis de ensino, como a educação formal. Isso foi evidenciado, por exemplo, nos ginásios industriais e comerciais do passado, assim como posteriormente no ensino médio profissional regulamentado pela Lei nº 5.692/71.

Posteriormente, no ano de 2007, pelo Decreto nº 6.302, o Programa Brasil Profissionalizado foi criado para incentivar a integração do ensino profissionalizantes com o ensino médio nas escolas públicas estaduais (Brasil, 2007).

Segundo Farias (2009), o Decreto nº 6.302/2007 assinalou o início de uma nova etapa para a Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Esse decreto lançou o "Programa Brasileiro de Educação Profissional" com financiamento federal, permitindo a modernização e expansão da rede pública de nível médio em conjunto com a educação profissional. Além disso, possibilitou a constituição de escolas estaduais de tecnologias e incentivou ações relacionadas à administração, qualificação de professores, apoio à pesquisa científica, estágios e melhoria da infraestrutura com aquisição de laboratórios, acervos bibliográficos e equipamentos.

No período mencionado, a Lei nº 11.892, promulgada no dia 29 de dezembro de 2008, instituiu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, assim como a ampliação da disponibilidade de cursos de educação profissional nas instituições de ensino público (Brasil, 2008). Como resultado, a Rede Federal de Educação Profissional foi estendida em todo o país, incluindo a

construção de novas instituições e o aumento do número de vagas oferecidas pela EPT em suas diferentes modalidades. Isso é enfatizado por Cavalcante e Oliveira (2014, p. 2), ao afirmar que:

Da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices (1909) pelo presidente Nilo Peçanha à transformação em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (2008) pelo presidente Lula, a educação profissional passou por vários momentos, movimentos, mudanças e contradições. Em todos eles podemos observar a presença dos interesses políticos da burguesia, bem como a tentativa de submergir os interesses e anseios da classe trabalhadora. No entanto, com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica iniciada em 2003, observamos o início de um ciclo de ações concretas para a melhoria e democratização da qualidade da educação pública no Brasil.

Conforme Pacheco (2011), a criação dos Institutos Federais é uma iniciativa destinada a superar as fronteiras entre o ensino profissionalizante e o ensino de ciências, por meio da conexão entre trabalho, ciência e cultura, com o propósito de promover a emancipação dos indivíduos.

No Piauí, a história da educação profissional também teve seus avanços e desafios. Iniciou-se em 1909, com a Escola de Aprendizes Artífices, que oferecia cursos de desenho e alfabetização, além de cursos profissionais, como carpintaria, artes mecânicas e sapataria (Santana, 2015). A escola resistiu dificuldades em seus primeiros anos, devido às más condições de infraestrutura. Durante o seu primeiro ano de funcionamento, a instituição operava em um prédio antigo e modesto, enfrentando diversas dificuldades, incluindo instalações precárias tanto para os estudantes quanto para os professores, o que naturalmente comprometia a qualidade do ensino oferecido no local (Rodrigues, 2002).

Ao longo dos anos, a educação profissional no Piauí passou por transformações e expansões, incluindo a criação de um Programa de Atendimento Alimentar, que oferecia refeições aos alunos - uma vez que a maioria dos estudantes pertencia a famílias de baixa renda ou trabalhava em empregos remunerados no comércio local, sendo que frequentemente não tinham tempo nem recursos financeiros para retornar às suas casas e se alimentar durante os intervalos (Rêgo; Rodrigues, 2009).

Durante a gestão de Castelo Branco, a Escola de Artífices ganhou uma sede própria e realizou a primeira colação de grau após 25 anos de existência. A escola passou a ser chamada de Liceu Industrial do Piauí em 1937. Na década de 1940, foi criada a Biblioteca "Francisco Montojos" e nos anos 70 solicitou a ser oferecidos

cursos técnicos em nível médio pela Escola Industrial Federal do Piauí (Rêgo; Rodrigues, 2009).

Durante a década de 80, a instalação de laboratórios de informática e de cursos na área beneficiou não apenas os alunos, mas também os professores, administradores técnicos e a comunidade externa, o que resultou no aumento da confiança da sociedade e na maior proximidade com a instituição. Essa mudança ocorreu como parte do processo de modernização das instituições na época, que envolveu a inclusão da informatização tanto no ensino quanto na gestão (Sousa, 2021).

Em 2004, Francisco das Chagas Santana, ex-aluno da escola, tornou-se Diretor-Geral do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Sua gestão foi marcada pela expansão da instituição e pela criação de projetos de capacitação para professores “Dos 100 anos do IFPI, completados em 2009, a presença do professor Francisco das Chagas Santana na Instituição já emplaca 46 anos” (Rêgo; Rodrigues, 2009, p. 110).

No ano de 2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET- PI) passou por uma nova reorganização estrutural, tornando-se o Instituto Federal, quando foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) por meio da Lei nº 11.892. Seis campi foram inaugurados em 2010, em meio a essa mudança, a saber, Corrente, Angical, Paulistana, Piripiri, Uruçuí e São Raimundo Nonato. Em 2012, inaugurou-se os campi de Oeiras, Pedro II e São João; em 2014, os campi implantados foram os de Valença, Campo Maior e Cocal; também foram editados os decretos de criação dos campi superiores de Pio IX e Dirceu Arcoverde. No ano de 2015, foi inaugurada uma sede nova para a Reitoria; e a Portaria em 2016 editada foi a do campus José de Freitas (Sousa, 2021).

Como se percebe, a dualidade educacional tem sido uma característica marcante da educação profissional no Brasil e também no estado do Piauí. Desde os primórdios, houve uma separação entre a formação humanística classicamente voltada à elite e a educação profissional dirigida aos trabalhadores. Esse modelo perpetuou a desigualdade social e a ausência de uma educação de qualidade acessível para as camadas mais populares da sociedade. Enquanto a elite tinha acesso a uma formação mais ampla e abrangente, os trabalhadores eram

direcionados para cursos técnicos e profissionalizantes, sem a mesma valorização social e oportunidades de ascensão profissional.

Segundo Saviani (2007), a conexão entre trabalho e educação, em uma sociedade de castas, na maioria das vezes se manifesta como uma separação entre escola e produção, refletindo a histórica divisão entre trabalho físico e mental. No entanto, essa separação não é completamente condizente com a divisão entre educação e trabalho. Portanto, é mais preciso afirmar que, após o surgimento das escolas, a relação entre trabalho e educação adquiriu uma dupla identidade. Por um lado, no caso do trabalho manual, ainda se percebe a educação que acompanha o próprio processo de trabalho. Por outro lado, começa-se a implementar a educação escolar direcionada ao trabalho intelectual.

De acordo com Nosella (2011), no Brasil, a ênfase na dualidade do ensino médio teria emergido quando se iniciou a industrialização no país, momento em que se começou a exigir da juventude determinado nível de conhecimento para somente assim poderem trabalhar. Para a autora, a ironia é que, anterior à industrialização brasileira, o ensino médio não era dual, apenas extinguiu da escola os jovens que deveriam trabalhar.

Nota-se, no entanto, que há uma busca por superar essa dicotomia e fomentar a omnilateralidade e politecnia na educação profissional. Segundo Ciavatta e Ramos (2011, p. 30, grifo dos autores), educadores têm buscado incessantemente enfrentar a dualidade educacional ao longo dos anos:

Ao longo dos anos 1980, a luta dos educadores comprometidos com a educação pública e a superação das desigualdades de classe em todas as suas expressões e, particularmente, na educação, foi pela defesa da educação unitária, *omnilateral* e *politécnica*.

A formação integral humana abrange diferentes aspectos, como o trabalho, a ciência, a cultura, e a educação física ou esportiva. De acordo com Pacheco (2020, p. 11) “A educação humanística é parte inseparável da educação técnica e tecnológica, em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho”. Em consonância com essa concepção, Ramos (2017, p. 36) sustenta que a omnilateralidade visa desenvolver os indivíduos em todas as dimensões possíveis.

A politecnia, por sua vez, conforme Saviani (1989), abrange o controle das bases científicas das várias tecnologias que aprimoram o processo de trabalho moderno produtivo. Ela abarca os princípios e fundamentos específicos que fundamentam diversas tipologias de trabalho. É crucial que a capacitação politécnica

assegure o domínio desses princípios e fundamentos, visando fornecer uma base sólida de conhecimento para os indivíduos. O ensino politécnico, para Ramos (2017), é concebido como aquele capaz de fornecer aos discentes o aprendizado tanto das bases técnicas, quanto científicas e sócio-históricas da produção. Dessa forma, supera-se a ideia de uma formação universitária exclusiva para as elites e uma formação puramente técnica para os operários. Em lugar de limitar-se a uma formação específica profissional, o ensino poderia ser estabelecido com foco na omnilateralidade, voltado para o desenvolvimento dos indivíduos em todas as áreas.

A interação entre esses dois conceitos reside no fato de que a omnilateralidade estabelece uma base fundamental para a politecnia, ao proporcionar aos profissionais um conhecimento abrangente e multidisciplinar. Por sua vez, a politecnia agrega a omnilateralidade, ao oferecer a oportunidade de especialização em áreas específicas do mercado de trabalho, capacitando os profissionais com habilidades aprimoradas e preparando-os para enfrentar os obstáculos do mundo moderno.

Apesar dos avanços na EPT no Brasil e no Piauí, como a expansão da oferta de cursos técnicos e tecnológicos, criação de novas escolas e valorização dos profissionais da área, persistem desafios a serem enfrentados, como a carência de investimentos em infraestrutura e desvalorização da formação técnica.

Diante disso, para compreender o desenvolvimento de um Centro Estadual de Educação Profissional Rural, o conhecimento dos desafios e avanços da EPT no Brasil e no Piauí é fundamental, uma vez que oportuniza a identificação das melhores estratégias para o desenvolvimento do centro de educação profissional rural em questão.

3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL

“Gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (Leite, 2002, p. 14). Essa era a concepção de educação que se tinha quando do desenvolvimento da formação social no Brasil, a qual excluía as populações rurais no tocante às políticas educacionais, inclusive de qualificação de professores, seja pelo caráter agropecuário e extrativista da atividade desenvolvida na economia durante o período colonial, seja pela difusão de uma ideologia, noção oligárquica e elitista de que viver no campo não requer conhecimento escolar porque o homem do campo não precisa aprender, isso é para o homem urbano.

No entanto, a inquietação com o Ensino Rural se acentua logo no início do século XX no Brasil, nas duas primeiras décadas, quando o país atravessa um acelerado processo de industrialização. Segundo Gelocha e Antunes (2021), no ano de 1920, seguindo a tendência de regionalização e ruralização, ocorrem as primeiras campanhas de alfabetização, um foco do governo na qualidade do ensino. Considerava-se, nesse tempo, 75% da população analfabeta. A escolarização é realizada principalmente em escolas de porte pequeno, visando alunos de famílias com bom poder aquisitivo. Ainda vivia no campo a maior parte da população e começou-se a migração aos centros urbanos. Havia um desprezo geral pelo ensino na zona rural, porque as pessoas não entendiam as vantagens que a escolarização pode proporcionar, uma vez que não viam aplicabilidade em relação ao que era de imediato aprendido.

Com a Constituição de 1934, tornou-se obrigatória a escolarização para a população rural. Conforme o Art. 121 § 4º assim está posto “procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas” (Brasil, 1934, Art. 121 § 4º). De acordo com Gelocha e Antunes (2021) a primeira a dispor de recursos para a Educação do Campo foi a Constituição Federal de 1934, a qual atribuía à União a incumbência pelo custeio do ensino nessa área. Embora havendo esse movimento, nunca foram as políticas públicas essenciais implementadas para que fosse cumprida tal regulamentação.

Criada pelo governo, segundo Fernandes (2021), a educação rural era um projeto com uma visão de mundo do latifundiário. Pensava-se para a população pobre uma “escolinha” de péssima qualidade sem nenhuma infraestrutura para tentar oferecer algum recurso, dar a ela algum aprendizado. Era a classe latifundiária quem cogitava a educação para os seus empregados, para aqueles que trabalhavam nas suas fazendas, havendo uma relação de subordinação – os latifundiários controlavam a terra, a riqueza. A Educação Rural, por conseguinte, tinha uma concepção de compaixão – no sentido de ajudar essas pessoas a ter acesso à escola (Fernandes, 2021). Para romper com essa situação, o autor sugere que a educação para ter sucesso precisa de ser pensada numa perspectiva emancipadora, pois em uma perspectiva dominada, o indivíduo vai aprender o básico do básico, não demonstrando interesse por algo que não faça parte de sua realidade.

Nessas sociedades dominadas por grupos, classes e interesses nacionais dominantes, a “educação enquanto prática de liberdade” pressupõe, forçosamente, uma “pedagogia do oprimido” (Freire, 1987, p. 6). “Não pedagogia para ele, mas dele” (Freire, 1987, p.6). O autor critica esse modelo, que denominou de educação bancária, destacando que educação não pode se basear no entendimento do ser humano como um ser “vazio” que o mundo “enche” de conteúdo. Na relação aluno e professor, o primeiro seria um depósito – sujeito paciente, onde o segundo – centro do processo ensino-aprendizagem, transmitiria o conteúdo, iria “encher” o recipiente com “verdades absolutas”.

Tal prática só pode ser plenamente expressa em uma pedagogia cujos oprimidos possam se descobrir e conquistar instintivamente como sujeitos de seu próprio destino histórico.

O ato de ensinar não se reduz a apenas transferir o conhecimento, mas sim, dar forma e estilo a alguém ainda acomodado. Não há professor sem aluno e por essa razão, que o autor afirma “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire 1996, p.13, grifo do autor).

E foi assim até meados da década de 80, quando começaram os movimentos por uma educação emancipadora. Iniciou em 1984, com a mobilização em face da política governamental de luta pela terra, a proposição de uma educação que problematizasse e valorizasse a participação política, social e cultural, e que permitisse o apoderamento e aplicação do conhecimento em benefício dos sujeitos rurais, momento em que se inicia a luta real para garantir que a educação levasse em conta as realidades de seu sujeito. Até então, a educação rural no Brasil havia ficado em segundo plano, confirmado pelo fato de não haver legislação específica que garantisse o direito do trabalhador rural a uma educação de qualidade e adequada à sua cultura e identidade (Gelochá; Antunes, 2021).

Segundo Caldart (2012), foi por meio da mobilização/pressão dos movimentos sociais para criar uma política de educação aos camponeses que nasceu a Educação do Campo: foi uma combinação de lutas dos sem-terra para que fossem implantadas escolas públicas no campo da reforma agrária. Muitas organizações e comunidades camponesas lutaram para não ficarem sem suas escolas, suas experiências educativas, seus territórios, suas comunidades, suas identidades (Caldart, 2012, p. 2).

Conforme menciona Melo (2011), estão relacionadas à luta de classes as escolas dos assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST), um projeto do MST para a escola, pois padeceram historicamente de um processo de exclusão associado a frequentar instituições de ensino de qualidade; para o movimento, o projeto educacional deve estar alicerçado no contexto de vida dos alunos e na experiência de luta pela terra, no enaltecimento do saber dos agricultores, uma vez que se acredita que muito se pode aprender no processo de luta pela terra.

Silva Júnior e Leite (2017) destacam que múltiplas iniciativas reivindicaram participação maior do Estado brasileiro no meio rural, ampliando as discussões com a homologação da CF/88 e da LDB nº 9.394/96, que recomenda no art. 28

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho.

Com essa lei, inicia-se, segundo Luther e Gerhardt (2019), no Brasil o processo de nucleação das escolas públicas rurais, visando à melhoria da qualidade do ensino, acabando com as turmas menores, no caso das salas multisseriadas, além do número reduzido de professores leigos, sem qualificação superior ou um curso específico para atuar nas escolas do campo. Esse feito confirma quantitativamente o desprezo da educação às populações rurais, gera uma dispersão dos jovens camponeses. Baseando-se nos dados divulgados pelo Inep (2007), as autoras ressaltam que o fechamento das escolas rurais brasileiras em 20 anos ultrapassou 37 mil escolas. Foram 3.296 escolas em 2013 e mais de 4 mil em 2014 que tiveram suas atividades encerradas.

Nasce nesse contexto que exclui os camponeses, na década de 1990, o movimento "Por uma Educação do Campo", a fim de assegurar o direito à educação aos povos do campo, sendo este o pontapé inicial de uma série de reflexões sociais. Ocorrida em 1998, a I Conferência Nacional "Por uma Educação do Campo", na cidade de Luziânia, em Goiânia, foi planejada enquanto acontecia I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (Enera), é concebida como um reconhecimento do espaço rural como espaço de vida e de populares que reclamam

sua autonomia, sua emancipação. Antes e durante o evento, argumentou-se sobre o batismo conceitual de “Educação do Campo” (Macedo; Bicalho, 2019).

Inserido em uma rede de docentes, discentes, ativistas, pesquisadores, agricultores e instituições, o Movimento por uma Educação do Campo vem realizando eventos e debates no decorrer de anos para dar um panorama da formação dos docentes (Luther; Gerhardt, 2019).

Para Moreira (2021), A educação voltada para o campo ocupa-se de questões que tem como finalidade a valorização do trabalho do camponês, do trabalho agrícola, da relevância da agricultura para a existência humana e da importância de a nova geração permanecer no campo a fim de continuar com o trabalho agrícola, reproduzindo a praxes dos pais.

Assim, a Educação do Campo afirma-se enquanto política pública, inserida em um planejamento de maior amplitude no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social, do qual fazem parte as lutas pela terra, pela moradia e pela política social; já o objetivo principal dos programas da Educação Rural é a integração das populações camponesas como parte dos programas governamentais, que ora visam apenas a educação básica de crianças e adultos, ora visam a formação de professores de baixa qualidade, sem qualquer conexão com outros objetivos mais amplos (Melo; França; Carvalho, 2020).

O Ministério da Educação e Cultura - MEC (2007) publica um documento definindo as Escolas do Campo como aquelas sediadas, segundo o IBGE, em espaços geográficos rurais, bem como as que se identificam com o campo, embora possuam sede em ambientes considerados urbanos. Estas por atenderem a populações urbanas cuja produção social, econômica e cultural estão prioritariamente ligadas ao campo.

Há uma noção de dicotomia no que diz respeito às expressões "escolas rurais X escolas do campo", que às vezes nem os docentes e alunos dessas escolas conseguem diferenciar. Com a regulamentação da segunda expressão, esse termo "sumiu" das leis brasileiras, dos institutos federais e das universidades e, referindo-se à educação rural somente para recordar acontecimentos negativos, como o ruralismo educacional, ou para expor realidades terríveis. (Luther; Gerhardt, 2019).

Para Fernandes e Molina (2004), a concepção de educação rural na história do ensino brasileiro esteve sempre associada ao atraso, à precariedade, à insuficiência de recursos, à baixa qualidade.

A obrigação para o campo da educação básica passou a valer em abril de 2008 por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação - (CNE) /Câmara da Educação Básica – (CEB) nº 2, de 28/04/2008 a qual aponta como parte dessa modalidade a educação do campo e atende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, assim como a Educação Profissionalizante que foi incorporada ao ensino (Proença; Maia; Lamari; Brunelli, 2020).

Com isso, o ensino técnico profissional tornou-se uma ferramenta à juventude originária do meio rural que anseia por um modo diferente de vida - não reprodutor da pobreza. O tipo de qualificação ofertado nas escolas de educação profissional campesinas é um problema, uma vez que distancia os alunos da realidade (não discutem acerca de como o meio rural se constrói e a sua desvalorização), e se sustenta em uma educação de base irrelevante, em que a estrutura se afasta do modelo de desigualdade no qual a sociedade brasileira está acomodada (Brito *et al.*, 2019).

Segundo Miguel (2007), além de barreiras relacionadas à qualificação docente, o sistema escolar no Brasil rural tem apresentado uma infraestrutura ruim em termos de material e condições de ensino.

Em 2007, foi divulgado/mostrado o perfil da educação do campo brasileiro, a partir da junção dos dados produzidos pelo Inep e pelo IBGE. Os números apontam para impasses relacionados à instabilidade na maior parte da infraestrutura escolar; ao acesso de docentes e discentes às escolas, por falta de um sistema de transporte escolar adequado; à falta de docentes efetivos e qualificados; à sobrecarga de atividades e aos salários baixos dos professores, à falta de apoio pedagógico e supervisão às escolas da zona rural, ao baixo desempenho acadêmico dos alunos, o Projeto Político Pedagógico (PPP) desatualizado, além da carência em reavaliar as políticas de nucleação e de adaptar o calendário às necessidades dos camponeses (Brasil, 2007).

3.1 Experiências de Educação Profissional Rural

Em se tratando de investigar a realidade de escolas localizadas em áreas rurais ou distantes dos centros urbanos, percebe-se que elas apresentam grandes

deficiências em múltiplos aspectos, a saber: processo deficiente de formação de professores, baixos salários, instalações físicas precárias; dificuldades de os alunos acessarem a escola devido à falta de transporte escolar adequado e escolas insuficientes para alunos do ensino médio (Cavalcante *et al.*, 2019).

Silva Júnior e Leite (2017) mapearam a produção acadêmica sobre a Educação Rural e Educação do Campo, no período de 2007 a 2016, visando ao conhecimento das produções ligadas aos Institutos Federais Mineiros – mais precisamente ao município de Ituiutaba – MG, e concluíram que há sinais históricos de descaso quando se observa a situação em que se encontram as escolas localizadas em ambientes rurais para as populações que vivem no campo.

De acordo com documentos observados na Secretaria de Educação do município de Ituiutaba, até 1970, eram 70 escolas no meio rural. Instituições isoladas, caracterizadas em vários aspectos pela economia de verbas públicas: em primeiro lugar, economizava-se com a exploração docente que, além de sua parca renda, fazia o papel de faxineiro, diretor, coordenador, cozinheiro e secretário. Havia docentes leigos e professores com licenciatura. A documentação mostra que havia as salas multisseriadas, com pequeno número de alunos em cada escola e que eram de acesso difícil, para alunos e professores. Não existiam condições materiais e humanas que assegurassem o funcionamento com qualidade das escolas. Na década de 90, acontece o processo de nucleação das escolas (junção de escolas isoladas pequenas), ficando o município com 5 instituições de ensino. Percebeu-se que o processo se deu por interesse político e não por critérios geográficos, observando o acesso e pontos de igual distância do município (Silva Júnior; Leite, 2017).

Sobre o fechamento de escolas, tendo como base os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Pereira e Castro (2021, p. 33) destacam que:

Há indícios de que o “vertiginoso” fechamento das escolas rurais se deve ao desenho do Plano Nacional de Educação - PNE, que incentiva as prefeituras a buscarem recursos para transporte escolar e não para manter os alunos próximos à sua moradia (Ipea, 2012). Em outros termos, parece haver maior facilidade para obter financiamento para transporte escolar (Programa Nacional de Transporte Escolar - PNTE) do que para manutenção de escolas.

A política do transporte adotada tem recebido duras críticas pelos estudiosos. O tempo de locomoção do lar (rural) à instituição de ensino (urbano)

tem sido um dos grandes malefícios dessa política, estando esses estudantes em condições piores do que aqueles que já moram em cidades e áreas próximas. Dos estudantes rurais que buscam uma educação em ambiente urbano são exigidos maiores esforços, considerando que o tempo de deslocamento para a escola costuma ser longo, além de se observar o tipo de transporte oferecido, devendo ser regular, em condições boas, seguro, a fim de os estudantes não falem às aulas e que acidentes sejam evitados (Pereira; Castro, 2021).

Apesar disso, há quem diga que o processo de nucleação das escolas rurais no Brasil trouxe também vantagens. Para Flores (2000), houve melhoria na infraestrutura, considerando a criação de bibliotecas, salas de informática, ampliação de salas de aula, elevação do número de alunos e professores e diminuição da evasão escolar. Mas, persistem algumas heranças históricas, como a difícil comunicação entre professores e familiares, a perda de produtividade em propriedades rurais, a não participação dos discentes em atividades extra classe e o cansaço decorrente de longos deslocamentos até a escola.

Em Ituiutaba-MG, conforme Silva Júnior e Leite (2017), a nucleação de escolas da zona rural trouxe melhorias para algumas escolas - no sentido de ter laboratórios de informática, bibliotecas, quadras esportivas, mas não para outras. Observou-se também que as escolas utilizavam o mesmo currículo e livros das escolas urbanas. Confirmou-se ainda que para manter o aluno estudando na zona rural o custo é bem maior para o município, se comparado com o transporte dele para estudar na cidade.

Em 2014, contra o fechamento de escolas rurais, acontece alteração significativa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a publicação da Lei 12.960. De acordo com o parágrafo único da LDB, art. 28 (p. 22):

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Ano após ano, o declínio dramático no número das instituições de educação rural dedicadas ao ensino tem levantado preocupações. Havia 107.432 estabelecimentos de ensino em 2002, que atendiam 8.267.571 estudantes na zona rural do país (Inep, 2003). No período de 2002 e 2019, 48,4% das escolas rurais

fecharam no Brasil, uma média de 3.000 escolas que encerraram suas atividades a cada ano. Enquanto isso, as instituições no meio urbano passaram por uma evolução nesse período, passando de 106.000 escolas em 2002 para 180.000 em 2019 (um aumento de 69%). “Segundo levantamento do Ipea (2012), os municípios que tiveram escolas fechadas relataram o alto custo de manutenção destas como empecilho para sua sobrevivência” (Pereira; Castro, 2021).

No ano de 2022, Conceição *et al.* (2022) mapearam a partir de teses e dissertações a produção acadêmica sobre desafios e perspectivas da Educação do Campo, no período de 2016 a 2021. Do levantamento, destacam-se aqui as pesquisas de Schmitt (2017), Moraes (2018), Silva (2019), Silva (2018) e Nahirne (2017).

O primeiro autor Schmitt (2017) averiguou que os docentes atuantes na Educação do Campo permanecem muito influenciados pelo método convencional, com atividades pragmáticas, conservadoras. Sem observar a realidade da escola do campo e sem considerar a complexidade do problema, procuram respostas pontuais.

Corroborando a ideia anterior, o segundo autor, Moraes (2018), aponta o despreparo de professores e coordenadores pedagógicos para a adoção de práticas interdisciplinares; a falta de tempo dos profissionais para planejamento coletivo, a falta de qualificação especializada para professores; e ajustes no currículo para estudantes rurais.

Nesse sentido, a pesquisa do terceiro autor, Silva (2019), destaca que a falta de formação continuada de docentes e incentivos financeiros para diminuir a rotatividade dos professores nas escolas, a predominância do ensino tradicional; os princípios, políticas e práticas de educação rural são inexistentes e/ou fracos; os recursos financeiros são insuficientes para a cobertura das despesas escolares; quebras e atrasos dos transportes escolares; estruturas físicas limitadas e fechamento de escolas.

Os resultados da investigação do quarto autor, Silva (2018), trouxeram evidências de que as escolas rurais replicam o modelo educacional da cidade no campo. Apresentam condições de infraestrutura precárias; não há salas de aula termicamente confortáveis; não há salas de aula para todas as classes; classes multisseriadas cheias e com difíceis condições de trabalho dos professores; merenda pouca, com teor nutricional inadequado; ônibus escolares inseguros e

precários; má qualidade das estradas com trânsito ruim, falta de docentes frequentemente, entre outras.

Nahirne (2017) pesquisou sobre a Modelagem da Matemática como metodologia alternativa para auxiliar os discentes na aquisição dos conhecimentos matemáticos, considerando que esse método leva em conta o interesse e a realidade dos alunos. A autora conclui que a Modelagem da Matemática tem se mostrado relevante para iluminar o desenvolvimento de pesquisas e práticas em diferentes campos do saber, e que os educandos possuem um sentimento de pertencer ao campo, boa parte deles objetivam a continuação de seus estudos, sem se desligar do campo.

Em uma pesquisa conduzida por Brighenti *et al.* (2015), com o objetivo de identificar, segundo a perspectiva dos alunos, quais métodos de ensino são mais eficazes para a aprendizagem, foram destacadas: a resolução de exercícios e a adoção de aulas mistas, que consistem na integração entre teoria e prática. Uma parte pequena dos estudantes consideraram como eficazes para seu aprendizado as aulas teóricas.

Quanto à quantidade e qualidade da alimentação escolar destacada na pesquisa de Silva (2018), Andrade (2019), na investigação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Instituto Federal de Farroupilha, Campus Jaguari, aponta desafios em garantir uma alimentação equilibrada diante do congelamento de recursos para educação e saúde por duas décadas, iniciado pelo governo federal em 2016 como medida de combate à crise econômica no país.

Visando compreender a formação, a organização curricular, a estrutura física e a oferta de cursos do Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena, de Foz do Iguaçu – PR, Vergili (2018) realizou uma pesquisa descritiva contendo análise documental da instituição de ensino.

Os resultados mostram uma escola técnica agrícola com necessidade de reparo em algumas salas de aula, nas instalações elétricas e na parte estética da construção; o número de funcionários precisa de ser ampliado para atender a demanda escolar; o trabalho com as disciplinas é fragmentado e precisa de ser superado; há ainda a necessidade de maior tempo por parte dos docentes para participarem das atividades e também a importância do combate ao rodízio dos professores da educação básica (Vergili, 2018).

Por outro lado, além de outros, Vergili (2018) destaca que a instituição possui laboratório de informática, de química, laboratório de Restaurantes e Bares, biblioteca – contendo acervos das áreas específicas, materiais audiovisuais diversos; possui dois ônibus escolares, horta, fruticultura, viveiro, alojamentos, sala de esportes. Boa parte dos seus cursos são voltados para o meio rural; são oportunizadas formações continuadas ao longo do ano para todos os profissionais da escola, além de serem feitas parcerias público-privadas para o fortalecimento do ensino.

Sobre os livros e sua importância, Moraes (2018), nos seus estudos, ressalta que a escola Família Agrícola de Natalândia – EFAN não segue um livro didático específico, sendo a escolha e organização dos conteúdos responsabilidade do próprio docente, com orientação da coordenadora pedagógica e supervisão. Essa seleção é fundamentada no documento oficial (Currículo Básico Comum) de Minas Gerais, que delineia os conteúdos a serem abordados nos diversos níveis de ensino. O autor sinaliza a importância de um material didático que dialogue com a realidade local para o fortalecimento dos envolvidos no processo educacional. Saviani (2007) destaca a importância dos livros didáticos como ferramentas cruciais para transformar a mensagem científica em educativa. Santos (2021) enfatiza que, para ser essencial na prática educacional, o Livro Didático requer uma análise e seleção crítica alinhada à realidade da escola.

No que concerne à educação, o campo brasileiro continua com altos índices de desigualdades educacionais entre o campo e a cidade (Souza, 2012). De acordo com Luther e Gerhardt (2019) ainda hoje, quando se considera a Educação do Campo, permanecem problemas relacionados à infraestrutura, ao transporte escolar precário e a má qualidade do ensino, exceto nos locais onde o ensino foi emancipado. De acordo com Silva júnior e Borges Netto (2011, p. 48):

A educação, no meio rural, não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral.

Os autores Silva júnior e Borges Netto (2011) se baseiam no Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPTE), do Ministério da Educação, de 3 de junho de 2003, delatando que o governo brasileiro omitiu-se na elaboração de orientações políticas e pedagógicas específicas para regular o

funcionamento e organização das escolas do campo; na ausência de políticas efetivas de formação tanto inicial e quanto continuada e da valorização da carreira docente no meio rural e na falta de suporte financeiro que pudesse manter uma escola que atenda adequadamente a totalidade dos níveis de ensino.

Borges *et al.* (2020) apresenta uma análise das ações em torno da Agroecologia desenvolvidas em duas escolas do campo, localizadas em assentamentos rurais no estado do Paraná, contextualizando os avanços e os limites nas suas práticas pedagógicas. Os autores destacam que problemas relacionados à infraestrutura, à falta de articulação das atividades pedagógicas, à falta de uma política de formação continuada para os educadores das escolas, à desarticulação entre teoria e prática, à pouca comunicação entre escola e comunidade, e ainda à rotatividade de professores têm limitado o desenvolvimento do trabalho dessas escolas. Já a existência de biblioteca, de horta escolar, de parceiros, além de materiais como livros, jornais, cartilhas, vídeos, apostilas, calendário lunar corroboram com o sucesso dessas unidades de ensino.

Quanto à relevância do diálogo entre a teoria e a prática, um dos pontos destacados acima, Pimenta (2005, p.24) ressalta que “o saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação”. De acordo com Ghedin (2005, p. 133), é essencial compreender que a produção de mudanças não se limita ao desenvolvimento de atividades teóricas; é necessário atuar de maneira prática. Nesse sentido, o autor destaca a importância de não apenas conceber ideias teóricas, mas também de implementar ações práticas efetivas para efetivar transformações significativas. O engajamento prático, portanto, é considerado indispensável para alcançar resultados concretos e eficazes no contexto da aplicação das teorias.

Nas discussões sobre a infraestrutura escolar, os autores Silva Júnior e Leite (2017), Silva (2018), Silva (2019), Cavalcante *et al.* (2019) e Borges *et al.* (2020) compartilham da mesma ideia: “das condições precárias de funcionamento”. De acordo com Soares *et al.* (2006), a maioria dos estudos sobre o tema indicam que o uso de computadores, internet e bibliotecas na escola podem interferir no aprendizado dos discentes, deixando claro que uma escola sem energia elétrica por exemplo terá muitos problemas para fornecer uma boa educação para seus alunos.

Silva (2018), Silva (2019), Cavalcante *et al.* (2019) e Pereira e Castro (2021) convergem, de forma crítica, sobre a política adotada para o transporte dos alunos até a escola. Supõe-se que os alunos que têm acesso a ônibus escolares rurais de qualidade tenham melhor desempenho educacional. Todavia, devem ser levados em conta os seguintes aspectos: tempo de viagem, tipo e estado de conservação do pavimento, bem como segurança e conforto do veículo (Carvalho *et al.*, 2010).

Conforme os estudos de Pinheiro (2013), embora a lei garanta o direito dos alunos do meio rural ao transporte escolar rural gratuito e de qualidade, na prática muitos deixam de ir à escola por não ter transporte e outros andam grandes distâncias sem conforto e segurança, visando a um melhor futuro. Foram citados os seguintes problemas, além de outros: frotas sucateadas, sobrelotação, anormalidades e falta de itens de higiene e segurança.

Na mesma direção, Cavalcante *et al.* (2019), Silva júnior e Borges Netto (2011), Silva Júnior e Leite (2017), Silva (2019), Moraes (2018) e Borges *et al.* (2020) discutem sobre a necessidade de formação continuada para os docentes. Libâneo (2004) destaca que a formação continuada visa ao aprimoramento do profissional – envolvendo teoria e prática - no próprio ambiente de trabalho e ao desenvolvimento de conhecimentos gerais de forma mais abrangente, ultrapassando as exigências do exercício profissional. De acordo com Nóvoa (2001, p. 12), “o aprender contínuo é essencial em nossa profissão. Ele deve se concentrar em dois pilares: a própria pessoa do professor, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”. O autor destaca o compartilhamento de experiências entre os docentes na escola onde também acontece a formação continuada.

Quanto ao método tradicional de ensino adotado na maioria das escolas do campo pelos docentes, Schmitt (2017), Silva (2019), Vergili (2018) comprovaram a mesma situação em suas pesquisas. Acerca do ensino tradicional, Libâneo (2006, p. 22) apresenta a seguinte concepção:

Os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não têm nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais. E a predominância da palavra do professor, das regras impostas, do cultivo exclusivamente intelectual.

Tal prática não leva o aluno a refletir sobre a realidade que o cerca, sendo agente passivo nessa relação pedagógica. Na Pedagogia do Oprimido, Freire (1987, p.47) destaca como fator de suma importância para a emancipação uma educação problematizadora, a saber “Para a educação problematizadora, enquanto que um

fazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação”.

Silva Júnior e Borges Netto (2011) e Silva (2019) identificaram a necessidade de recursos financeiros suficientes para cobrir as despesas escolares. O dinheiro para essa finalidade, conforme Pereira e Castro (2021) é, em grande parte, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que dispõe do recurso para a escola conforme o número de alunos, sendo que quanto menor for a matrícula – e na zona rural há menos matrículas de alunos – menor será o valor repassado pelo Fundeb. Em 2019, comparando a matrícula escolar em relação ao campo e a cidade, a média foi de 96 estudantes por escola na primeira, e na segunda foi de 265 estudantes por escola.

Silva Júnior e Leite (2017) e Silva (2018) observaram na investigação que o currículo escolar do campo é o mesmo adotado nas escolas urbanas. Para Bof *et al.* (2006), transformar a educação rural vai muito além de melhorias na infraestrutura das escolas e da formação docente, é necessário a existência de um currículo que tenha como base a vida e os valores das populações rurais de modo que o aprendizado escolar seja também uma ferramenta de desenvolvimento social, cultural e econômico rural.

Nos quadros a seguir são destacados os principais pontos de atenção verificados na literatura que impactam no desenvolvimento das escolas de educação profissional rural.

Quadro 1 – Síntese dos fatores que impulsionam o desenvolvimento das escolas de educação profissional rural

Facilidades	Descrição	Fontes
Infraestrutura	A instituição possui laboratório de informática, de química, laboratório de restaurantes e bares, biblioteca, materiais audiovisuais diversos; possui dois ônibus escolares, horta, fruticultura, viveiro, alojamentos, sala de esportes.	Vergili (2018) Silva Júnior e Leite (2017) Flores (2000) Borges <i>et al.</i> (2020)

Formação continuada	São oportunizadas formações continuadas para os profissionais da escola.	Vergili (2018) Borges <i>et al.</i> (2020)
Estratégias didáticas	Modelagem Matemática	Nahirne (2017); Dufeck (2017); Flores (2019).
Nucleação de escolas	Melhorias na infraestrutura, no número de alunos e professores e redução da evasão escolas	Flores (2000) Silva Júnior e Leite (2017)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

De acordo com Lira (2017), os alunos que estudam em escolas com infraestrutura adequada apresentam resultado de aprendizagem superior em comparação com discentes que estão em ambientes escolares inadequados. E uma formação adequada para professores que trabalham em áreas rurais, segundo Molina e Freitas (2011), é fundamental para evitar a discriminação e desvalorização dos alunos de origem camponesa, assim como o fato de se envolverem em movimentos de luta pela posse da terra.

Considera-se ainda como importantes, consoante a literatura estudada, para a melhoria das escolas rurais, a modelagem matemática que é essencial para enriquecer a investigação e as práticas em diversas áreas do conhecimento (Nahirne; Dufeck, 2017; Flores, 2019), e o processo de nucleação das escolas que também melhora a infraestrutura das instituições de ensino, eleva o número de docentes e discentes, e reduz a evasão escolar (Flores, 2000).

Quadro 2 – Síntese dos fatores que obstaculizam o desenvolvimento das escolas de educação profissional rural

Dificuldades	Descrição	Fontes
Infraestrutura precária	Necessidade de reparo em salas de aula, nas instalações elétricas e na parte estética das escolas. Falta de conforto térmico e difíceis condições de trabalho dos professores;	Silva (2018) Silva Júnior e Leite (2017) Borges <i>et al.</i> (2020) Vergili (2018)

Ausência de formação pedagógica	Falta de formação continuada para professores.	Cavalcante <i>et al.</i> (2019) Silva Júnior e Borges Netto (2011) Morais (2018) Borges <i>et al.</i> (2020)
Recursos financeiros insuficientes	Os recursos financeiros não atendem a demanda das escolas.	Silva (2019) Silva Júnior e Borges Netto (2011)
Transporte escolar inadequado	O serviço de transporte é precário, pois quebra e atrasa muitas vezes; são frotas sucateadas, sobrelotação, anormalidades e falta de itens de higiene e segurança.	Brasil (2007) Cavalcante <i>et al.</i> (2019) Pinheiro (2013)
Rotatividade de professores	A saída do docente pode acontecer pelos baixos salários, condições de trabalho precárias, falta de perspectiva na carreira, falta de apoio da gestão, clima escolar ruim.	Rêgo e Rodrigues (2009) Silva (2019) Borges <i>et al.</i> (2020)
Prática pedagógica desarticulada	Envolve atividades e conteúdos isolados e descontextualizados, sem integração entre eles.	Vergili (2018) Morais (2018)
Relação escola e comunidade enfraquecida	Pouca participação das famílias nas atividades escolares.	Flores 2000
Tratamento igual em relação às escolas urbanas e rurais.	O mesmo trabalho que é feito com os alunos da cidade se repete com os alunos do campo.	Silva (2018) Silva Júnior e Leite (2017)
Nucleação de escolas	Cansaço físico para chegar à escola; ausência em aulas extraclasse, redução da produtividade rural.	Flores (2000)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A escola rural tradicional é amplamente reconhecida por ter uma história marcada pela falta de recursos em suas instalações físicas, materiais, administrativas e pedagógicas. Essa situação foi agravada pela presença dos

chamados "professores leigos", que perduraram até o início do século XXI (Begnami, 2019, p. 156).

Para uma educação de qualidade, as questões abordadas requerem a implementação de políticas públicas que considerem as características específicas, necessidades e contexto regional das escolas localizadas em áreas rurais. Se fossem aplicadas as leis existentes e as unidades de ensino incorporassem em seus Projetos Pedagógicos a identidade dessa realidade educacional, propondo ações pedagógicas significativas, provavelmente poderiam alcançar resultados melhores (Delboni *et al.*, 2018).

3.1.1 O Transporte Escolar em Foco: Obstáculos e Possibilidades

Silva e Yamashita (2008) definem o transporte escolar rural como um serviço gratuito de transporte, realizado em veículo exclusivo, destinado aos alunos que residem em áreas rurais e frequentam escolas nessas mesmas áreas ou em áreas urbanas. Para Araújo (2018), devido ao aumento dos custos em busca de uma melhor qualidade desse serviço, vários pesquisadores têm despertado o interesse em estudar essa temática.

Gularte (2023) tendo como base os dados do Programa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2015) destaca que, atualmente, o transporte escolar rural desempenha um papel fundamental no progresso dos estudos daqueles que residem em áreas rurais, garantindo o acesso e a continuidade educacional para cerca de 15,28% da população brasileira.

Nesse contexto, o reconhecimento da igualdade de acesso à educação é estabelecido como um "direito social" na CF/88 e reforçado no artigo 206, que estabelece os seguintes princípios para o ensino: I - garantia de igualdade de condições para acesso e permanência na escola e IV - gratuidade do ensino público em instituições oficiais. Adicionado a isso, destaca-se o artigo nº 208 que trata do dever do Estado com a educação, além de outros, mediante a garantia de: VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1988, p. 123 e 124).

A Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também reconhece o direito dos alunos ao transporte escolar, como

evidenciado nos artigos 10 e 11, que estabelecem as obrigações dos estados e dos municípios. Abaixo está a transcrição relevante:

Art. 10. Os estados têm a responsabilidade de: VII - fornecer o transporte escolar para os alunos da rede estadual (BRASIL, 1996, p. 13 -14).

Art. 11. Os municípios têm a responsabilidade de: VI - fornecer o transporte escolar para os alunos da rede municipal (BRASIL, 1996, p.14).

Com isso, foram estabelecidas políticas públicas de transporte escolar em âmbito nacional com o objetivo de garantir o direito à educação para todo(a)s. De acordo com Moraes, Marins e Silva (2019), observando dados do INEP e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, a primeira política pública de transporte escolar rural no Brasil foi criada em 1994, pela Portaria Ministerial nº 955, chamada Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), financiada pelo FNDE. Em 09 de junho de 2004, a partir da Lei nº 10.880, surgiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), visando melhorar o acesso e a permanência dos alunos do ensino fundamental residentes em áreas rurais.

O PNATE permite transferência automática de recursos para custear despesas com veículos e serviços terceirizados, e ainda com a publicação da Medida Provisória nº 455/2009, o programa contemplou toda a educação básica. A padronização dos veículos foi estabelecida em 2007 pelo Programa Caminho da Escola, mediante a aprovação da Resolução FNDE/CD nº 3, do dia 28 de março de 2007, resultando em melhorias significativas no transporte escolar. Desde a sua instituição, o Programa Caminho da Escola contribuiu para o acesso e a padronização da frota, entregando milhares de ônibus para os municípios.

Tais Leis visam assegurar que os estudantes, especialmente aqueles que residem em áreas rurais, tenham a oportunidade de frequentar a escola e ter acesso à educação, promovendo a equidade e a inclusão educacional. Tendo como base informações disponibilizadas pelo INEP, o estudo realizado por Campos (2016) analisou a evasão escolar em municípios brasileiros, tanto rurais quanto urbanos, no período de 2007 a 2014. Os resultados revelaram uma redução de 14,5%, depois que foi implantado o Programa, no número de munícipes rurais que apontaram índices de evasão. Também foi possível constatar que ao longo de oito anos houve queda na média de alunos evadidos, de 4,5% no ano de 2007 para 0,55% em 2014, após o programa ser implementado.

Apesar dos avanços na legislação brasileira e nos indicadores de acesso, a situação do transporte escolar é preocupante, conforme mencionam Freitas e Batezzati (2011, p. 10):

[...] após alguns anos de trabalho no campo podemos ressaltar que o transporte é o problema que mais dificulta o desenvolvimento da educação campestre, pois não há continuidade dos conteúdos ministrados e isto acarreta dificuldades no processo ensino aprendizagem, pois para que o educando seja um sujeito participativo é preciso que tenha condições adequadas de acesso a escola, bem como, encontre no ambiente escolar educadores motivados, participativos e reflexivos, somente assim os estudantes podem se tornar sujeitos críticos e transformadores de seu local de moradia.

Corroborando esses autores, segundo Rodrigues e Pereira (2022), os estudantes enfrentam grandes desafios devido ao transporte escolar precário, aliado à falta de infraestrutura nas estradas e às longas distâncias entre suas residências e as instituições de ensino, uma vez que tais condições podem resultar em cansaço dos alunos, desmotivação para continuar os estudos e até mesmo representar um risco à sua segurança pessoal.

A partir da análise de boa parte da produção literária nos últimos anos, foi possível destacar como principais desafios do transporte escolar, especialmente em áreas rurais:

1 - Frota sucateada: A frota de veículos utilizada no transporte escolar rural apresenta-se em condições precárias (Pinheiro, 2013; Moraes, 2019). A falta de investimento na renovação e manutenção dos veículos resulta em problemas mecânicos frequentes, aumentando o risco de quebras e atrasos no transporte (Pantoja, 2021). Isso compromete a regularidade e a confiabilidade do serviço prestado perante a comunidade escolar.

2 - Falta de segurança: A segurança é uma preocupação constante no transporte escolar rural (Freitas; Battezzati, 2011; Pinheiro, 2013; Monteiro e Monteiro 2018). Muitas vezes, os veículos utilizados não possuem equipamentos de segurança adequados, como cintos de segurança, o que coloca em risco a vida e a integridade física dos estudantes (Lopes, 2009). Além disso, segundo Evangelista *et. al.* (2017) e Santos *et. al.* (2017), as estradas em más condições podem aumentar o risco de acidentes.

3 - Infraestrutura precária: Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo transporte escolar rural é a infraestrutura precária das estradas e vias de acesso às escolas (Moraes, 2019; Ferreira, 2020; Santos, 2020). Muitas vezes, as estradas

rurais são mal conservadas, com buracos, falta de pavimentação adequada e ausência de sinalização (Pergoretti; Sanches, 2005; Brasil, 2007; Pinheiro, 2013; Martins, 2010; Gularte, 2023). Essas condições dificultam a locomoção dos veículos, resultando em trajetos mais longos e desconfortáveis (Silva, 2009).

4 - Distâncias e tempo de deslocamento: Devido à dispersão geográfica das comunidades rurais, os alunos que utilizam o transporte escolar muitas vezes precisam percorrer longas distâncias para chegar à escola. O tempo de deslocamento prolongado pode resultar em jornadas exaustivas e comprometer a disponibilidade de tempo para outras atividades, como estudos e participação em atividades extracurriculares, impactando negativamente na frequência e no desempenho acadêmico dos estudantes (Silva, 2009; Martins, 2010; Ferreira, 2020; Costa, 2021).

Em contrapartida, as leis brasileiras que tratam do transporte escolar estabelecem um cenário bem distinto da realidade vivida. É fundamental destacar algumas diretrizes legais que regem esse segmento, proporcionando uma visão abrangente e crítica. Dentre elas:

1 – O Art. 5º da Resolução nº 45, de 20 de Novembro de 2013, §2º: A definição dos trajetos para os veículos de transporte escolar, em todas as modalidades, deve assegurar a minimização do tempo percorrido e a maximização da segurança.

2 – O Art. 136, II, e 137 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB): Fazer inspeção a cada seis meses para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, além de verificar se o veículo está transitando com a indicação da lotação permitida, já que é proibido conduzir escolares em número maior do que a capacidade definida pelo fabricante.

3 – O Art. 14, da Resolução nº 5, de 28 de maio de 2015, I: Os recursos do PNATE podem ser usados para despesas diversas, como licenciamento, impostos, pneus, taxas e serviços mecânicos, sendo fundamental para garantir a manutenção adequada dos veículos e, assim, promover um transporte seguro de estudantes.

4 - O Art. 2º, §1º, do Guia do Transporte Escolar (FNDE, 2007, p. 20) / Decreto nº 11.162, de 4 de agosto de 2022: Tratam da aquisição de veículos escolares novos para até 59 alunos, importante para a segurança no transporte de estudantes. A definição de capacidades para esses veículos reforça a importância de um transporte escolar seguro e eficiente.

5 - A Cartilha de Regulação do Transporte Escolar Rural (Brasil, 2017): Um dos destaques da Cartilha são a pontualidade e a segurança como requisitos essenciais que devem ser observados no transporte do aluno.

Essas normativas legais abordam critérios essenciais para a segurança dos estudantes durante o transporte. Estabelecendo uma análise minuciosa sobre a implementação efetiva das normas, e refletindo sobre o descompasso entre as regulações e a realidade, evidencia-se a necessidade de adequações e fiscalização rigorosa para garantir um transporte escolar condizente com os padrões estabelecidos pela legislação vigente.

Para superar a problemática, segundo Gularte (2023), são necessários investimentos na infraestrutura, na manutenção e renovação da frota, na formação de pessoal, na melhoria das condições das estradas rurais, na implementação de medidas de segurança adequadas. Destacam-se como fundamental a adoção de políticas públicas efetivas e o envolvimento de todas as partes interessadas para garantir que o transporte escolar rural seja seguro e eficiente, de modo que reduzam o tempo de deslocamento do aluno – da sua casa até a escola e vice-versa (Silva, 2009; Martins, 2010).

3.2 Realidades: Educação Urbana e Educação Rural

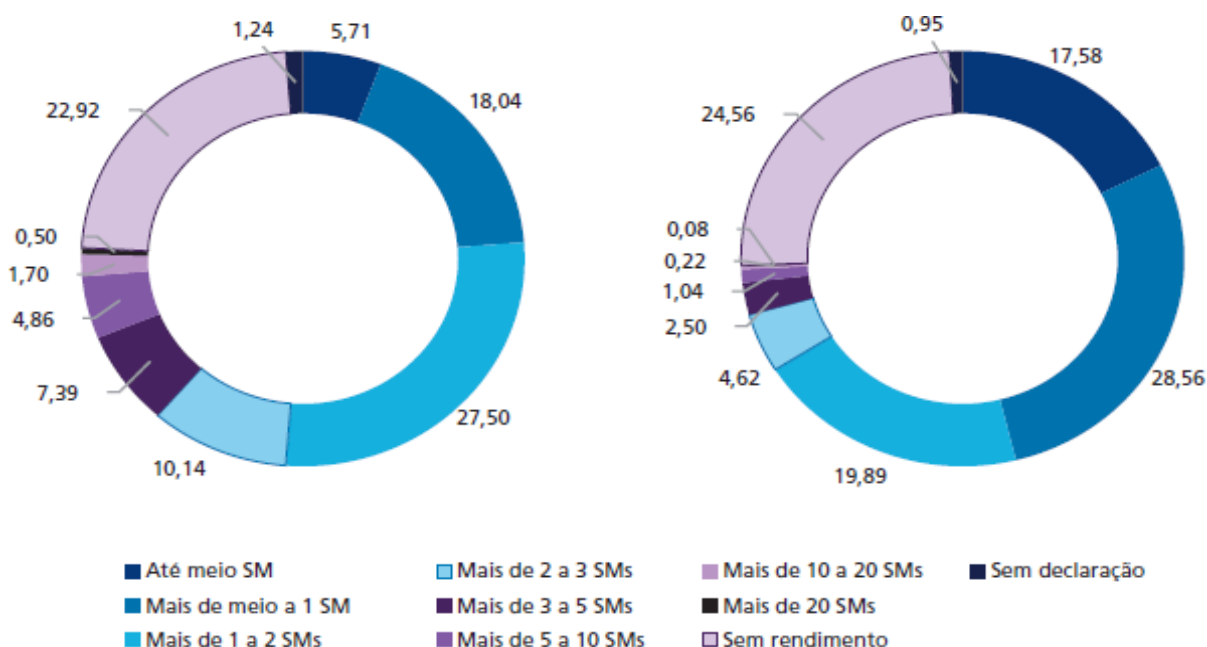
Segundo Pereira e Castro (2021, p. 7), “a condição da escola rural ainda é precária em relação às escolas urbanas”. Os autores, tendo como base os dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), apresentam um mapa/retrato da educação no meio rural, destacando diferenças entre o rural e o urbano. O cenário é de extrema desigualdade, a saber:

a) População Rural e Urbana – Os dados da PNAD mostram que o Brasil tinha aproximadamente 200 milhões de habitantes em 2015, dos quais 84,6% viviam em áreas urbanas e 15,4% em áreas rurais. Há trinta anos, a população rural representava 24,4% da população total do Brasil (IBGE, 1991). No censo de 2000, caiu para 18,7% a população rural do total.

Há regiões no Brasil onde a população rural é maior comparada a outras. Enquanto apenas 6,8% da população do Sudeste vive na zona rural, 26,9% dos residentes no Nordeste e 25% dos nortistas vivem na zona rural (PNAD, 2015). No entanto, esses locais também vêm diminuindo. De acordo com o censo de 2000, 30% da população do Norte e 29% da dos nordestinos moravam em áreas rurais.

b) Diferenças socioeconômicas entre o meio rural e o urbano

Gráfico 1: Rendimento mensal de pessoas acima de 15 anos por faixa de salário mínimo – Brasil (2015)



Fonte: PNAD (2015)

Elaborado por Pereira e Castro (2021)

Nesse cenário, 46,1% da população rural com mais de 15 anos subsistia com um salário mínimo (SM), nas áreas urbanas cai para 23,7%. Além do mais, a proporção da população que afirma viver sem renda é maior nas áreas rurais, de 24,6%, contra 22,9% nas áreas urbanas.

As disparidades de renda são ainda mais desiguais nas áreas rurais, com 41,6% dos homens tendo acesso a menos de 1 SM e já em relação às mulheres o percentual é bem maior, aplicando-se a 51%.

c) Indicadores Educacionais do Meio Rural

Considerando a PNAD 2015, 9% da população brasileira acima de 10 anos era analfabeta. Comparada a PNAD de 2001, houve claro avanço, pois a taxa em 2001 era de 14,6%. No entanto, caiu quase metade no mesmo período, de 13,3% para 7%, a taxa da população urbana, a rural teve um declínio menor, de 30% para 20%. Considerando as regiões, a proporção entre áreas urbanas e rurais no Nordeste a taxa é a mais alta, 27%.

A média, em 2001, de anos de estudo (3,35) da população rural acima de 10 anos era quase a metade da população do campo (6,51 anos). A diferença diminuiu um pouco, em 2015, mas a diferença entre 5,28 anos nas áreas rurais e 8,26 anos nas áreas urbanas continua grande. Em 2015, o número de anos de estudo nas áreas rurais do Nordeste era de 4,72 anos, inferior à média de anos de estudo da população urbana, de 5,46 anos em 2001.

d) Perfil da Educação Básica no Meio Rural

Em 2019, havia 47,8 milhões de matriculados em todo o país, uma queda de 8,9% em relação aos dez anos anteriores. Entre áreas urbana e rural, a queda foi mais acentuada na segunda, o equivalente a 20% nos registros de matrículas segundo o censo escolar de 2019 (INEP, 2020). Os ambientes urbanos, nesse ano, representavam 88,9% dos discentes brasileiros e os ambientes rurais apenas 11,1%. De acordo com a PNAD, a população em idade escolar do Brasil (4 a 17 anos) era de pouco menos de 44 milhões em 2015, cerca de 80% nas áreas urbanas e 20% nas áreas rurais.

Na rede rural de ensino, do total de matrículas, as séries iniciais do ensino fundamental representavam 41,2%, as séries finais eram 25,9% e o ensino médio 7%, com maior concentração de alunos no ensino fundamental. Os discentes das áreas urbanas, um pouco mais espalhados, com 30% nas séries iniciais, 24,7% nos últimos anos do fundamental e no ensino médio, 17%.

Na educação infantil, os discentes representam 18% das matrículas, os da Educação de Jovens e Adultos - EJA, 8%, e 2% dos alunos da educação profissional. Em comparação com 2009, em quase todos os níveis de ensino, o número de alunos matriculados nas escolas rurais diminuiu– 34% nas séries iniciais do ensino fundamental; nos anos finais, 13%; na educação infantil, 12% e na EJA, 24. Por outro lado, a matrícula em creches aumentou, 109%; 36% no ensino médio; e 60% no ensino profissionalizante.

Em termos de escolas rurais, existem 55.345 instituições de ensino de educação básica nas áreas rurais do Brasil, o que corresponde a 23,4% do total de escolas do país em 2019, de acordo com o censo escolar de 2019 (INEP, 2020).

Ano após ano, o declínio dramático no número das instituições de educação rural dedicadas ao ensino tem levantado preocupações. Havia 107.432 estabelecimentos de ensino em 2002, que atendiam 8.267.571 estudantes na zona

rural do país (INEP, 2003). Entre 2002 e 2019, 48,4% do total das escolas rurais fecharam no Brasil, uma média de 3.000 escolas que encerraram suas atividades a cada ano. Enquanto isso, as instituições no meio urbano passaram por uma evolução nesse período, passando de 106.000 escolas em 2002 para 180.000 em 2019 (um aumento de 69%).

Já era esperada a diminuição do quantitativo de escolas rurais devido ao encolhimento da população nesse meio, todavia foram mais fechadas escolas do que reduzido o número de alunos na zona rural, resultando em escassez de vagas nas áreas rurais. Entre os anos de 2009 e 2019, ocorreu uma variação, que evidencia maior redução de escolas rurais (33,6%), enquanto nos matriculados foi de 15,6% a variação e os estudantes (na faixa etária de 4 a 17 anos, equivalente ao ensino básico) moram na zona rural foi de 11,7%. Isso significa que os estudantes que vivem em áreas rurais estão procurando escolas urbanas para suas necessidades de ensino.

O alto custo de manutenção das escolas, segundo levantamento do IPEA (2021), tem sido o argumento dos municípios que tiveram escolas fechadas.

O dinheiro para essa finalidade é, em grande parte, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que dispõe do recurso para a escola conforme o número de alunos, sendo que quanto menor for a matrícula – e na zona rural há menos matrículas de alunos – menor será o valor repassado pelo Fundeb. Em 2019, comparando a matrícula escolar em relação ao campo e a cidade, a média foi de 96 estudantes por escola na primeira, e na segunda foi de 265 estudantes por escola.

Pode-se atribuir ao Plano Nacional de Educação o acelerado fechamento das escolas rurais, visto que estimula o financiamento para transporte escolar em vez da manutenção das instituições de ensino, ficando mais fácil obter recursos financeiros para o transporte do que para conservação das unidades escolares (IPEA, 2012).

O tempo de locomoção do lar (rural) à instituição de ensino (urbano) tem sido um dos grandes malefícios dessa política, estando esses estudantes em condições piores do que aqueles que já moram em cidades e áreas próximas. Dos estudantes rurais que buscam uma educação em ambiente urbano são exigidos maiores esforços, considerando que o tempo de deslocamento para a escola

costuma ser longo, além de se observar o tipo de transporte oferecido, devendo ser regular, em condições boas, seguro, a fim de os estudantes não faltem às aulas e que acidentes sejam evitados.

Entre as regiões do Brasil, as variações de infraestrutura das escolas são as que apontam desvio maior. No Sul, 51% das escolas do campo dispõem de biblioteca, enquanto no Norte, a presença dela tem um ar de “luxo”, pois somente 9,2% das escolas têm biblioteca, enquanto no Nordeste, apenas 10,1% das escolas do campo possuem uma biblioteca. Embora os estudantes rurais sejam extremamente desfavorecidos – afinal, acessar a livros e espaços de estudo, pois muitas vezes o estudo em casa não tem como acontecer – a presença de salas de estudo e/ou bibliotecas deveria ser uma garantia de equidade e acesso para os estudantes brasileiros, pois é um importante instrumento pedagógico para a aprendizagem (IPEA, 2012).

Por outro lado, existem mais salas para uso de computadores do que para bibliotecas, já que aproximadamente 16% das escolas do meio rural têm laboratórios de informática. Apenas 0,5% das instituições de ensino rurais podiam contar com tal estrutura, no ano de 2002, além de 4,2% apenas das escolas terem microcomputadores e 0,4% possuírem internet. Ressalta-se que, em 2002, era muito recente o uso de computadores e a internet estava no começo de sua expansão

Os microcomputadores já eram uma realidade em 51,7% das escolas do meio rural brasileiro, em 2019. Nas áreas urbanas, 96,7% das escolas os possuem. As bibliotecas estão em apenas 56,5% das escolas urbanas, logo, não são dominantes, mesmo nas cidades. Apesar dos avanços com o computador e a internet, não há como garantir que pessoas em salas de informática e tendo acesso à internet tenham realmente aprendido, pois a mera posse de um aparelho e internet não determina a análise dos benefícios educacionais.

Em termos de acesso à Internet, contam com essa estrutura apenas 16,9% das escolas rurais no Norte e 40,3% no Nordeste, enquanto que nas escolas rurais do Sul do Brasil, o número é bem maior, 86,8%. Por outro lado, no meio urbano, as escolas estão em melhor situação: 88,8% das escolas da região Norte têm acesso à Internet e 99,4% das escolas das cidades do Sul têm acesso à Internet.

Quanto a quadras esportivas, somente 14,9% das escolas rurais as possuem, enquanto no meio urbano são 62,2%. Houve um pequeno aumento em relação a 2002, quando apenas 4% das escolas rurais possuíam quadras esportivas.

Com apenas 5,8% e 9,9% das escolas rurais com quadras esportivas, o norte e o Nordeste não atingiram a média nacional, enquanto as escolas rurais no Sul e Centro-Oeste têm quadras, na ordem - 49,5% e 40,4%. Variavelmente, apenas 29,4% das escolas rurais têm quadras, estando em desvantagem as escolas rurais do Sudeste.

A política de alimentação escolar interligada aos pequenos produtores agrícolas é a que detém o melhor desempenho nas escolas rurais do Brasil, sendo que 99,3% das instituições rurais possuem a alimentar escolar, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 72,9% das escolas urbanas do país fornecem alimentação pelo PNAE, e mais de 99% das escolas rurais contam com o programa.

De acordo com o censo escolar de 2019, o número de professores no Brasil é de 2,2 milhões. Em relação a 2009, o número de professores no país aumentou 11,5%. No mesmo período, diminuiu a matrícula em 8,9%, melhorando a relação aluno/docentes, com menos estudantes e mais professores.

As áreas rurais têm 15% dos docentes da educação básica responsáveis por 11,1% dos alunos brasileiros. No entanto, por região, o Nordeste tem 54,8% dos estudantes brasileiros, mas com uma proporção menor de professores, 51,1% do total. Há também um relativo desequilíbrio no Norte, com 21,6 por cento de alunos e 18,5 por cento de professores. Do outro lado, com apenas 7,2% dos estudantes do Brasil e 10,4% dos professores está a região Sul; em contrapartida, a região Sudeste possui 15% dos professores e 11,9% dos estudantes.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho teve como objeto de estudo o desenvolvimento de um Centro Estadual de Educação Profissional Rural, situado em ambiente afastado de um centro urbano, com foco no transporte escolar. A instituição serviu como base nesta pesquisa para a caracterização das escolas de educação profissional rural, destacando fatores que contribuem ou não com o seu desenvolvimento.

Adotou-se o estudo de caso como estratégia de pesquisa, que de acordo com Yin (2015, p. 04), há indicação de uso desse estudo pelos seguintes motivos:

não existe fórmula, mas a escolha depende, em grande parte, de sua(s) questão(ões) de pesquisa: Quanto mais suas questões procurarem explicar alguma circunstância presente (por exemplo, “como” ou “por que” algum fenômeno social funciona), mais o método do estudo de caso será relevante.

Sobre a estratégia, Gil (2010, p. 37) destaca que ele “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Neste tipo de estudo, o objetivo é descrever com precisão um fenômeno ou situação em detalhes para que as características dos indivíduos, situações ou grupos sejam englobadas e estabelecer relações entre as variáveis (Bertucci, 2015).

Assim, segundo Ludke (2018), o investigador deve estar atento a uma quantidade – a maior possível – de componentes presentes na conjuntura em estudo, uma vez que um ponto considerado trivial pode ser fundamental no melhor entendimento da problemática em estudo.

4.1 Natureza da Pesquisa

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa que, de acordo com a visão de Minayo (2012), se interessa pelo universo de sentidos, razões, preceitos, fé, desejos, ações humanas, porque esses componentes fazem parte de um espaço intenso das relações, procedimentos e fenômenos, não podendo ser capturados por médias, equações e estatísticas, nem ser reduzidos a variações matemáticas.

Dessa forma, foram descritas as condições de desenvolvimento do ensino profissionalizante com foco no transporte escolar, a partir da percepção de alunos, professores, gestores e mães, sendo identificados avanços e desafios que favorecem ou não o desenvolvimento escolar.

4.2 Participantes da Pesquisa

Foram considerados para esta pesquisa alunos do Curso Técnico em Agropecuária do 3º ano do Ensino Médio Integrado, tendo em vista, principalmente, a superação dos desafios por eles nos primeiros anos do curso – voltado para o meio rural. Além disso, gestores, mães e docentes dos diferentes cursos também foram consultados sobre as condições de desenvolvimento da escola. A seleção dos participantes foi feita por conveniência ou acessibilidade do pesquisador e que voluntariamente decidiram por contribuir com a investigação, conforme disponibilidade.

Foram incluídas pessoas maiores e menores de idade, a saber: a direção e a coordenadora pedagógica da escola, 03 mães, 04 aluno (a)s do 3º ano do curso técnico em agropecuária, além de 06 professores de cursos técnicos diversos –

sendo 01 de agropecuária, 01 de enfermagem, 01 de informática, 01 de marketing, 01 de saúde bucal e 01 de serviços jurídicos – observando a disponibilidade e o interesse em participar da pesquisa. Foram excluídos da pesquisa aqueles que não quiseram participar do estudo.

Nesta pesquisa, utilizou-se o método de saturação para finalizar a coleta de dados que, segundo Minayo (2017), define o instante em que deve haver interrupção quando do levantamento das informações. A escolha do limite da quantidade de participantes deve ser guiada pelo escopo dos assuntos e pelas complicações do estudo (Charmaz, 2006).

4.3 Instrumentos de Produção de Dados

Em se tratando de procedimentos para produção de dados, que deram suporte a esta investigação, os instrumentos utilizados e a justificativa para a escolha estão descritos da forma a seguir:

4.3.1 Observação

Considerando as modernas abordagens de pesquisa em educação, a observação possui um lugar especial, pois torna possível a estreita ligação pessoal do pesquisador com o caso estudado, isso gera vantagens. Primeiramente, porque a experiência pessoal é o melhor teste para verificar se um determinado fenômeno ocorre. Ademais, os observadores têm acesso direto ao conhecimento e à experiência pessoal cotidiana para ajudar a compreender e explicar o fenômeno em estudo. E ainda facilita a produção de dados onde outras formas de interação não podem ser usadas (Lüdke, 2018).

Assim, foram observados o cotidiano escolar, levando em conta os espaços formais de aprendizagem e outras dependências do ensino, o diálogo com os participantes da entrevista e documentos que apoiam o funcionamento da instituição de ensino.

4.3.2 Entrevista

Segundo Yin (2015, p. 114) “Uma das fontes mais relevantes de informação para o estudo de caso é a entrevista”. “Ela possui papel relevante também em

atividades da ciência assim como em várias outras que envolvem humanos” (Lüdke, 2018, p. 38). Este autor destaca que a entrevista semiestruturada é a mais adequada para o trabalho de pesquisa, pois possibilita elucidar, retificar e ajustar – tornando-se extremamente eficaz em obter as informações desejadas.

Para uma boa entrevista, de acordo com Becker (1998) deve-se observar a satisfação das necessidades da pesquisa e as questões precisam de ser amigáveis, sem tom de ameaças nas suas entrevistas abertas. Assim, foram entrevistados alunos, professores e gestores que atuam em diversos lugares da instituição de ensino, além mães de discentes.

Ressalta-se que o participante não foi identificado pelo nome, mas pela função/posição que ocupa e um número correspondente à ordem da participação, respondendo às perguntas de forma individual, sem ajuda do pesquisador. A não identificação permitiu maior fidedignidade dos dados, evitando sua contaminação por eventuais receios e/ou medos.

Foram entrevistadas 15 pessoas: 4 alunos, 6 professores, 1 diretora, 1 coordenadora pedagógica e 3 mães. O diálogo entre o pesquisador e o pesquisado ocorreu em sua grande maioria em uma sala reservada pela gestão da escola, por meio de um roteiro com perguntas sobre a temática previamente preparado, em um período de aproximadamente uma hora. A entrevista com as responsáveis pelos alunos aconteceu na zona rural, onde residem.

Vale destacar ainda a grande resistência de estudantes em não querer participar da pesquisa, perguntando se ganhariam ou não alguma coisa em troca, se eram obrigados a participar, embora o pesquisador tenha buscado se preparar para conseguir com que todos participassem, dialogando com a gestão, os professores e reunido condições materiais (datashow), argumentos, quando da apresentação do projeto em sala de aula.

4.4 Aspectos Éticos

O projeto de pesquisa foi submetido ao Conselho de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto Federal do Piauí (IFPI) e aprovado em conformidade com as orientações que constam na Resolução nº 466/2012 e ainda na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde pelo fato de estarem envolvidos seres humanos. Nos documentos, constam orientações relacionadas à

dignidade humana, como o respeito, a fim de garantir aos participantes a proteção de que precisam no desenvolvimento do estudo.

Quanto aos participantes, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi utilizado, a fim de esclarecer sobre os objetivos e metodologia da pesquisa, a livre ou recusa da participação na pesquisa – esta sem nenhuma penalidade –, a seguridade quanto ao sigilo das informações e a garantia de que os participantes terão a identidade preservada, no anonimato. Lido o documento, destacando riscos e benefícios, os participantes que optaram por participar assinaram duas cópias do TCLE e ficaram com uma delas.

Ressaltou-se a importância do estudo para a comunidade escolar. Com a realidade situacional apresentada, a gestão da escola pode se organizar internamente para minimizar ou combater os problemas apresentados – a depender da governabilidade que tenha sobre eles -, além de fortalecer aquilo que já faz e faz bem pelos produtos identificados. Pode ainda contribuir para a formulação e/ou implantação de políticas públicas específicas para melhorar a realidade educacional mapeada.

5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com Lüdke (2018), para que os dados qualitativos sejam analisados é necessário que o pesquisador verifique todos os materiais levantados. É importante, inicialmente, a organização do material, dividido em partes, ligando-as e procurando achar padrões e tendências que sejam relevantes. Em seguida, são reavaliados esses padrões e essas tendências, buscando relações e conclusões em um nível superior de abstração.

Para tanto, utilizou-se a análise de conteúdo como técnica que, segundo Bardin (2016), constitui um conjunto de técnicas de análise da comunicação destinadas à obtenção de indícios que sejam ou não quantitativos mediante processos sistematizados e propósitos de descrição do conteúdo das mensagens permitindo inferir saberes sobre o contexto de produção/receptividade dessas informações. Essa autora divide a análise nas seguintes etapas: 1) Pré – análise - compreendida como a organização de materiais que serão analisados; 2) Exploração do material – Trata-se aqui de tomada de medidas no que se refere à aplicação de procedimentos, de forma manual ou feita pelo computador, o desenvolvimento do programa é completado manualmente. Corresponde à

operacionalização de códigos, numeração ou decomposição em detrimento de normas que sejam elaboradas antecipadamente; 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação – aqui os resultados passam a ganhar sentido, este é o momento em que o pesquisador busca saber quais informações estão por trás dos dados e o que é importante destacar para a tomada de decisão.

Dessa forma, esta seção apresenta os resultados encontrados a partir da pesquisa desenvolvida, da análise e da discussão do material produzido. Está dividida em outras subseções, como a apresentação do perfil sociodemográfico dos entrevistados, locus da pesquisa, a estrutura administrativa e organização pedagógica da escola, os obstáculos e facilitadores no desenvolvimento escolar, transporte escolar e participação e a relação entre condições socioeconômicas e desenvolvimento escolar

5.1 Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

Para a análise dos resultados, é fundamental contextualizar a diversidade dos participantes envolvidos nesta pesquisa. A seguir, está a tabela que resume os principais dados sociodemográficos dos participantes, fornecendo informações valiosas sobre a amplitude e a representatividade das vozes que contribuíram para esta pesquisa. A compreensão dessas características individuais permite uma análise mais abrangente dos resultados.

Tabela 1 - Dados Sociodemográfica dos Participantes da Entrevista

Participantes – 15	Gênero		Faixa Etária				Escolaridade				Etnia		Renda			
	Masculino	Feminino	17-25 anos	26-35 anos	36-45 anos	46-55 anos	EF Incompleto	EM Incompleto	EM Completo	Especialista	Mestrado	Branco	Pardn	< 1 SM	1 – 2 SM	2 – 3 SM
Gestore(a)s – 2		2		2					2			2				2
Professore(a)s – 6	5	1		6					4	2	2	4		3		3
Aluno(a)s – 4	3	1	3	1			4					4	3	1		
Pais/Mães – 3		3	1	1	1	2		1				3	2	1		

Legenda: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; < – menor que; SM – Salário Mínimo

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

De acordo com os dados sociodemográficos descritos na tabela, 15 pessoas participaram da pesquisa, sendo 3 mães, 4 alunos, 6 professores, 2 gestores. Do total de participantes, 8 identificaram-se como sendo do gênero masculino e 7 do gênero feminino. A maioria possui especialização como grau de escolaridade, situa-se na faixa etária de 26 a 35 anos, é de cor parda e possui renda de até 2 salários mínimos. É relevante ressaltar que, entre os alunos e familiares pesquisados, a maioria declarou renda inferior a 1 salário mínimo.

5.2 Lócus da Pesquisa

O Centro Estadual de Educação Profissional Rural situa-se em um cenário geograficamente desafiador, servindo a comunidades rurais dispersas e afastadas de um centro urbano ao norte do Piauí que, segundo IBGE (2022), possui mais de 40.000 habitantes, a maior parte localizada na zona rural de acordo com o penúltimo censo demográfico (IBGE, 2010), e uma área territorial de mais de 1.500 km².

Sua implantação aconteceu em 2012 tendo como objetivo principal, segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola (2022), o desenvolvimento dessa região, minimizando problemas relacionados à criminalidade, a vias públicas, à produtividade agrícola, emprego e renda. No entanto, como a obra ainda não havia sido concluída, a unidade de ensino só começou a funcionar no ano de 2014 com 217 alunos, nos turnos manhã e tarde, distribuídos em 3 (três) cursos técnicos: informática, enfermagem e saúde bucal.

O colégio fica na periferia a 1,8 km do centro de uma cidade, e que, conforme consta no PPP (2022), nasceu de uma invasão de terras periurbanas, e as famílias que por lá vivem são, em maioria, de baixa renda. O lugar demanda de infraestrutura urbana e não é bem visto pela comunidade. Isso resulta em uma série de obstáculos para garantir o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes à educação, incluindo a falta de infraestrutura de transporte adequada.

5.3 Estrutura Administrativa e Organização Pedagógica da Escola

Neste segmento, os resultados das entrevistas, observações e consulta ao Projeto Político Pedagógico, ao mapa de matrícula, à rota do transporte escolar e horário semanal das aulas revelam a estrutura administrativa e a organização político-pedagógica do Centro Estadual de Educação Profissional Rural.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, o colégio conta com 09 salas de aula, 02 salas para administração, 01 secretaria, 02 depósitos para uso de almoxarifado; 01 refeitório, 01 cozinha, 01 sala de atendimento multifuncional, 01 biblioteca, 13 banheiros; 03 laboratórios; pátios internos e externos; 01 ginásio poliesportivo; 01 rampa de acessibilidade na entrada do prédio e área verde em uma área de 2.099,26 metros quadrados. A escola possui uma ampla variedade de instalações e a presença de áreas verdes e acessibilidade.

A equipe técnico-administrativa está organizada da forma seguinte: um diretor, uma coordenação pedagógica, duas coordenações de eixo – sendo uma em Ambiente e Saúde e a outra em Informação e Comunicação, o corpo docente e discente da escola. Já a equipe pedagógica abrange a direção da escola, coordenadores e professores.

A escola adota como estrutura organizacional as seguintes modalidades e nível de ensino: Educação Profissional, na forma de habilitação técnica de nível médio, compreendendo semestres/módulos/etapas, com carga horária mínima estabelecida de acordo com a legislação atual e descrita nos planos individuais de cada curso, pelo órgão competente aprovados. São ofertadas: 1ª, 2ª e 3ª Série do Ensino Médio Integrado, Proeja, Subsequente e EJA-Tec.

Atualmente, a escola funciona nos turnos manhã, tarde e noite, e atende a 689 alunos de 73 comunidades (sendo 221 na zona rural e 468 na zona urbana), distribuídos em 9 (nove) cursos técnicos: Agropecuária, Administração, Enfermagem, Informática, Informática para Internet, Manutenção e Suporte em Informática, Marketing, Saúde Bucal e Serviços Jurídicos.

Percebe-se que a unidade de ensino atende a um conjunto diverso de alunos provenientes de diferentes comunidades, tanto urbanas quanto rurais. Comparado com o 1º ano de funcionamento, o número de alunos e de cursos triplicou. Isso sugere um impacto significativo na região, fornecendo educação e treinamento a muitos estudantes, o que pode contribuir para o desenvolvimento educacional e econômico da comunidade local.

Salienta-se ainda a flexibilidade quanto aos turnos de funcionamento, ou seja, os alunos podem escolher o horário que mais dialoga com a sua realidade, podendo ser benéfico principalmente para aqueles que trabalham ou têm outras responsabilidades fora de casa.

5.4 Obstáculos e Facilitadores no Desenvolvimento Escolar

Tendo como base as informações colhidas por meio das entrevistas, os obstáculos e facilitadores identificados foram organizados nos Quadros 3 e 4 seguintes, propiciando uma visão clara e concisa dos aspectos que desenham a jornada do Centro Estadual de Educação Profissional Rural. Percebe-se uma visão panorâmica dos elementos críticos que impactam no desenvolvimento da escola, assim como uma compreensão ampla das forças que influenciam seu progresso.

Quadro 3 - Obstáculos no Desenvolvimento da Escola

Quesitos	Descrição	Entrevistados – 15			
		Gestão 2	Professores 6	Alunos 4	Pais 3
Obstáculos	Quadro incompleto de funcionários	1			
	Metodologia tradicional e ensino		1		1
	Lanche insuficiente			1	2
	Baixa remuneração dos professores das áreas técnicas principalmente	1			
	Falta de formação continuada para as áreas específicas ou pouca qualidade da oferta		2		
	Falta de material para as áreas específicas (livros técnicos, manequins, gel, outros)		4		
	Defasagem de aprendizagem (alunos do campo é maior)		3		
	Dificuldades de alinhar a teoria à prática	1	2	1	1
	Tratamento igual em termos de aprendizagem			1	
	Pressão acadêmica por notas altas				1
	Portões sempre abertos			1	

	Poucos eventos que envolvem a comunidade escolar			1	1
	Morosidade na entrega de certificado dos alunos				1
	Dificuldades na comunicação entre escola e famílias				2
	Distância da escola em relação às comunidades rurais atendidas.				3

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Dentre os obstáculos identificados, sobressaíram-se a dificuldade de os professores alinharem a teoria com a prática e a escassez de recursos pedagógicos.

Nota-se isso na fala dos entrevistados a seguir:

O empecilho mesmo na parte pedagógica é a falta de livros técnicos para os alunos, porque muitas vezes só a prática, você não aprende muito, o interessante é que ele veja também essa parte teórica, então a dificuldade maior é a falta do livro, do livro técnico para esses alunos (Professor 01).

Meus maiores problemas seria alinhar a prática clínica com a teoria [...] a gente ainda tem uma grande dificuldade de conseguir, por exemplo, materiais como manequins, procedimentos invasivos como gel, scalp, materiais mesmo que a gente possa colocar o aluno na prática em si (Professor 05).

Na nossa área de curso – Agropecuária -, não tem animais disponíveis para ver como eles se comportam de acordo com os estudos que temos ... nunca foi feita uma análise do solo para percebermos o tipo certo de adubo para ser usado (Aluno 01).

Tais preocupações evidenciam a necessidade de recursos e materiais apropriados para a melhoria da qualidade do ensino prático e teórico nas respectivas áreas do conhecimento. Segundo Lira (2017), os estudantes que frequentam escolas com infraestrutura inadequada apresentam resultados inferiores de aprendizagem quando comparados com os que estão em ambientes escolares adequados. Essa situação aparece nos trabalhos de investigação desenvolvidos por Vergili (2018) e Morais (2018). No caso de livros técnicos, vale destacar que o primeiro autor afirma que a instituição pesquisada possui o material, enquanto que o segundo relata que o livro adotado não dialoga com a realidade local/regional. Para Morais (2018, p. 110):

A ausência de um material-base, seja um livro didático ou outro qualquer, leva a um afastamento ainda maior dos conteúdos básicos disponíveis nas diretrizes nacionais e estaduais da realidade do aluno, posto que os professores acabam por seguir um caminho particular, na medida em que selecionam os conteúdos a partir de objetivos/interesses próprios, sem, necessariamente, observar as questões locais, regionais e nacionais.

Para Saviani (2007, p. 136), “[...] os livros didáticos serão o instrumento adequado para a transformação da mensagem científica em mensagem educativa”. Esse texto destaca a relevância dos livros como ferramentas imprescindíveis na conversão da complexidade da mensagem científica em uma forma educativa, tornando-a mais acessível e compreensível para os estudantes. Na concepção de Santos (2021), o Livro Didático pode se tornar uma ferramenta metodológica essencial na prática educacional – indispensável para o processo ensino-aprendizagem -, desde que seja submetido a uma análise e seleção sistemática e crítica alinhada à realidade da escola.

Vale destacar a necessidade do diálogo entre teoria e prática quando da atuação docente para um trabalho eficiente e eficaz. De acordo com Ghedin (2005, p. 133), é essencial a compreensão de que “para produzir mudança não basta desenvolver uma atividade teórica; é preciso atuar praticamente”. Em outras palavras, para efetuar mudanças reais no fazer pedagógico é importante agir na prática e não apenas teorizar ou discutir conceitos de forma abstrata, haja vista transformações significativas.

Outros fatores também relacionados à área pedagógica foram percebidos nas vozes dos pesquisados:

O ensino do pessoal da zona rural, não sei como é aqui nas escolas públicas, mas quando eles chegam aqui, eles têm uma dificuldade tremenda em relação ao pessoal da cidade, principalmente no que diz respeito às partes de informática (Professor 03).

Poderia ter uma oferta maior ou ter essa oferta que eu sinto falta de treinamento para nós, professores das disciplinas específicas, no que diz respeito à informática, treinamentos de novas tecnologias, treinamentos acerca de robótica (Professor 03).

Às vezes se torna muito enjoativo para eles, eu particularmente, eu até sim, eu gosto muito de utilizar datashow quando for passar alguma atividade mais diferenciada, mas na grande maioria das vezes eu acabo mais na exposição oral mesmo e o quadro branco. (Professor 04).

Querem que todo mundo aprenda na mesma velocidade, do mesmo jeito, sendo que ninguém é do mesmo jeito e alguns até desistem porque falam que são "burros" sendo que às vezes só precisam de um acompanhamento direto [...] o estresse de expectativas de ser o aluno nota 10 e lidar com um monte de matérias e assuntos - muitos deles inúteis na minha opinião - uma mais difícil que a outra (Aluno 02).

As observações apontam para desafios no ensino, nas abordagens pedagógicas e nas expectativas dos alunos que podem afetar o desenvolvimento da escola. Na observação dos professores, estão a defasagem de aprendizagem dos alunos da zona rural em relação aos alunos da zona urbana, indicando um atendimento diferenciado, e a necessidade de formação, além da preferência por métodos tradicionais de ensino, como a exposição oral e o quadro branco, embora tenha admitido o uso de tecnologia quando necessário. Um aluno descreveu a pressão acadêmica e a frustração que enfrenta diante da expectativa de aprender no mesmo ritmo que os demais e a dificuldade de lidar com muitas matérias, algumas das quais considera desnecessárias.

De acordo com Pereira e Castro (2021), a zona rural apresenta índices educacionais mais baixos se comparados ao meio urbano, sendo, em alguns casos, consideravelmente mais baixos. Notadamente, quando se considera o desenvolvimento como um conceito mais amplo do que apenas a produção agropecuária local, a deficiência na qualidade educacional nas áreas rurais impede o progresso mais significativo de diversas regiões do Brasil. Nesse sentido, é importante um trabalho intenso, diferenciado e sistemático com esses estudantes por meio de estratégias didático-pedagógicas que dialoguem com suas necessidades específicas, de modo que possam avançar e conseguir melhores resultados de aprendizagem escolar. Isso está previsto no art. 28 da LDB (2020, p. 22), a saber:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Para tanto, conforme estudo realizado por Brighenti *et. al* (2015), a fim de saber, na opinião de alunos, quais os métodos de ensino são mais eficazes em relação à aprendizagem, foram destacados a resolução de exercícios e o uso de aulas mistas, que envolvem a teoria com a prática de forma integrada. A resolução de exercícios como método de ensino destaca a importância da prática ativa para o aprendizado, o que pode promover a autonomia e a capacidade de raciocínio crítico dos alunos. Já o uso de aulas mistas sugere uma abordagem mais integrada ao

ensino, já que busca conectar os conceitos teóricos apresentados em sala de aula com aplicações práticas do mundo real. Isso pode tornar o aprendizado mais significativo para os estudantes, ajudando-os a entender a relevância e a aplicação prática do conhecimento adquirido. O estudo mostra que uma pequena parte dos alunos consideram as aulas expositivas (teóricas) como eficazes para o seu aprendizado.

Nesse sentido, Molina e Freitas (2011) destacam que é essencial proporcionar aos docentes que atuam em regiões rurais uma formação apropriada, com o intuito de prevenir a discriminação e a subestimação dos alunos provenientes do campo.

No que tange a problemas administrativos, os entrevistados destacaram a necessidade de recursos humanos e da sua valorização, o incremento da segurança, da comunicação, do lanche e de eventos que envolvam a comunidade escolar, além da demora para entrega de certificação e da dificuldade de acesso à escola devido à distância, a saber:

Hoje a gente trabalha com um quadro bem reduzido, onde poderíamos ter mais auxiliares de serviços gerais. E a gente trabalha com duas pessoas que se “rebolam” para dar conta de lanche, de limpeza (Gestor 02).

Eu ainda colocaria aqui a importância do profissional, especialmente os que vêm desenvolvendo esse trabalho na área específica de nossa escola, uma espécie de bonificação ou gratificação (Gestor 01).

O meu filho se queixa de fome. Não só o meu, já ouvi outros pais falarem isso. Ele sai cinco horas da manhã, não toma café, chega duas horas, a merenda é fraca, só um pedacinho de melancia. Nesses três anos que meu filho estuda lá, se eu tiver ido à escola três vezes, andei muito, mais assim por causa que é longe (Mãe 02).

Nível de quase irresponsabilidade da escola perante o aluno, pois os portões sempre estão abertos pra "qualquer um" entrar; também a falta de vontade da escola em eventos escolares ou interescolares (Aluno 02).

Lá demora muito para receber o diploma. Meu outro filho terminou o curso técnico de informática e nunca recebeu o diploma, e já faz dois anos ... eu não frequento muito a escola por que moro longe ... somos informados só de reunião mesmo pelo grupo com os alunos, se existe outros eventos, fica só entre eles, não tem divulgação (Mãe 01).

Percebe-se dentre as falas que uma mãe expressou preocupação com a qualidade e quantidade da merenda escolar, relatando que seu filho e outros alunos se queixam de fome devido à falta do café da manhã e à insuficiência da merenda. Conforme a Resolução de nº 6, publicada em 8 de maio de 2020, que trata da oferta

da alimentação escolar para os estudantes da educação básica no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, estabelecido no seu art. 3º:

A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e uma responsabilidade do Estado e será promovida e incentivada com vista ao atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Resolução, dentre elas, VI - o direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social.

Em sua pesquisa sobre a gestão do PNAE, no Instituto Federal de Farroupilha, Campus Jaguari, Andrade (2019), destaca a dificuldade em manter de forma equilibrada uma alimentação quanti-qualitativamente para que a instituição funcione plenamente, haja vista o congelamento de recursos para educação e saúde por vinte anos pelo governo federal em 2016, este alegando combater a crise econômica no país. Isso pode comprometer não apenas a nutrição dos alunos, restringindo os recursos destinados à alimentação escolar, como também o pleno funcionamento da instituição. Essa situação evidencia a necessidade de considerar os impactos de decisões econômicas em áreas vitais como a educação e saúde. A alimentação dos alunos é insuficiente, e inadequado o teor nutricional (Silva, 2018).

A necessidade de funcionários para atender a demanda diária da escola, presente na fala de um dos entrevistados, pode sobrecarregar os profissionais já existentes, levando-os ao cansaço, estresse, baixa produtividade, desmotivação e até a rotatividade, além de comprometer a qualidade e o atendimento aos prazos estabelecidos.

O fator segurança também foi mencionado e é imprescindível para o desenvolvimento da escola, haja vista o contexto onde está localizada e o relato de um dos participantes que teme o fato de os portões estarem sempre abertos para qualquer um entrar. Além disso, a distância da escola em relação às comunidades rurais destaca a necessidade de considerar os desafios geográficos. Dessa forma, a disponibilidade do sistema de transporte escolar exerce um papel fundamental em mitigar essas barreiras geográficas, o que, por sua vez, contribui de forma significativa para o avanço da instituição.

No quadro a seguir, constam as forças existentes na escola e que contribuem para o seu desenvolvimento:

Quadro 4 – Facilitadores no Desenvolvimento da Escola

Quesitos	Descrição	Entrevistados – 15			
		Gestão 2	Professores 6	Alunos 4	Pais 3
Facilitadores	02 lanches para os alunos do campo		1		
	Professores qualificados, presentes.			2	1
	Laboratório de informática com internet (adequado)		2		
	Salas de aula climatizadas		1	1	
	Gestão escolar organizada		1		
	Práticas diferenciadas de ensino (data show, aulas práticas)		4		
	Teoria alinhada à prática		3		
	Interesse dos alunos		3		
	Oferta de materiais em PDF				1
	Tratamento diferenciado para os alunos do campo		5		
	Oferta de cursos profissionalizantes			1	3

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em se tratando de facilitadores no desenvolvimento escolar, os pontos de atenção que se destacam são: o tratamento diferenciado aos alunos do campo, as práticas diferenciadas de ensino e a oferta de cursos profissionalizantes. Os professores demonstraram disposição para revisão de conteúdos e aplicação de métodos inovadores, além da percepção de um olhar sensível da escola para com as necessidades dos alunos da zona rural, não aplicando faltas e acelerando conteúdos para que esses estudantes tenham acesso ao ensino e ainda a ênfase quanto à conclusão de um curso para ingresso no mercado de trabalho. Seguem evidências dos relatos de alguns dos entrevistados:

Aí a gente tem que trabalhar um pouco mais, explicar, atrasar o conteúdo um pouco mais do restante do pessoal, explicando o conteúdo, revisando o conteúdo até fazer com que eles entendam. Depois que todos entendem, pronto, aí é só seguir adiante (Professor 03).

A escola sempre direciona os professores, que eles observem a questão dos alunos da zona rural, que usam o transporte escolar, para a gente fazer o que? Às vezes não colocar falta ... a gente acaba fazendo às vezes uma atividade diferenciada para compensar aquela falta para o aluno que ficou sem ir à escola em decorrência da falta do transporte escolar (Professor 04).

O que acontece de um pouco mais diferente é que por conta do transporte [...] às vezes, sair um pouco antes do horário de término da aula, a gente acaba acelerando alguns conteúdos, acelerando a aula, para que os alunos da zona rural eles tenham acesso às informações (Professor 06).

A gente viu um baixo nível de rendimento, e aí, não, esse ano eu quero fazer diferente, pois esse método, até agora, está sendo muito satisfatório, pelo menos para a minha disciplina do curso de agropecuária, metodologia de sala invertida (Professor 01).

A gente coloca ele lá por que quando sai de lá já sai com um curso e fica melhor para conseguir um trabalho...aí assim é melhor (Mãe 01).

Observa-se nas falas dos professores entrevistados o reconhecimento de adequação das práticas pedagógicas às necessidades dos discentes, podendo contribuir com a redução das desigualdades de aprendizagem em sala de aula. Para Bof *et al.* (2006), a transformação da educação rural requer um currículo que dialogue com a vida e os valores das comunidades rurais, indo além de infraestrutura escolar e da formação de professores.

No entanto, um dos alunos (02) entrevistados declarou que ninguém aprende com a mesma velocidade e nem da mesma forma, reforçando a ideia de que uma mesma abordagem pode não ser eficaz para todos. A fala dos docentes dialoga com a do discente quanto à consideração das diversidades para ajustes na prática pedagógica, podendo ser fundamental a personalização do ensino para melhorar a experiência e o desempenho dos alunos. Por outro lado, não são todos os professores que têm essa percepção, haja vista que o estudante (02) diz se sentir pressionado para aprender no mesmo ritmo que os demais.

A sala de aula invertida adotada por um professor revela uma abordagem inovadora, na qual os alunos são expostos ao conteúdo antes da aula, permitindo um tempo mais significativo para interação e discussão durante as aulas presenciais. Ao mencionar a satisfação obtida com a aplicação da metodologia, o professor destaca a eficácia na disciplina de agropecuária, indicando a importância de se considerar abordagens pedagógicas diferenciadas e, quando necessário,

específicas para cada área de conhecimento, reconhecendo as individualidades e demandas dos estudantes. Tal método pode ser compartilhado com o corpo docente a fim de fortalecer as práticas pedagógicas em sala de aula. Nesse sentido, Paulo Freire, na obra "Pedagogia do Oprimido" (1987, p.47), ressalta a importância de uma educação problematizadora para a emancipação dos indivíduos, sendo fundamental que aqueles submetidos à dominação sejam incentivados a lutar por sua própria libertação.

Vale destacar a importância dada a escola por uma mãe, de baixa renda, que reconhece a instituição não apenas como um lugar onde acontece a aprendizagem acadêmica, mas como uma oportunidade de aquisição de habilidades práticas para inserção no mercado de trabalho. A mãe parece ver a escola como uma forma de superação das barreiras econômicas que geralmente enfrentam as famílias de menor poder aquisitivo.

Esses facilitadores, somados a outros, como um segundo lanche, o espaço de informática adequado e bem equipado, os materiais de estudo, a gestão de resultados, os professores qualificados e o interesse dos alunos em cursos práticos, combinam-se para a promoção do desenvolvimento educacional da escola, a saber:

O segundo lanche é obrigatório para eles, e principalmente o pessoal da agropecuária, que a gente faz muita prática (Professor 01).

Bons professores, são bons no sentido ser professor qualificado para o trabalho que eles estão realizando; as salas climatizadas, os materiais de estudo disponíveis em PDF, isso ajuda muito (Aluno 01).

A gente tem aqui um laboratório de informática bem equipado ... é um fator que possibilita a gente mostrar o conhecimento e deixar com que esses alunos aprendam de forma mais ... que tenham uma qualidade maior de aprendizado (Professor 03).

A gestão, facilita muito, porque mesmo faltando algumas coisas, eles acabam sempre dando um jeito, organizando, coordenando de forma que a gente consegue resultados ... o próprio interesse dos alunos, mesmo com as dificuldades que existem, os alunos são muito interessados em aprender, então isso facilita muito o trabalho pedagógico (Professor 06).

É importante destacar que os alunos, quando se inscrevem, se matriculam para ingressar nesses cursos, eles querem a prática, a prática associada ao curso que eles escolheram no ato da matrícula ou inscrição, eu considero que essas práticas associadas à teoria têm impactado positivamente. (Gestor 01).

Considerando os obstáculos e facilitadores ao desenvolvimento escolar, observa-se que o lanche e a relação entre teoria e prática aparecem nas duas situações.

No primeiro caso, apesar de a escola disponibilizar dois lanches para alunos da zona rural, mães e discentes relatam que a alimentação é insuficiente e de baixa qualidade, situação também presente na pesquisa de Silva (2018). De acordo com Pereira e Castro (2021), a partir dos dados do IPEA (2021), a alimentação escolar é considerada um aspecto crucial na educação do Brasil, haja vista que muitas crianças no país enfrentam a falta de alimentos em seus lares e a alimentação escolar frequentemente se torna a única refeição diária disponível para elas. Tal condição exerce impactos significativos no processo de aprendizado tanto de crianças quanto de adolescentes, uma vez que indivíduos subnutridos tendem a apresentar menor capacidade de concentração e raciocínio.

No segundo caso, principalmente pelas condições reais da escola, embora sejam de grande relevância para a aprendizagem dos alunos, na opinião dos entrevistados, a teoria pouco dialoga com a prática, e vice-versa. De acordo com Pimenta (2005), o conhecimento do professor não se origina exclusivamente da prática, mas alimentado também pelas teorias educacionais. Para esse autor, a integração entre a teoria e a prática no campo educacional é uma necessidade, haja vista que os educadores se beneficiam ao incorporar não apenas suas experiências práticas, mas também ao fundamentar suas práticas em princípios teóricos sólidos, podendo proporcionar aos alunos uma educação mais sólida, adaptativa e centrada em suas necessidades individuais.

Nesse sentido, segundo Libâneo (2004), a formação continuada é essencial, haja vista o aperfeiçoamento profissional – integrando teoria e prática no ambiente de trabalho, e desenvolvendo conhecimentos abrangentes, ultrapassando as demandas específicas da prática profissional. A aprendizagem contínua é uma necessidade fundamental para o indivíduo enquanto professor – agente, e ainda a escola como um ambiente de crescimento profissional contínuo, onde a formação continuada acontece também pela troca da experiência docente (Nóvoa, 2001).

5.5 Transporte Escolar e Participação

A análise dos dados, nos Quadros 5, 6, 7 e 8, a seguir, revela se o transporte escolar atua como um facilitador ou obstáculo à participação dos alunos devido às distâncias e infraestrutura inadequada. O quadro 5 é mostrado a seguir:

Quadro 5 - Facilidades no Transporte Escolar

Facilidades	Entrevistados – 15			
	Gestão 2	Professores 6	Alunos 4	Mães 3
Acesso a escola	2	6	2	2
Conforto	1		2	
Economia financeira	1		1	
Aprendizagem		2	1	
Melhorar de vida			2	2
Segurança	1			
Pontualidade				1
Motorista responsável				2
Estradas boas				1

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Nesse quadro, o que mais se destaca na opinião dos participantes é a garantia do acesso à escola; em seguida, estão a melhoria de vida, o conforto, a aprendizagem, a economia financeira e a segurança. É o que se percebe na fala dos entrevistados a seguir:

Tem muito aluno que não tem transporte próprio, então, ele só tem acesso a aula por conta do transporte público. Tanto que em algumas situações onde o transporte público ele não conseguiu chegar até a escola, os alunos não assistiram a aula...os alunos da zona rural, a grande maioria, só conseguem ter acesso por conta do ônibus (Professor 06).

É uma motivação porque futuramente tem um bom trabalho, um bônus financeiro, e também para melhorar assim a vida do dia a dia e para futuramente saber mais ainda (Aluno 03). É bom o transporte para a gente vir, ajuda muito no deslocamento... aí com ônibus é melhor, porque daí você não vai gastar gasolina para vir, você tem o transporte (Aluno 01).

O transporte é importante por que leva e traz o meu filho. Vai e volta no mesmo dia. Aí é melhor para a gente acompanhar. Se fosse lá na cidade, era mais complicado, não tinha como acompanhar. Aqui os ônibus são pontuais, tem pai que reclama que o motorista corre demais, mas aqui, no nosso caso, o Rogério é gente boa, é responsável (Mãe 01).

Essa oferta se torna importante. O aluno vem de lá, nesse transporte. Então, é uma forma dele estar fazendo esse deslocamento de forma segura, retorna de forma segura, os pais confiam em trazer o aluno e devolvê-lo em casa. Então, isso facilita demais esse deslocamento (Gestão 01).

As estradas aqui não são ruins não e o motorista é uma pessoa de responsabilidade, cuidadoso, anda assim devagar. Até uma galinha que ele ver no meio da estrada, ele para, não passa por cima. Não tenho nada a dizer dele (Mãe 02).

Fica evidente, com base nas citações fornecidas, a importância atribuída ao transporte pela comunidade escolar. Tanto alunos quanto gestores, professores e

pais enfatizaram sua relevância. Ele é visto como uma ferramenta fundamental para facilitar o deslocamento – o que contribui para a participação dos alunos nas aulas e, conseqüentemente, aquisição de conhecimento para o mundo do trabalho, principalmente para aqueles que residem em áreas rurais, mais afastadas da escola, e que não dispõem de transporte próprio.

Nesse sentido, a CF/88 estabelece no seu artigo 208 a disponibilidade de transporte como uma forma de zelar pelo direito do estudante de acessar a educação de forma igualitária (Brasil, 1988). Com base nos dados da PNAD (2015), Gularte (2023) destaca que o transporte proporcionou, além do acesso, a continuidade dos estudos a aproximadamente 15,28% dos brasileiros. Dessa forma, há um reconhecimento das disparidades sociais e geográficas que podem afetar o direito de os estudantes frequentarem regularmente a escola.

Na percepção dos alunos, o transporte motiva não só pela frequência à escola, mas também pela perspectiva de futuro, alinhada ao trabalho e benefícios financeiros. Destaca-se aqui a importância da educação profissional como uma ponte para melhorias econômicas e sociais, além de políticas educacionais que conversem com a realidade financeira dos estudantes.

Para os pais, o transporte escolar diário – levando e trazendo os alunos – contribui para a participação na vida escolar de seus filhos. Dessa forma, a logística do transporte não apenas impacta os alunos, mas também a dinâmica familiar relacionada à educação. Se eficiente, pode essa logística fortalecer a relação escola e família e colaborar com um ambiente educacional mais inclusivo. A ênfase na pontualidade e responsabilidade do motorista ressalta a importância não apenas da presença do transporte, mas também da qualidade do serviço, influenciando a confiança dos pais na escola.

A gestão escolar reconhece o transporte como um componente crítico para a segurança dos alunos. A confiança dos pais no sistema de transporte é essencial para criar um ambiente escolar positivo e construir uma relação de parceria entre a escola, os alunos e suas famílias.

Quanto às dificuldades relacionadas ao transporte escolar, segue o quadro 6:

Quadro 6 - Dificuldades no Transporte Escolar

Dificuldades	Entrevistados – 15			
	Gestão 2	Professores 6	Alunos 4	Mães 3
Distância	2	2	4	1
Tempo longo	1	2	4	1
Quebra	1	4	2	3
Estradas ruins	1	3	2	
Poeira/sujeira			2	
Muitas rotas		2	1	2
Superlotação		1	3	
Frota antiga	1	3		
Falta de manutenção regular		1		

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os maiores destaques como descritos no quadro, foram a “quebra” dos ônibus a distância, o tempo, e estradas ruins. Nota-se que por conta da grande distância, muitos alunos precisam acordar bem cedo para chegar até a escola. Alguns até mencionam que não têm tempo para tomar café da manhã devido ao horário de partida. Outro problema são as condições ruins das estradas que tornam a viagem desconfortável e que podem causar problemas mecânicos nos ônibus, levando a atrasos ou faltas. Há preocupações com a superlotação e o tamanho das rotas – podendo a viagem ser exaustiva e diminuir o tempo do aluno para outras atividades - e ainda com a idade e a manutenção dos veículos, que frequentemente quebram. Seguem os relatos que confirmam essas observações:

Tem vez que nós vêm [sic] vindo, ele dá muito problema. Fica assim no “prego”, como a gente fala. Mas é a distância, distância muita, também muito, muito cedo, a gente acorda muito cedo, hoje mesmo vim até sem tomar café (Aluno 02).

Geralmente esses ônibus fazem umas rotas muito grandes para poder abranger mais comunidades. Então, esse tempo realmente se torna um peso muito grande para o aluno ... às vezes, o aluno sai 9 horas, 10 horas da manhã e só vai chegar em casa por volta de 7, 8 horas da noite...ele passa o dia inteiro fora de casa (Professor 04).

Eu me acordo 3:40 da manhã e o percurso é 46 quilômetros e acho que leva umas duas horas até aqui. As estradas que são muito ruins, têm muito buraco, as estradas às vezes ficam muito às vezes dificulta...às vezes o ônibus quebra por causa dos buracos (Aluno 04).

Na localidade aqui que a gente mora, os ônibus não andam quebrando muito não, pois é, e, quando quebram, geralmente vem outro ônibus...é assim no máximo um, dois dias, aí já vem outro transporte (Mãe 01).

A questão do inverno, né, as estradas péssimas, somente até maio, ali, tem ônibus que quebra eixo, motor, fura pneu, por causa dos buracos tão grandes, né, e outra questão também, que é interessante, é rever essas empresas ... tem uns ônibus bastante, bastante antigo, né, e aí, muitas vezes, não dão suporte (Professor 01).

Dentre os relatos, apesar de ter sido considerada pelos entrevistados como a maior dificuldade no transporte escolar associada à má qualidade das estradas, uma mãe não reconhece o problema mecânico como sendo algo de muita importância. Isso provavelmente se deve ao fato de morar ao lado de uma PI asfaltada e/ou não entender o tamanho do impacto na aprendizagem do filho quando somados os dias sem aulas no período de um ano sem transporte.

Esse problema corrobora com a pesquisa realizada por Gularte (2023), onde o autor destaca que mesmo estando o veículo em boas condições é praticamente inevitável a quebra quando as estradas estão ruins. A condição precária das estradas e vias de acesso às escolas representam uma das principais adversidades enfrentadas pelo transporte escolar rural, conforme indicado por estudos anteriores, realizados por Moraes (2019), Ferreira (2020), Santos (2020).

A distância e o tempo de deslocamento relatados como desafios foram também destaques nas pesquisas de Silva (2009), Martins (2010), Ferreira (2020). Esses autores concordam que, quando prolongado o tempo de viagem, os estudantes poderão se sentir exaustos, sendo afetada a disponibilidade para estudos e outras atividades extracurriculares, além de prejuízos na frequência e desempenho acadêmico.

De acordo com o Art. 5º da Resolução de nº 45, publicada no dia 20 de Novembro de 2013, §2º, “Os itinerários, em qualquer modalidade dos veículos de transporte escolar, devem ser definidos de forma a garantir o menor tempo e maior segurança dos estudantes nos percursos”. Em outras palavras, destaca a lei mais tempo para estudos e atividades extracurriculares; menor tempo de descolamento para evitar desgastes desnecessários aos alunos, e ainda, reflete uma preocupação com a integridade física e bem-estar desses usuários.

A superlotação relatada obriga os alunos a viajarem em pé, o que também é desconfortável e representa um risco para a segurança deles. “Não tem cadeira para todos os alunos, precisa a gente ir em pé e aí fica muito difícil, às vezes, porque são vários alunos aqui da escola do CEEPRU e de outras escolas ali da rua...fica superlotado”, (Aluno 04). Em sua pesquisa sobre a qualidade do transporte escolar, Monteiro e Monteiro (2018) apontam a superlotação como um dos desafios identificados. Segundo as autoras, a quantidade de veículos disponíveis não atende a demanda de estudantes.

A presente situação está em desacordo com o Art. 137 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o qual menciona que deve ser fixada a lotação permitida na parte interna do veículo, sendo proibida a condução do transporte quando o número de passageiros estiver acima da capacidade definida pelo fabricante. De acordo com o Art. 2º, §1º, do Guia do Transporte Escolar (FNDE, 2007, p. 20):

Poderão ser adquiridos ônibus de transporte escolar, zero quilômetro, com capacidades entre 23 (vinte e três) e 44 (quarenta e quatro) passageiros, configuráveis para transportar até 59 (cinquenta e nove) alunos, condicionada à faixa etária, que atendam os dispositivos da Lei nº 9.503, de 23/09/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e as especificações definidas pelo INMETRO e FNDE, assim como embarcações novas, com capacidade entre 20 (vinte) e 35 (trinta e cinco) passageiros, conforme especificações a serem publicadas pelo FNDE.

Esse texto trata de especificações e condições para aquisição de transporte escolar, tanto ônibus quanto embarcações, ressaltando a importância de serem observadas as normas de trânsito, as regulamentações do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) e ainda as diretrizes estabelecidas pelo FNDE.

O transporte antigo e a falta de manutenção mencionados dialogam com os estudos de Pantoja (2021) onde afirma que a ausência de investimentos na renovação assim como na manutenção regular dos veículos acarretam em recorrentes problemas mecânicos, elevando a probabilidade de falhas e tardamento no transporte. A renovação da frota de transportes escolares das redes de ensino da educação pública básica está prevista no Art. 2º da Lei 11.162, de 4 de agosto de 2022, e que o ideal é que ela seja feita a cada sete anos de uso, conforme o Guia do Transporte Escolar (FNDE, 2007, p. 7). Quanto à manutenção dos veículos, consta no Art. de nº 14, da Resolução nº 5, datada de 28 de maio de 2015, I, que o recurso repassado à conta do PNATE poderá ser usado com pagamento de licenciamento, impostos, taxas, câmaras, pneus, serviços de mecânica, em freios, suspensão, câmbio, motor, etc.

Ademais, as condições de higiene precárias relatadas por alunos quanto à sujeira nos ônibus também os deixam desconfortáveis durante a viagem, provocando insatisfação com a qualidade do serviço “[...] o transporte, às vezes, está muito sujo; às vezes, a gente chega todo sujo nas cadeiras de piçarra, sujo”, (Aluno 01). Com base nos estudos de Pantoja (2021), os alunos se estressam por causa da poeira que entra pela janela do transporte durante o trajeto até a escola.

Em conformidade com o Guia do Transporte Escolar (FNDE, 2007, p.7), antes de ser contratado um serviço de transporte, também é necessário que sejam observadas as condições de higiene do veículo.

As consequências geradas a partir das dificuldades no transporte escolar são apresentadas no quadro seguinte:

Quadro 7 - Consequências das Dificuldades com o Transporte Escolar

Consequências	Entrevistados – 15			
	Gestão 2	Professores 6	Alunos 4	Mães 3
Cansaço	1	2	3	2
Sonolência			3	1
Vergonha			1	
Fome		2	1	2
Não cumprimento do horário		1		
Faltas	1	3		
Medo			1	
Desmotivação		2		
Baixa aprendizagem	1	3	2	
Redução da produtividade no lar/campo			2	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

De acordo com o quadro 7, aparecem no topo o cansaço e a baixa aprendizagem dos alunos, posteriormente falta nas aulas, sonolência, fome, desmotivação. Essa situação está presente nas falas dos participantes da entrevista realizada:

Às vezes a gente tem que acordar muito cedo, aí a gente já chega no colégio um pouco cansado. Aí tem vezes que a gente está atento na aula e de repente fica cansado, dá uma cochilada, mas a gente tenta se esforçar para aprender o máximo possível (Aluno 01).

A gente acorda muito cedo, hoje mesmo vim até sem tomar café ... a pessoa com fome não tem como aprender direito, chega aqui, quase com sono ainda eu mesmo sou um desses para falar a verdade (Aluno 02).

No período chuvoso, o aluno perde um dia de aula, às vezes uma semana inteira. As estradas se tornam ruins, intrafegáveis, e aí isso incondiciona esse aluno até a escola e, conseqüentemente, o seu desempenho também aqui na escola (Gestão 01).

Muitos deles até mesmo faltam demais porque eles chegam com a justificativa assim, professores, eu estava muito cansado, não pude vir por conta que é muito distante, a situação climática, choveu, a gente não pôde ir para a escola porque, sei lá, a ponte quebrou ou até mesmo a estrada ficou intrafegável (Professor 05).

Às vezes, o ônibus tem que sair antes do término da aula... então acontece que impacta negativamente sair o aluno... ou não assiste à aula porque o ônibus não veio... ou acaba perdendo dez, quinze minutos, vinte minutos... por conta de que o ônibus sai antes do término da aula (Professor 06).

Com base nos relatos anteriores, percebe-se que o cansaço em razão dos longos percursos afeta negativamente a capacidade de concentração dos alunos durante as aulas, levando a cochilos repentinos em sala de aula. A perda de sono e a fome devido a horários de partida precoces também prejudicam o aprendizado. Monteiro e Monteiro (2018) apresentam nos resultados da sua pesquisa que os alunos chegam às salas de aula entediados e cansados, devido ao trajeto ser muito longo, interferindo no rendimento dos estudantes. Também foram destacados nos seus estudos o cansaço e o comprometimento da aprendizagem discente como produto das dificuldades com o transporte escolar: Ferreira (2020), Pantoja (2021), Gularte (2023).

De acordo com a Cartilha de Regulação do Transporte Escolar Rural (Brasil, 2017, p. 5):

O objetivo do transporte escolar rural é contribuir para o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas. Assim, os gestores municipais devem evitar que os alunos percorram trechos longos, que fiquem muito tempo esperando o transporte escolar ou utilizem estradas e veículos em condições precárias, para que não cheguem à escola cansados demais, prejudicando seu rendimento escolar.

Esse texto destaca a importância de não apenas garantir o acesso físico à escola, mas também de criar condições que favoreçam um ambiente propício ao aprendizado, minimizando fatores que possam causar fadiga ou desconforto aos alunos.

A perda de dias ou semanas inteiras de aulas pelos alunos por conta de os ônibus estarem quebrados ou mesmo por não irem alegando o cansaço/indisposição tem um impacto direto em seu desempenho acadêmico, pois perdem conteúdos importantes. Além disso, pode levá-los à desmotivação e a não confiabilidade no transporte escolar. A saída antecipada dos ônibus escolares, muitas vezes antes do término das aulas, pode resultar em perda de tempo de aprendizado e à dificuldade de acompanhar o conteúdo. As faltas e o não cumprimento do horário, resultados das dificuldades com o transporte escolar, corroboram com os trabalhos de Pinheiro (2013), Moraes (2018), Ferreira (2020) e Gularte (2023).

Acrescenta-se ainda impactos na autoestima dos discentes, limitações em contribuir com as tarefas de casa e riscos à sua segurança. Chegar sujo à escola pode afetar a autoestima e o relacionamento com os colegas; chegar tão tarde em casa após a escola e não dispor de tempo para ajudar nas tarefas domésticas e/ou do campo pode criar tensões familiares; viajar em condições climáticas adversas pode ser perigoso, ainda assim muitos alunos se arriscam devido à falta de alternativas.

Tem uns trajetos que quando está no inverno, enche de água, aí é meio perigoso, né? A gente vim de ônibus, às vezes não dá nem de ver a estrada direito, mas a gente anda com fé em Deus e dá tudo certo [...] às vezes a gente chega bem sujo, bastante poeira, aí se suja muito, aí a pessoa já chega no colégio assim, meio envergonhado, sujo (Aluno 01).

Quando a gente vem cedo para o colégio, aí na hora que chega em casa já é meio dia, uma hora. Aí a gente já chega cansado, aí vai descansar e não tem como ajudar tanto como a gente gostaria de ajudar (Aluno 01).

Muitas vezes eu fico fazendo as coisas por que ele (aluno) alega frequentemente que está cansado, aí eu acabo assumindo a responsabilidade para aliviar o cansaço dele, aí eu economizo ele (Mãe 02).

Mas o pai também entende que é muito cansativo, assim, a gente chega lá, tem vezes que até quando dá um sono, aí ele diz que pode, se eu posso dormir, ele diz que pode, para conseguir voltar um pouco de energia (Aluno 02).

As falas apresentadas refletem a rotina diária de alunos que usam o transporte para chegar até a escola, destacando desafios enfrentados durante o trajeto quando do período chuvoso e de seca bem como as consequências dessas dificuldades na vida escolar e familiar. Na pesquisa de Pinheiro (2013), pais e alunos destacaram a lama e a poeira como principais desafios. Para chegar à escola, os estudantes frequentemente “comem” poeira ou são molhados pela chuva durante a viagem (Gularte, 2023). O transporte escolar apresenta mais problemas mecânicos no período das chuvas, haja vista a piora nas condições das estradas (Pantoja, 2021).

Segundo a Cartilha de Regulação do Transporte Escolar Rural (Brasil, 2017, p. 13), um dos pontos que contribuem para a segurança dos alunos diz respeito à gestão do tempo de utilização dos veículos, sendo responsabilidade do Poder Público estabelecer o limite máximo de tempo permitido para sua renovação e realizar fiscalizações para assegurar o cumprimento desse controle. Nesse sentido, o Decreto de nº 11.162, publicado no dia 4 de agosto de 2022, dispõe sobre o

Programa Caminho da Escola cuja criação também se deu com o objetivo de renovar a frota de transportes escolares das redes públicas da educação básica. Já o Art. 136, II, do CTB, destaca que semestralmente deve haver inspeção para checagem das condições dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Ademais, é importante que haja a manutenção das estradas durante todo o ano pelo poder público (Gularte, 2023).

Em se tratando de impactos na produtividade do campo, Pantoja (2021) salienta que os estudantes provenientes de comunidades distantes enfrentam um dia a dia bastante ocupado. Antes de irem para a escola, precisam acordar cedo e se dedicar a atividades agrícolas ou outras tarefas para ajudar em suas casas. Com frequência, esses alunos saem de casa sem almoçar e passam o dia inteiro na escola, onde, em muitas ocasiões, a única opção de lanche disponível é um suco acompanhado de bolachas. Percebe-se que a sobrecarga de responsabilidades desses estudantes, somada a distância de onde moram em relação à escola e uma alimentação inadequada contribuem para que fiquem pouco nutridos e sem energia suficiente para dar conta das demandas do lar e também da escola.

Para a melhoria dos serviços de transporte escolar, segue quadro contendo sugestões dos participantes:

Quadro 8 – Propostas para Aprimoramento do Transporte Escolar

Propostas	Entrevistados – 15			
	Gestão 2	Professores 6	Alunos 4	Mães 3
Renovar a frota	1	1		
Rever Rotas		1	1	1
Manutenção Regular	1	1		
Higienização dos ônibus			2	
Aquisição de mais ônibus, e maiores		1	2	
Escola na comunidade	1			

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No quadro, aparecem diversas propostas apontadas para o aprimoramento do serviço de transporte escolar, levando em conta o resultado das entrevistas com alguns dos membros da comunidade escolar. Seguem alguns trechos:

Eu acho que dava de melhorar mais, assim, esse transporte porque a gente se suja e aí a gente fica com vergonha, é bom, tipo, higienizando mais, aí fica limpo, aí é melhor para a gente ficar no transporte, na escola (Aluno 01).

Eu acho também que deveria melhorar assim um pouco as rotas, sem ter muita rota, que fosse mais diretamente pro local da gente, porque já que a gente mora longe, né, aí era melhor assim pra gente ir - diretamente para a rota da gente (Aluno 03).

A gente preferia um ônibus maior, que tivesse um número maior de cadeira e que tivesse também um espaço maior para a gente poder vir mais confortável para a escola, mais tranquilo, ficando melhor para nosso bem-estar (Aluno 04)

E a outra dificuldade é, por conta desses transportes, às vezes em situações irregulares, que fossem mais de qualidade. Eu acredito que se fosse um transporte de mais qualidade, eu acredito que essas revisões ou reparos fossem com menos frequência (Gestor 01).

Eu acredito que quando observamos pequenos relatos com os alunos sobre suas realidades, como eles residem em localidades muito distantes da escola, o ideal seria uma escola mais próxima de suas moradias (Gestor 02).

Tem uns ônibus bastante antigo, né, e aí, muitas vezes, não dão o suporte, né, se fosse, era interessante uma empresa nova, com uma frota nova, que atendesse essas escolas, porque esses ônibus velhos, não estão mais dando conta, não (Professor 01).

Então, assim, eu vejo que se tivesse uma manutenção mais regular ou se tivesse mais uma demanda, uma oferta maior de ônibus, eu vejo que não teria tanto impacto no ensino aqui da nossa escola (Professor 03).

Esses relatos destacam a necessidade de melhorias significativas no sistema de transporte escolar para garantir que os estudantes consigam acessar uma educação de qualidade e possam frequentar a escola de maneira segura, regular e sem interrupções significativas. Isso envolve a melhoria no estabelecimento de rotas, a aquisição de mais ônibus e com maior capacidade de passageiros, uma manutenção regular dos ônibus, além da higienização dos veículos e de escolas na comunidade onde moram os estudantes.

Essas sugestões, com exceção de uma escola mais próxima da residência dos estudantes, estão presentes na pesquisa desenvolvida por Pinheiro (2013), um diagnóstico do transporte escolar rural público em um município do Espírito Santo. Para resolver os desafios relacionados ao transporte escolar, é fundamental alocar investimentos na infraestrutura, na manutenção e renovação da frota, na capacitação do pessoal, no aprimoramento das condições das estradas rurais e na implementação de medidas apropriadas de segurança (Gularte, 2023).

No que se refere a uma instituição de ensino mais próxima do aluno, na zona rural, indicada por um dos entrevistados, Pereira e Castro (2021) ressaltam sobre a política do transporte escolar que os estudantes residentes nas cidades ou próximo a elas levam vantagem em comparação ao corpo discente da zona rural,

visto que costuma ser mais longo o tempo do percurso da casa até a escola, considerando ainda a regularidade, a segurança, as condições do transporte e o tipo.

Fica claro que a disponibilidade do transporte escolar não é suficiente para a garantia do acesso, permanência e sucesso dos alunos na escola. É necessário ajustes nas políticas educacionais existentes e diálogo efetivo com outras iniciativas de governo a fim de oportunizar de maneira mais equitativa e favorável ao desenvolvimento integral de estudantes em contextos rurais.

5.6 Relação entre Condições Socioeconômicas e Desenvolvimento Escolar

A investigação sobre como as condições socioeconômicas presentes na comunidade em que o Centro Estadual de Educação Profissional Rural está localizado impactam diretamente o seu desenvolvimento e funcionamento. Nesse contexto, é dada uma atenção especial à análise do papel desempenhado pelo sistema de transporte escolar nesse processo.

No penúltimo censo demográfico, considerando a disponibilidade e a necessidade dos dados e informações para o presente estudo, segundo o IBGE (2010), a cidade apresentava uma população predominantemente rural, com 22.724 habitantes, enquanto que na zona urbana o número era de 22.126, sendo 50,3% do sexo masculino e 49,7% do sexo feminino. Em se tratando de educação, a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos era de 97,5%.

A pesquisa do IBGE (2021) destaca que no ano de 2021 o número de escolas rurais era maior do que da zona urbana, um total de 31 e 21, respectivamente. Das escolas localizadas na cidade, 6 são geridas pelo Estado e ofertam o Ensino Médio Regular, o Ensino Profissionalizante e a Educação de Jovens e Adultos, enquanto que 15 são de competência municipal e oferecem a Educação Infantil, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Fundamental Regular. Na zona rural, são 3 escolas de competência estadual e 28 de competência municipal.

Sobre trabalho e rendimento, a média salarial mensal atingiu no ano de 2021 o equivalente a 1,8 o salário mínimo. A parcela da população empregada em relação ao total representava 6,2%. Em comparação com outros municípios do estado, ocupava respectivamente as posições 89 de 224 e 104 de 224. Considerando

domicílios com rendimentos mensais por pessoa de até meio salário mínimo, aproximadamente 53,2% da população estava nessa situação, o que o posicionava na 144ª posição de 224 entre as cidades do estado e na 749ª posição de 5570 entre as cidades do Brasil.

Diante desse cenário, o sistema de transporte escolar desempenha um papel crucial no contexto do Centro Estadual de Educação Profissional Rural, considerando as condições socioeconômicas predominantes na cidade. Com uma população predominantemente rural e com mais escolas de ensino médio localizadas na zona urbana, é essencial garantir o acesso à educação a todos, considerando que é um direito social e reconhecido na CF/88, sendo fortalecida no Art. 206, inciso I – equidade de oportunidades no acesso e permanência na escola. Além disso, considerando que uma parcela significativa da população possui rendimentos mensais limitados, o transporte escolar pode ser a única maneira para muitos alunos de frequentar as escolas, contribuindo assim para o desenvolvimento escolar e a igualdade de oportunidades.

5.7 Produto Educacional

Na concepção de Kaplún (2003), o Produto Educacional (PE) é um material de educação facilitador de experiências de aprendizagem. Para tanto, precisa de ter uma intencionalidade pedagógica, observando a situação atual e a projetada, de modo que o caminho a ser percorrido seja capaz de mudar para melhor a realidade investigada.

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o produto educacional é resultante de um processo inovador produzido por uma atividade de pesquisa para responder a um problema ou questão, ou mesmo a uma demanda específica relacionada a um campo de atuação profissional, sendo possível um aparato real ou virtual, ou mesmo um processo. São considerados produtos educacionais: um aplicativo de computador, um conjunto de videoaulas, uma sequência de ensino, um jogo, uma exposição, um vídeo, etc. (Brasil, 2019).

Dessa forma, como produto educacional, foi desenvolvido um Podcast em formato de áudio intitulado “Os percursos da aprendizagem no campo: percalços e oportunidades” a partir dos resultados da pesquisa “As condições de

desenvolvimento de um centro estadual de educação profissional rural com foco no transporte escolar” visando revelar a jornada educacional de estudantes que enfrentam a realidade do transporte escolar em regiões rurais ou em ambientes afastados do centro urbano. O tipo de produto educacional escolhido se dá pela importância do conhecimento da situação vivenciada pelos alunos do campo que fazem uso do transporte escolar, a partir do contexto atual do mundo da informação e da comunicação, oportunizando reflexões e tomadas de decisão dos envolvidos de forma a contribuir com uma sociedade mais justa e igualitária.

O Podcast, em termos simples, é um tipo de conteúdo de mídia em áudio, semelhante a um programa de rádio, porém distribuído de forma digital (normalmente em formato de arquivo de áudio mp3 ou por meio de streaming) e ouvido de acordo com a demanda do ouvinte (on demand), isto é, o ouvinte tem a liberdade de escolher o que vai ouvir, quando ouvir, onde ouvir e através de um ou outro dispositivo (Coradini *et al.*, 2020.).

De acordo com Rocha (2020), são muitas as vantagens e possibilidades oferecidas pelo podcast, diante do dia a dia agitado dos centros urbanos, visto que a falta de tempo frequentemente impede as pessoas de ler e de se manterem informadas. Ele pode ser consumido enquanto as pessoas executam outras atividades, como no caminho para a escola ou para o trabalho. Ademais, existem vários podcasts que abordam uma variedade de temas, atendendo a diversas necessidades, públicos e gostos. É importante ressaltar que muitos desses podcasts são disponibilizados gratuitamente na internet. Para De Sousa *et al.* (2020, p.3):

Tal mídia pode contribuir para os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, uma vez que, estes podem escutar diversas vezes um mesmo áudio no intuito de compreender melhor do conteúdo abordado; também, possibilita a aprendizagem dentro e fora da sala de aula, inclusive, a gravação do próprio *Podcast*, já que falar e ouvir constituem-se como atividades mais significativas de aprendizagem do que o simples ato de ler).

Nesse sentido, o podcast em áudio tem como objetivo o retrato da situação vivenciada pelos alunos da zona rural que usam o transporte escolar, observando obstáculos e facilitadores em termos de aprendizagem, sendo oportunizadas reflexões e tomadas de decisão, a partir do compartilhamento de experiências.

Para a produção do podcast em áudio, foram considerados os seguintes passos:

Passo 1: Seleção e estudo de material sobre podcast – pesquisa e análise de podcasts importantes em plataformas educacionais como Nova Escola e Porvir a fim de compreender os formatos, os estilos e o que funciona melhor;

Passo 2: Estabelecimento de um roteiro de entrevistas – elaboração de perguntas importantes sobre a temática e uma narrativa para conduzir as entrevistas;

Passo 3: Seleção dos participantes da entrevista – escolha dos participantes com experiência no assunto e com habilidades de comunicação;

Passo 4: Realização das entrevistas – condução das entrevistas de maneira natural, empática e dinâmica;

Passo 5: Organização e edição de áudios – disposição dos áudios em uma sequência lógica, retirando partes irrelevantes e incluindo trilha sonora;

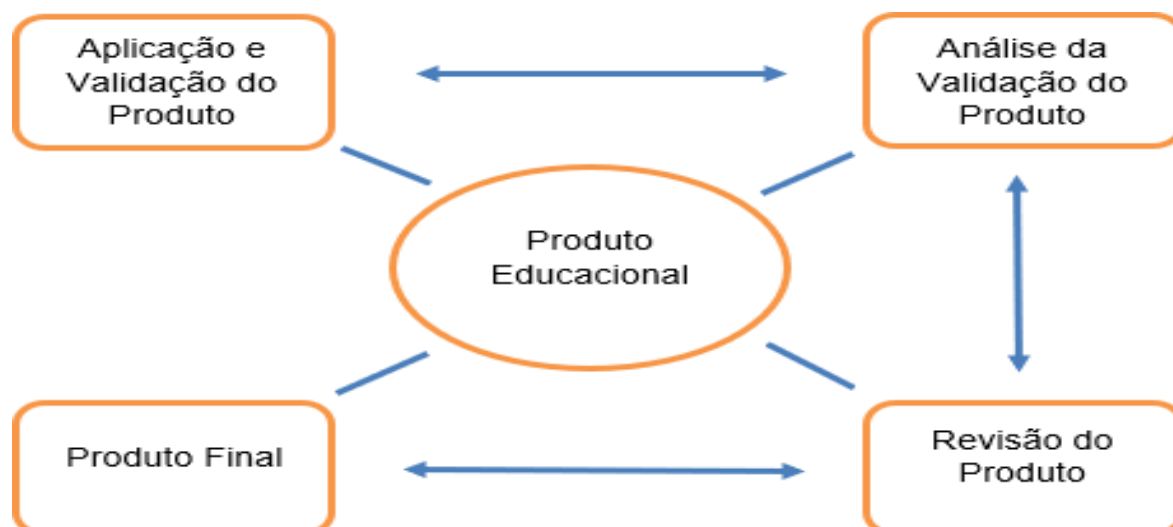
Passo 6: Produção do material – integração dos elementos que compõem o material, como áudios, trilha sonora.

Assim, foi construído o podcast, que está dividido em três episódios. O primeiro, com 29min. e 1seg., contém a percepção de dois professores sobre as dificuldades que os estudantes – usuários do transporte escolar – enfrentam durante o trajeto até a escola, e vice-versa; o segundo, com 21min. e 51seg., apresenta a perspectiva dos docentes sobre o transporte como um facilitador para o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos à educação; o terceiro, com 18min. e 41seg., trata da legislação brasileira sobre o assunto, na visão de um advogado.

Paralelo aos episódios, também foi feito um livreto sobre o podcast e está nos apêndices. O material está dividido em apresentação, projeto do podcast, episódios, destaques dos episódios em imagens, o percurso trilhado - combinando imagens e palavras-chave dos episódios, e orientações de como ouvir o podcast; ao final, constam as referências base que foram utilizadas para a sua construção.

Considerando o processo pelo qual se constrói um Produto Educacional, Farias e Mendonça (2019) destacam a prototipação do produto, que trata da aplicação e validação do produto, análise da validação do produto, revisão do produto e produto final, conforme figura a seguir:

Figura 1: Etapas para a construção de um produto educacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quando à aplicação e validação do produto, o podcast foi encaminhado junto com um documento avaliativo - contendo 8 questões objetivas e 2 subjetivas - via email para especialistas em EPT, com o intuito de ouvir e avaliar de forma analítica pontos importantes do material, tais como linguagem – se clara, o interesse pelo assunto, a relevância da temática, a indicação do recurso educacional para a comunidade escolar, assim como para destacar pontos fortes e sugestões de melhoria.

Para compreender com detalhes a avaliação realizada pelos especialistas da EPT, apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 9 - Avaliação do Podcast por Especialistas da EPT

QUESTÕES OBJETIVAS	OPÇÕES	AVALIADORES (8)
1 - Como você avalia a clareza das informações apresentadas no podcast?	a) Muito claras b) Claras c) Um pouco confusas d) Muito confusas	A – 5 B – 3 C – D –
2 – O podcast promoveu reflexão e oportunidade para melhoria dos serviços prestados pelo transporte escolar?	a) Sim, em todos os episódios b) Sim, em alguns episódios c) Raramente d) Não forneceu recursos adicionais	A – 6 B – 1 C – D –
3 – Para você, o podcast foi interessante e envolvente?	a) Muito interessante b) Interessante c) Pouco interessante d) Não foi interessante	A – 1 B – 6 C – 1 D –
4 – Você sentiu que o podcast atendeu às suas expectativas em relação ao tema do transporte escolar?	a) Sim, totalmente b) Sim, em parte c) Não, mas foi informativo d) Não atendeu às expectativas	A – 4 B – 4 C – D –

5 - Você recomendaria este podcast a alunos interessados no tema do transporte escolar?	a) Definitivamente sim b) Sim, provavelmente c) Talvez, dependendo do interesse d) Não, não recomendaria	A – 4 B – 4 C – D –
6 - Você recomendaria este podcast a professores interessados no tema do transporte escolar?	a) Definitivamente sim b) Sim, provavelmente c) Talvez, dependendo do interesse d) Não, não recomendaria	A – 5 B – 2 C – 1 D –
7 - Você recomendaria este podcast a gestores escolares interessados no tema do transporte escolar?	a) Definitivamente sim b) Sim, provavelmente c) Talvez, dependendo do interesse d) Não, não recomendaria	A – 5 B – 3 C – D –
8 - Você recomendaria este podcast a membros da comunidade (pais e vizinhos da escola) interessados no tema do transporte escolar?	a) Definitivamente sim b) Sim, provavelmente c) Talvez, dependendo do interesse d) Não, não recomendaria	A – 4 B – 4 C – D –

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

*Um entrevistado não respondeu uma das questões.

No que diz respeito à análise e validação do produto, revela-se no geral uma avaliação positiva. A clareza das informações foi destaque, consideradas pela maioria (5 de 8) como "Muito claras" e os demais marcando como "Claras". Isso facilita a compreensão e tomada de decisões mais acertadas. Seis especialistas assinalaram "Sim, em todos os episódios", sobre a capacidade do podcast em promover a reflexão e a oportunidade para melhoria dos serviços fornecidos pelo transporte escolar, indicando um impacto significativo no incentivo ao pensamento crítico.

Todavia, a avaliação que trata do interesse e do envolvimento apresentou resultados mais distribuídos, visto que seis especialistas marcaram "Interessante", um marcou "Muito interessante" e outro "Pouco interessante". Essa diferença de respostas aponta para a necessidade de ajustes no sentido de atender a diversas expectativas. A resposta dos especialistas foi dividida quanto ao atendimento às expectativas, com quatro indicando um atendimento parcial e quatro total.

As recomendações a públicos diferentes mostraram também uma tendência positiva, ainda que com alguma divergência de respostas, indicando que a aceitação pode variar segundo o público-alvo. A recomendação a estudantes teve respostas equilibradas entre "A" e "B", ao passo que a de docentes foi mais consistente, com a maioria marcando "A". A recomendação a gestores escolares e membros da comunidade também recebeu respostas positivas, mas com alguma diversidade.

Diante disso, a avaliação qualitativa descritiva do podcast indica de modo geral um resultado positivo, destacando-se a clareza das informações e a capacidade de promover reflexão sobre o tema. Porém, as respostas diferentes

sugerem aperfeiçoamento em alguns campos para atender às variadas expectativas do público. A recomendação a públicos diversos é uma oportunidade para ajustes no conteúdo e na abordagem, garantindo uma maior aceitação em diversos segmentos. Tais considerações podem contribuir com a melhoria do podcast, ampliando seu impacto e relevância.

A fim de aprofundar a avaliação do podcast pelos especialistas da EPT, no quadro 10 a seguir, constam duas questões subjetivas pelas quais foram ressaltados os pontos fortes do material e sugestões de melhoria.

Quadro 10 - Avaliação do Podcast por Especialistas

QUESTÕES SUBJETIVAS	DESTAQUES
9 - Quais foram os aspectos mais relevantes do podcast que você destacaria como pontos fortes?	Os aspectos das discussões de teor prático e de uma realidade vivenciada acerca dos problemas que envolvem o tema.
	Traz a visão de vários agentes envolvidos no transporte escolar e não só a visão dos alunos.
	Mostrar a realidade do transporte escolar público
	A clareza e qualidade das informações; a forma como as entrevistas foram conduzidas com um roteiro estruturado, que leva o espectador a se envolver com a discussão e continuar ouvindo o episódio.
	Apresenta informações claras e de qualidade; as entrevistas seguem um roteiro estruturado, que envolve o espectador na discussão e o motiva a acompanhar o episódio.
	O podcast trata de uma temática muito importante, de uma política pública essencial para acesso à educação e permanência na escola.
	A importância do debate sobre a temática para a sociedade e profissionais da educação, considerando perguntas gerais passando por vários pontos de atenção.
10 - Quais sugestões de melhoria você pode apontar para tornar o podcast ainda mais educacional, informativo e envolvente?	O podcast é relevante e bastante informativo; a temática do transporte escolar possibilita discussões e reflexões importantes para o contexto educacional; trazer a vivência de docentes e a perspectiva legal sobre o assunto pode contribuir com um transporte mais adequado, seguro e salubre; a contribuição do transporte com o meio ambiente; o transporte como um espaço de socialização;
	Melhoria dos aspectos visuais do vídeo (vinheta de abertura, fotos do apresentador e entrevistado, legendas).
	Deixar a música de fundo somente na introdução
	O podcast poderia ser menor: no máximo 10 minutos.
	Realizar um feedback da audiência, incentivando os ouvintes a fornecer feedback e sugestões; fazer a promoção e marketing pelas redes sociais para ampliar a visibilidade; manter atualizado o conteúdo.
	Solicitar a opinião da audiência, pedindo aos ouvintes que compartilhem suas impressões e ideias; divulgar e fazer publicidade, usando as redes sociais; manter-se atualizado sobre o conteúdo, acompanhando as últimas tendências e novidades relacionadas ao seu tema.
	Incluir alunos na entrevista e baixar um pouquinho a música
	Apresentar melhor os entrevistados, dando mais informações sobre os mesmos; colocar as questões de forma direta, mais curtas; apontar prós e contras quanto a escolhas de gestores que impactam na escolha logística do transporte escolar; evitar perguntas voltadas para a gestão, que não são responsabilidade dos docentes (monitoramento no transporte escolar); evitar falas coloquiais, deixando-o mais formal; estabelecer um limite de tempo para todos os episódios.

	Sugiro que o volume da música de fundo seja reduzido; fazer uma gravação de forma síncrona e interativa; sugiro que a transição entre uma pergunta e outra seja feita de forma mais fluida; diversificar os convidados (estudantes, gestores escolares, motoristas); falta de uma maior contextualização e articulação com a EPT.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quanto aos aspectos relevantes do podcast, foram ressaltadas as discussões práticas e experiências reais relacionadas ao transporte escolar, a perspectiva de vários atores apresentada, a clareza e qualidade das informações, e a condução das entrevistas, a partir de um roteiro estruturado. A importância do tema para a sociedade e para profissionais da educação, assim como a inclusão de diferentes pontos de atenção – legislação, espaço de socialização, meio ambiente – também são ressaltadas, demonstrando uma apreensão abrangente da temática.

Em relação às sugestões de melhoria para aprimoramento do podcast, destacaram-se a revisão dos aspectos audiovisuais, como a vinheta de abertura e as imagens, bem como a recomendação de diminuir o tempo dos episódios. Também a relevância do feedback da audiência e a promoção nas redes sociais para elevar a visibilidade e a atualização contínua do conteúdo são apontados como estratégias para aperfeiçoar a abordagem educacional e informativa. Como sugestões específicas, foram incluídas a redução do volume da música de fundo, a diversificação dos convidados, além de ampliar a contextualização e articulação com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Aqui também, nesse quadro, onde são destacados os pontos fortes e oferecidas sugestões para aprimoramento do podcast, a análise qualitativa reflete uma recepção positiva do produto educacional. A diversidade de feedback salienta a importância de ajustes específicos, como melhorias nos aspectos visuais e na dinâmica dos episódios.

Dessa maneira, na etapa de revisão do Produto Educacional, as correções necessárias foram realizadas e o Podcast em áudio concluído. Com isso, acredita-se que o material apresenta uma relevância maior quando da discussão sobre os desafios e facilitadores do transporte escolar em contextos rurais, visto que tais perspectivas oferecem conhecimentos valiosos para a temática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de escolas de Educação Profissional e Tecnológicas em ambientes rurais ou afastados dos centros urbanos é desafiador, uma vez que envolve diferentes aspectos, sendo o transporte escolar um elemento importante

nesse processo. A pesquisa teve como objetivo principal analisar o desenvolvimento de um Centro Estadual de Educação Profissional Rural, destacando o papel do transporte escolar em seu desenvolvimento. Os objetivos específicos buscaram compreender a estrutura administrativa e organização político-pedagógica da escola, identificar obstáculos e facilitadores que impedem ou contribuem com o desenvolvimento da instituição de ensino, compreender a relação das condições socioeconômicas da comunidade com o desenvolvimento da escola e elaborar um podcast que reflete a realidade dos alunos da zona rural que utilizam o transporte escolar.

A metodologia adotada, baseada em estudo de caso com abordagem qualitativa, proporcionou um entendimento mais aprofundado do contexto, considerando, por meio de entrevistas, a percepção de diferentes atores, como estudantes, docentes, gestores e a comunidade escolar. Os resultados revelaram descobertas importantes sobre o funcionamento da escola e o papel crucial do transporte escolar.

A escola possui uma ampla e diversificada estrutura física, atende a um número significativo de estudantes de diferentes e distantes comunidades rurais. O número de alunos e a oferta de cursos profissionalizantes triplicou quando comparado com o primeiro ano de funcionamento da escola, o que contribui para o desenvolvimento econômico e educacional da comunidade onde a instituição de ensino está inserida. No entanto, enfrenta desafios, especialmente relacionadas com a sua localização, que está em um ambiente de vulnerabilidade social, afastada do centro urbano, sugerindo uma avaliação criteriosa da situação atual – se a estrutura administrativo-pedagógica e o transporte escolar atendem, e bem, esse crescimento no número de cursos e estudantes, ou seja, se estão ou não adequados para uma resposta compatível com a demanda.

O estudo destaca como fatores que impactam positivamente no desenvolvimento escolar o tratamento diferenciado para com os alunos do campo, este não sendo uma unanimidade entre os participantes, o uso de metodologias diferenciadas de ensino e a oferta de cursos profissionalizantes. Já a demanda por recursos que dificultam o diálogo entre teoria e prática foi ressaltada como fator de impacto negativo no avanço da escola. Esses fatores podem ter o seu potencial elevado com a presença ou falta de um transporte escolar adequado.

Percebeu-se que as condições socioeconômicas da comunidade impactam no desenvolvimento da escola. A maioria da população é de baixa renda e mora na zona rural assim como boa parte dos alunos matriculados na escola. A quantidade de unidades de ensino médio localizadas na zona rural é bem inferior à da zona urbana, não atendendo a demanda de alunos, sendo o transporte escolar essencial para o deslocamento até a cidade e a continuação dos seus estudos.

Nota-se o quão é relevante o transporte escolar para garantir o acesso dos alunos, principalmente daqueles provenientes de áreas rurais distantes da escola. Todavia, foram evidenciados obstáculos como a quebra dos ônibus, a distância, o tempo de viagem e estradas precárias. As consequências dessas dificuldades incluíram cansaço, baixa aprendizagem, falta nas aulas, sonolência, fome e desmotivação. O transporte escolar contribui significativamente para o progresso da instituição, visto que representa um potencial na redução de barreiras econômicas e geográficas.

As contribuições desta pesquisa para o conhecimento existente incluem a construção de um podcast que destaca a lacuna entre a situação real do transporte escolar e as diretrizes legais brasileiras. Além disso, oferece um entendimento mais aprofundado do desenvolvimento de instituições de ensino médio profissionalizante rurais, de competência estadual, localizadas em ambientes afastados dos centros urbanos, destacando desafios e oportunidades específicos desse contexto. Evidenciou-se a importância do transporte para o acesso à educação em áreas remotas, assim como sua influência no desenvolvimento da escola e na participação dos alunos.

Entretanto, é relevante o reconhecimento das limitações desta pesquisa, como o número reduzido de participantes e a complexidade em estabelecer relações de causa e efeito, verificando o quanto que as condições da escola e o transporte escolar impactam no seu desenvolvimento.

Para estudos posteriores, recomenda-se aumentar o número de participantes, incluindo motoristas e gestão municipal, o que pode proporcionar uma visão mais abrangente e enriquecedora do tema, assim como a realização de estudos sistemáticos que acompanhem ao longo do tempo o impacto das condições e do transporte no desenvolvimento escolar, propiciando uma análise mais profunda das mudanças e avanços ocorridos.

Conclui-se que esta pesquisa oferece conhecimentos valiosos, principalmente, sobre o papel essencial do transporte escolar no desenvolvimento de escolas de Educação Profissional Rural de Ensino Médio em ambientes afastados dos centros urbanos, contribuindo para o conhecimento acadêmico e fornecendo subsídios para futuras pesquisas e políticas educacionais específicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fernanda Martini de. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: uma análise da sua gestão no Instituto Federal Farroupilha/Fernanda Martini de Andrade – Jaguarí, RS: [s.n.], 2019.** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OsAUI9hAPhI-DjRDdSpzUBdlZDoNSGbl/view>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ARAÚJO, Carlos Augusto Monteverde de. **Caracterização do ônibus para operação do transporte escolar rural no Brasil:** especificação de ônibus. Consultoria Monteverde, Santos - São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.academia.edu/20307486/CARACTERIZAÇÃO_DO_ÔNIBUS_PARA_OPERAÇÃO_DO_TRANSPORTE_ESCOLAR_RURAL_NO_BRASIL>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, Howard Saul. (1998). **Tricks of the trade: How to think about your research while you're doing it.** Chicago: University of Chicago Press.

BEGNAMI, João Batista, 1963-**Formação por alternância na licenciatura em educação do campo [manuscrito]: possibilidades e limites do diálogo com a pedagogia da alternância** / João Batista Begnami. - Belo Horizonte, 2019. Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32692/1/Tese_Jo%c3%a3o_B_Begnami_FINAL.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

BERGER FILHO, Leite *et al.* **Educação profissional no Brasil: novos rumos.** Revista Iberoamericana de educación, 1999. Disponível em: <https://redined.educacion.gob.es/xmlui/bitstream/handle/11162/24843/rie20a03.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC):** ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação lato sensu. 1. ed. 7. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

BOF, Alvana Maria. SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno et al. **A educação no Brasil rural.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira, 2006. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/a_educacao_no_brasil_rural.pdf. Acesso em: 8 fev. 2023.

BORGES, Marizete; MARCELITES, Elder José; FINATTO, Roberto Antônio. Interfaces entre a Educação do Campo e a Agroecologia em áreas de assentamentos rurais no estado do Paraná. **Ateliê Geográfico**, v. 14, n. 1, p. 283-304, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/56336/35016>. Acesso em: 8 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 14 jun. 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL, CAPES. **Documento Orientador de APCN Área 46: Ensino**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**: instituído pela Lei nº 9.503, de 23-9-97 - 2ª edição - Brasília: DENATRAN, 2009. p.49. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Codigo_de_transito_brasileiro.pdf. Acesso em: 25 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Histórico da Educação Profissão Tecnológica no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/90ontente90e/90ontente/article?id=68731>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL, **Decreto Nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 45, de 20 de novembro de 2013**. Dispõe sobre os critérios para a utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do Programa Caminho da Escola. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2013/resolucao-cd-fnde-no-45-de-20-de-novembro-de-2013>. Acesso em: 25 dez. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 28 de maio de 2015**. Estabelece os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros do Programa Nacional de Apoio ao

Transporte do Escolar (PNATE). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/legislacao/resolucoes-nao-vigentes/resolucao-cd-fnde-mec-no-5-de-28-de-maio-de-2015.pdf>. Acesso em: 25 dez.2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Ministério Da Educação (MEC). **Instituições da Rede Federal**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Novos Caminhos: Educação Profissional e Tecnológica gerando mais oportunidades, emprego, renda e novas tecnologias**. Brasília, 2021a. Disponível em: <http://novoscaminhos.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL, **Lei nº 7044, de 18 de outubro de 1982**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/expansao_plano.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. Ministério Da Educação (MEC). **Novo Ensino Médio – perguntas e respostas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Portal do MEC**, 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm. Acesso em: 24 jul. 2022.

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia) – Ciências Contábeis – Brasília, Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14154/1/2016_LaylaMarcellaBarsanufCampos.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

CARVALHO, Willer Luciano.; CRUZ, Rodrigo Otavio Moreira da.; CÂMARA, Marianne Trindade.; ARAGÃO, Joaquim José Guilherme de. Rural school transportation in emerging countries: The Brazilian case. **Research in Transportation Economics**, v. 29, p. 401-409. 2010.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira; OLIVEIRA, João Paulo. **A função social da Educação Profissional e Tecnológica: uma análise do Projeto Político-Pedagógico do IFRN**. In: V Seminário Nacional Sociologia & Política, 2014, **Anais**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2014, p. 2-17. Disponível em: <http://docplayer.com.br/68386616-A-funcao-social-da-educacao-profissional-e-tecnologica-uma-analise-do-projeto-politico-pedagogico-do-ifrn.html>. Acesso em: 4 ago. 2022.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda; DE SOUZA SILVA, Fábio Dantas; DE ABREU, Luciane Ferreira. Campo, cidade, escola e profissão: jovens estudantes do curso Técnico em Agropecuária no Ensino Médio Subsequente. **Diversitas Journal**, v. 4, n. 3, p. 893-913, 2019. Disponível em: https://www.diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/913/872. Acesso em: 24 nov. 2022.

CHARMAZ, Kathy. **Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2006.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação de trabalhadores (1930-60)**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n 8, p.27-41, jan/jun. 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CORADINI, Neirimar Humberto Kochhan; BORGES, Aurélio Ferreira; DUTRA, Charles Emerick Medeiros. Tecnologia educacional podcast na educação profissional e tecnológica. **Revista eletrônica científica ensino interdisciplinar**, v. 6, n. 16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1617/1661>. Acesso em: 22 jun. 2023.

COSTA, Márcia Cristina Gomes et al. Os desafios do transporte Escolar no Município de Arraias-TO. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 50832-50846, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/30104/23706>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro da et al. Desafios e perspectivas da Educação do Campo: uma revisão quali-quantitativa de produções científicas brasileiras.

Research, Society and Development, v. 11, n. 2, p. e10811225453-e10811225453, 2022. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25453/22349>. Acesso em: 25 nov. 2022.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento estratégico governamental** /. – 2. Ed. Reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

DELBONI, Célia; DE FREITAS, Adeilson Antonio; DALTRO, Marcos Luiz Medrado. A educação no campo e suas dificuldades. **Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640**, v. 15, n. 1, p. 13-25, 2018. Disponível em: <http://www.saocamiloes.br/revista/index.php/cadernoscamilliani/article/view/170/95>. Acesso em: 26 jun. 2023.

EVANGELISTA, José Carlos Sena et al. A política do transporte escolar na educação do campo: impactos e desafios na realidade escolar. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 6, n. 6, 2017. Disponível em:

<http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7344/7121>. Acesso em: 16 jun. 2023.

FARIAS, Marcella Sarah Filgueiras; MENDONÇA, Andrea Pereira. **Imagem elaborada no Grupo de Trabalho Produto Educacional da Área de Ensino da CAPES**. Brasília, Set. 2019.

FARIAS, Leideana Galvão Bacurau de - **Educação profissional técnica de nível médio a distância no Brasil** [Em linha]: meta-análise da regulamentação dos estados do Nordeste. [S.l.]: [s.n.], 2019. 249 p. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/9022>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FERES, Marcelo. **Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no Brasil e sua articulação com o Ensino Médio**. Brasília: DF, jun. de, 2018. Disponível em:

<https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/ept-estudo-marceloferes.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. DEBATE-40. **Educação Rural e Educação do Campo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RzrF78tAXP0>. Acesso em: 30 out. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Monica Castagna. **O Campo da Educação do Campo**. São Paulo: 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>. Acesso em: 12 de dez 2022.

FERREIRA, Josiane Marques. **CONDIÇÕES DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO RENDIMENTO DOS ALUNOS**. 2020. Disponível em:

https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1314/1/tcc_Josiane%20Marques%20Ferreira.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

FLORES, Maria Marta Lopes et al. **Escola nucleada rural: histórico e perspectivas Catalão-GO (1988-2000)**. 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28536>. Acesso em: 16 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Dulceli Pierin de; BATTEZZATI, Silma Cortes da Costa. O transporte escolar e sua influência no aprendizado do aluno do campo. **Monografia 16** (Especialização em Educação do Campo) – Curso de Especialização em Educação do Campo – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38494/R%20-%20E%20-%20DULCELI%20PIERIN%20DE%20FREITAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jun. 2023

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. **Guia do transporte escolar**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/media-pnate/cartilhas-e-manuais/guia_do_transporte_escolar.pdf. Acesso em 25 dez. 2023.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Caracterização do transporte escolar nos municípios visitados: projeto de transporte escolar rural**, v. 3: centro de Formação em Recursos Humanos de Transportes. Brasília: Universidade de Brasília, 2007b.

GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, Selam Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GELOCHA, Elizandra Aparecida Nascimento; ANTUNES, Helenise Sangoi. Trajetória da Educação Rural para a criação no social e política da Educação do Campo Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 8, pág. e8010816892-e8010816892, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16892/15266>. Acesso em 31 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GULARTE, Ingrid da Silva. **Educação do campo: uma análise do transporte escolar rural na percepção dos alunos**. 2023. Disponível em:

https://repositorio.unipampa.edu.br/bitstream/riu/7921/1/Artigo_Ingrid___POS_BANCA___versao_final.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Panorama Municipal 2010/2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 18 de dezembro de 2023.

INEP. **Cartilha do Transporte Escolar**: Versão preliminar. Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/transporte_escolar/cartilha_gestor_regulacao.pdf. Acesso em: 25 dez. 2023.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 27, p. 46-60, maio/ago., 2003.

KUENZER, Acacia Zeneira. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997, 104p.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola** – teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola Pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo – SP: Editora Loyola, 2006, p. 37.

LIRA, Livia Julyana Gomes Vasconcelos. **Desigualdades entre escolas rurais e urbanas: análise do período 2000-2015**. 2017. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará – Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22669/3/2017_dis_ljgvaira.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

LOPES, Elisângela Pereira. **Modelo organizacional para o transporte escolar rural nos estados e municípios brasileiros**. 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4184/1/2009_ElisangelaPereiraLopes_noPW.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** / Menga Lüdke, Marli E. D. A. André. - [2. ed]. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

LUTHER, Alessandra; GERHARDT, Tatiana Engel. O desenvolvimento rural nos discursos para a educação básica do campo. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 33, p. 33-55, 2019. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/4325/4071>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MACEDO, Pedro Clei Sanches; BICALHO, Ramofly. Educação Profissional Rural versus Educação Profissional do Campo: uma análise gramsciana da atuação do

Senar e dos movimentos sociais camponeses. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 34, p. 192-214, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38132/21795>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Análise dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos alunos**. 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8542/1/2010_AnaPaulaAntunesMartins.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

MELO, Alexandro de. **Relações entre escola e comunidade**. Curitiba: Inbpex, 2011.

MELO, Raimunda Alves; FRANÇA-CARVALHO, Antônia Dalva. EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E NO PIAUÍ. **Cadernos Cajuína**, v. 5, n. 3, p. 8-27, 2020. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/409/292> Acesso em: 23 nov. 2022.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 79-98.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82/59>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helena Célia de. **Avanços E Desafios Na Construção Da Educação Do Campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em: <https://seminarionacionallecampo2015.files.wordpress.com/2015/09/avanc3a7os-e-desafios-na-construc3a7c3a3o-da-educac3a7c3a3o-do-campo.pdf> Acesso em: 28 jun. 2023.

MONTEIRO, Flavianne Rodrigues; MONTEIRO, Sônia Rodrigues. A qualidade do transporte público escolar aos alunos do ensino fundamental no município de Itaocara-RJ. 2018. 14 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Administração) – Curso de Administração, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16844/Artigo_FLAVIANNE%20E%20S%c3%94NIA_2018.2.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 jun. 2023.

MORAIS, Eduardo Henrique Modesto de. **O papel do Ensino de Geografia no fortalecimento da Educação do Campo e na (re) construção do território**

camponês local. 2018. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34581/1/2018_EduardoHenriqueModestod eMorais.pdf. Acesso em: 4 fev. 2023.

MORAIS, Alaine Andrade de; MARINS, Fernando Augusto Silva; DA SILVA, Aneirson Francisco. **CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO DA ETAPA TÉCNICO-ECONÔMICA DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL** Disponível em:
<file:///C:/Users/User/Downloads/848-Texto%20do%20artigo-3370-2-10-20200128.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MOREIRA, Paulo Odair. **Educação no campo e educação profissional: o ensino médio integrado**. 2021. Disponível em:
https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1985/Paulo_Odair_Moreira_TCCPLS_2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 nov. 2022.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. *Holos*, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em: 19 jul. 2022.

NAHIRNE, Ana Paula. **O cotidiano de uma escola do campo e a prática social de ensino da matemática na concepção da comunidade escolar**. 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017. Disponível em:
https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3434/5/Ana_Nahirne2017.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

NETTO, Daiane; SCHULTZ, Glauco. Educação do campo: uma revisão sistemática. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8233/6329>. Acesso em: 11 mar. 2023.

NOSELLA, Paolo. Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. **Educação e Sociedade, Campinas**, v. 32, n. 117, p. 1051–1066, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/wFtvf3SFQR6y5qfVvNPmY8s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2022.

NÓVOA, António. O professor se forma na escola. **Nova Escola**, n. 142, 2001.

PACHECO, Elieser. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2011.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. s.ed. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em:
<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575/437>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PANTOJA, Eliane Vieira. Desafios e perspectivas do transporte escolar rural: comunidade Vila Maracá, Mazagão, Amapá. 2021. 53 f. **Monografia** (Especialização em Licenciatura em Educação do Campo) – Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2021. Disponível em: http://repositorio.unifap.br/jspui/bitstream/123456789/692/1/TCC_DesafiosPerspectivasTransporte.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

PEGORETTI, Michela Sagrillo; SANCHES, Suely da Penha. Dicotomia rural x urbano e segregação sócio-espacial: uma análise da acessibilidade ligada à problemática do transporte dos estudantes do campo. **XI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ENANPUR**, 2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/221.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023)

PEREIRA, Caroline Nascimento; DE CASTRO, César Nunes. **EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL: DIFERENCIAIS ENTRE O RURAL E O URBANO**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10501/1/td_2632.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

PIMENTA, Selam Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PINHEIRO, Theo Goulart Bravo Santos. **Diagnóstico do Transporte Escolar Rural Público no Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES**. Dissertação de Mestrado em gestão Pública – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2489/1/tese_6665 DISSERTAÇÃO%2087%20830%20FINAL%20-%20THEO%20GOULART%20BRAVO%20S.%20PINHEIRO.pdf. Acesso em: 8 fev. 2023.

PROENÇA, Nathalia Suelen; MAIA, LAMARI; BRUNELLI, Luciano. Desafios e conquista da educação no campo. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, n. 2, 2020. Disponível em: http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/OVXqLRc5JkGeMa6_2020-12-14-17-19-11.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. **Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias**, v. 8, 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356/317>. Acesso em: 8 ago. 2022.

RÊGO, Vilson Ribamar. **100 fatos de uma escola centenária/Vilson Ribamar Rêgo.** Antônio Gerardo Rodrigues. Teresina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, 2009.

ROCHA, Marcelo Henrique de Melo. **Hidrocast: podcast como recurso didático para a sensibilização do uso sustentável da água.** 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/40015/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Marcelo%20Henrique%20de%20Melo%20Rocha.pdf>

RODRIGUES, Antônio Gerardo *et al.* **Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí: 90 anos de ensino profissionalizante.** Teresina: EDUFPI, 2002.

RODRIGUES, IGOR; PEREIRA, Denise. Os impactos da política pública de transporte escolar rural nos índices de evasão escolar: Uma revisão sistemática sobre o Programa Caminho da Escola. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap-2022/502.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANTANA, Darlem Juliana Silva. **Memórias docentes: trajetórias profissionais e história da educação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (1970-2010)** [manuscrito] / Darlem Juliana Silva Santana. – 2015. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3918/Darlem%20Juliana%20Silva%20Santana_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 ago. 2022.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **As dimensões do par no contexto da pesquisa. In: Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro.** Salvador: Edufba, p.135 – 175, 2020. file:///C:/Users/User/Downloads/Reflexoes%20sobre%20politicass%20publicas-repositorio-.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

SANTOS, Carlos Cesar dos. **A importância do livro didático no ensino público remoto.** Trabalho apresentado no Congresso internacional movimentos docentes, São Paulo, out. 2021. V. único, p. 139.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia/Dermeval Saviani.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p.152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso-comum à consciência filosófica.** 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHMITT, Estela Lidia et al. **Olhar atento para a educação ambiental nas escolas do campo. 2017.** Disponível em:

<https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3109/5/Estela%20L.%20Schmitt%202017.pdf>. Acesso em 4 fev. 2023.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; BORGES NETTO, Mario. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. **Entrelaçando—Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, v. 2, p. 45-60, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/POR%20UMA%20EDUCAO%20DO%20CAMPO%200-%20percursos%20histicos%20e%20possibilidades%20_%20Astrogildo%20F.%20da%20Silva%20Jnior%20e%20Mrio%20Borg.pdf. Acesso em: 4 fev. 2023.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes; LEITE, Marcos Flávio Alves. A educação escolar no meio rural do município de Ituiutaba-MG Brasil: Educação Rural ou Educação do Campo? **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 1, p. 323-344, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3291/9650> Acesso em: 23 nov. 2022.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões.** Brasília: IFRN, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192. Acesso em: 23 jul. 2022.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da (2018). **O território camponês como dimensão educativa: desafios e possibilidades da Educação do Campo em Grajaú-MA.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, MG, Brasil. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30475/1/Tese_Vers%C3%A3o%20final.pdf. Acesso em: 4 fev. 2023.

SILVA, Luziane Miranda da (2019). **Desafios e perspectivas da Educação do Campo: uma análise em porto nacional – TO.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Tocantins. Tocantins, TO, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1197/1/Luziane%20Miranda%20da%20Silva%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2023.

SILVA, Alan Ricardo da; YAMASHITA, Yaeko. **Análise dos Princípios da Igualdade e da Equidade nos Critérios de Distribuição de Recursos para o Transporte Escolar Rural.** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alan-Silva-3/publication/267965089_ANALISE_DOS_PRINCIPIOS_DA_IGUALDADE_E_DA_EQUIDADE_NOS_CRITERIOS_DE_DISTRIBUICAO_DE_RECursos_PARA_O_TRANSPORTE_ESCOLAR_RURAL/links/54db85560cf2ba88a6902dae/ANALISE-DOS-PRINCIPIOS-DA-IGUALDADE-E-DA-EQUeIDADE-NOS-CRITERIOS-DE-DISTRIBUICAO-DE-RECursos-PARA-O-TRANSPORTE-ESCOLAR-RURAL.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

SILVA, Alan Ricardo da. **Metodologia para Avaliação e Distribuição de Recursos para o Transporte Escolar Rural**. Tese de Doutorado em Transporte Ambiental – Universidade de Brasília - UnB. Brasília - DF. 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3922/1/2009_AlanRicardodaSilva.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

SOARES, Sergei; RAZO, Renata; FARIÑAS, Mayte. Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis. **A educação no Brasil rural**, p. 47-67, 2006. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/a_educacao_no_brasil_rural.pdf. Acesso em: 6 fev. 2023.

SOUSA, Karina Cardoso de et al.. **A educação profissional e tecnológica no piauí: de escola de aprendizes artífices a institutos federais**. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80308>. Acesso em: 24 ago. 2022.

VERGILI, Paula. Educação do Campo no Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena. **Revista Pleiade**, v. 12, n. 26, p. 144-155, 2018. Disponível em: <https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/498>. Acesso em: 25 nov. 2022.

YIN, Robert K. Estudo de caso: **planejamento e métodos**. 5ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **“AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL”**, cujos pesquisadores são Rafael Fernandes de Mesquita e Sebastião Barbosa Carvalho. O objetivo do projeto é analisar, a partir do Centro Estadual de Educação Profissional Rural Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha (Barras-PI), como se desenvolvem as escolas de educação profissional que estão localizadas no campo ou afastadas dos centros urbanos. A pesquisa justifica-se pela necessidade de se fazer estudos locais para identificar ações específicas que atendam às demandas de cada lugar, com participação da comunidade para promover o desenvolvimento pessoal e social do campo.

O(a) Senhor(a) tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para nossos encontros (Item IV.3.d, da Res. CNS nº. 466 de 2012).

Caso aceite participar, a sua participação, no caso do diretor, consiste em relatar sobre avanços e desafios que contribuem ou não com o desenvolvimento do CEEPRU; no caso da coordenação pedagógica, em destacar a existência e a qualidade dos recursos materiais e humanos, além de métodos e técnicas utilizados para fortalecer a relação ensino-aprendizagem; quanto aos professores, consiste em relatar experiências da sua carreira profissional; no caso dos alunos, em expor a experiência com o transporte escolar, observando o trajeto da zona rural até a zona urbana e vice-versa; no caso de representante da comunidade, consiste em comentar a sua percepção sobre o CEEPRU Profa. M^a de Jesus Carvalho Rocha. Esses relatos se darão em encontros, com duração aproximada de 60 minutos cada, com o pesquisador que guiará a entrevista. Será solicitada a autorização para gravação da sua fala, preservando a sua confidencialidade por meio de codinomes, a fim de assegurar a proteção da sua imagem, garantindo a não utilização das informações em seu prejuízo, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Estas precauções visam minimizar riscos decorrentes da sua participação na pesquisa.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa, os riscos para o(a) Senhor(a) podem ser o constrangimento ou desconforto em relatar suas vivências, um possível sentimento de invasão de privacidade; a resposta a questões que podem ser interpretadas como sensíveis; tomar seu tempo ao responder a entrevista. As estratégias para minimização destes riscos são: a garantia de confidencialidade durante todo o processo a partir do uso de codinomes ou códigos para identificar as transcrições das entrevistas; a abordagem cuidadosa durante as entrevistas e o aceite tranquilo dos pesquisadores à recusa em participar da pesquisa a qualquer momento.

São esperados, como benefícios para os participantes da pesquisa: a oportunidade de tornar públicos relatos de experiências que podem ser comuns a outras escolas em situações similares, contribuindo para a elaboração e avaliação de políticas públicas e seu alcance.

Se julgar necessário, o(a) senhor(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, colegas de profissão, seu superior hierárquico, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Garantimos ao(à) senhor(a), se necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Também estão assegurados ao(à) senhor(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao(à) participante da pesquisa.

Asseguramos ao(à) senhor(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário e previsto legalmente. Garantimos ao(à) senhora a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação.

A(o) senhor(a) pode entrar em contato com o pesquisador responsável Rafael Fernandes de Mesquita pelo telefone/celular (86) 99839-0521 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail rafael.fernandes@ifpi.edu.br.

O(a) Senhor(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAr (CEP/UFDPAr), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da

pesquisa, no seguinte endereço: Sala II do Bloco 03, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala, do Campus Universitário Ministro Reis Velloso da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, localizado à Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI, com atendimento ao público/pesquisadores de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h. E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pel(o)a Senhor(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para os responsáveis por este estudo:

• Rafael Fernandes de Mesquita – Pesquisador responsável

Telefone: (86) 99839-0521

E-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br

• Sebastião Barbosa Carvalho – Pesquisador assistente

Telefone: (86) 99485-1300

E-mail: sebastiaobarraspi@gmail.com

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

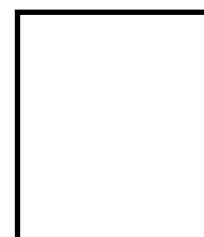
Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, e ficando com a posse de uma delas.

_____, ____/____/____

Assinatura do Participante

Telefone:

E-mail:



IMPRESSÃO
DACTILOSCÓPICA

(Se necessário)

Assinatura do Pesquisador Responsável

Telefone:

E-mail:

Assinatura do Pesquisador Assistente

Telefone:

E-mail:

Rubrica (pesquisador responsável)

Rubrica (participante ou responsável legal)

Rubrica (pesquisador assistente)

APÊNDICE B

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

Eu, _____, brasileiro(a), RG _____, estou sendo convidado (a) a participar de um estudo denominado **“AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL”**. Esta pesquisa está sob a responsabilidade do mestrando Sebastião Barbosa Carvalho e do pesquisador Dr. Rafael Fernandes de Mesquita, professor vinculado ao Programa de Mestrado em educação profissional e Tecnológica (PROFEPT) IFPI Campus Parnaíba.

Solicitamos, gentilmente, que a leitura seja feita com atenção e calma. Aproveite para esclarecer todas as suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com o pesquisador responsável Rafael Fernandes de Mesquita através do e-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br ou do telefone: (89) 99839-0521, e com o pesquisador Sebastião Barbosa Carvalho através do e-mail: sebastiaobarraspi@gmail.com ou do telefone (86) 99485-1300, ou ainda pessoalmente na Rua Batalha, nº 88, no bairro Pequizeiro, CEP: 64.100.000 - Barras(PI) ou na Rua Dona Amélia Rubim, s/nº, Renascença II, CEP: 64.082-140 - Teresina (PI). Se mesmo assim, as dúvidas ainda persistirem O(a) Senhor(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAR (CEP/UFDPAR), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Sala II do Bloco 03, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala, do Campus Universitário Ministro Reis Velloso da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, localizado à Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI, com atendimento ao público/pesquisadores de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h. E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br.

O objetivo desta pesquisa é analisar as condições de desenvolvimento do Centro Estadual de Educação Profissional Rural (CEEPRU) Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha - Barras/PI.

Esclarecemos que a participação do (a) estudante será voluntária, caso decida não participar ou retirar seu assentimento a qualquer momento da pesquisa, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo e os pesquisadores estarão à

sua disposição para quaisquer esclarecimentos.

A sua participação no referido estudo se dará no sentido de responder aos questionamentos realizados durante a pesquisa por meio de aplicação de questionário on-line e participação em aulas nas quais sejam adotadas metodologias propostas no produto educacional desenvolvido no âmbito dessa pesquisa. Para tanto, serão adotadas todas as recomendações/protocolos do plano de contingência de enfrentamento de Covid-19 do MS referentes à realização de procedimentos em saúde, tais como uso de etiqueta respiratória, higienização das mãos com água e sabão ou álcool gel, uso de máscaras limpeza, desinfecção de ambientes e distanciamento físico.

Entre os possíveis riscos inerentes à pesquisa, envolvendo tanto os participantes que responderão ao questionário, pode-se citar o de não entender a essência das perguntas/questionamentos, ou ainda se sentir desconfortável ou constrangido em respondê-las. Como medida para contornar os possíveis riscos, durante a elaboração dos instrumentos de coleta, buscar-se-á ao máximo a utilização de linguagem e termos de fácil compreensão, primando pela clareza e objetividade das perguntas, evitando assim, o tangenciamento nas respostas.

Outro risco inerente a pesquisa é a possibilidade do participante se sentir desconfortável ou constrangido ao responder algumas perguntas. No que diz respeito a possível ocorrência desse risco, será garantido que estes participem em local reservado e com tempo suficiente para elaborarem suas respostas.

Para além do já explicitado, será garantido a suspensão imediata do trabalho de pesquisa, caso haja indícios de riscos e/ou danos à saúde dos participantes, estejam eles previstos ou não no termo de consentimento assinado pelos participantes ou seus responsáveis. Assim, garantir-se-á aos participantes do estudo o mínimo de riscos, uma vez que, suas ações participantes não gerarão impactos e/ou danos físicos, morais, culturais, religiosos ou financeiros.

Asseguramos que a privacidade do (a) estudante será respeitada, os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos) e os pesquisadores se comprometem a manter o sigilo e identidade anônima, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos.

Esclarecemos ainda, que o (a) estudante pode retirar o assentimento à participação nesse estudo a qualquer momento, sem precisar justificar, e, se desejar não participar da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo em relação à assistência que vinha recebendo.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como será garantido à (ao) estudante o livre acesso as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, bem como lhe é garantido acesso aos resultados. Declaramos ainda que o(a) estudante não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que será devidamente ressarcido(a). Não haverá nenhum tipo de pagamento pela participação, ela é voluntária. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação do(a) estudante neste estudo poderá ser indenizado (a) conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, bem como lhe será garantido a assistência integral.

Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor do aqui mencionado e compreendido a natureza e objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre assentimento quanto à minha participação neste estudo, por meio da assinatura deste documento em duas vias, sendo uma para o pesquisador e outra para o(a) participante da pesquisa, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela minha participação nesta pesquisa. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Teresina (PI), _____ de _____ de 2023.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Rafael Fernandes de Mesquita
Telefone: (86) 99839-0521
E-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br

Assinatura do Pesquisador Assistente

Sebastião Barbosa Carvalho
Telefone: (86) 99485-1300
E-mail: sebastiaobarraspi@gmail.com

APÊNDICE C**Consentimento Pós-Informado**

Eu, _____, inscrito(a) sob o RG/CPF _____, abaixo assinado, autorizo a participação do meu/minha filho/filha _____ no estudo intitulado **“AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL”**.

Informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que a participação do meu/minha filho/filha nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pelos pesquisadores, Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita e Sebastião Barbosa Carvalho, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a participação do meu/minha filho/filha no projeto de pesquisa acima descrito.

Teresina (PI), _____ de _____ de 2023.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) responsável

Assinatura do Pesquisador Responsável

Rafael Fernandes de Mesquita
Telefone: (86) 99839-0521
E-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br

Assinatura do Pesquisador Assistente

Sebastião Barbosa Carvalho
Telefone: (86) 99485-1300
E-mail: sebastiaobarraspi@gmail.com

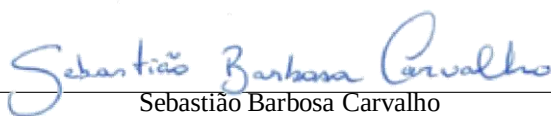
APÊNDICE D

Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

Nós, Sebastião Barbosa Carvalho, estudante do PROFEPT IFPI/*campus* Parnaíba, e Rafael Fernandes de Mesquita, professor do IFPI vinculados ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), *campus* Parnaíba, abaixo assinados, pesquisadores envolvidos no projeto de título: **“AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL”**, assumimos o compromisso de manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos (prontuários) do CEEPRU Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha – Barras/PI, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam os Documentos Internacionais e a Resolução CNS nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Esclarecemos que os dados a serem coletados tem por objetivo analisar as condições de desenvolvimento do CEEPRU Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha - Barras/PI, observando a gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola e os estudantes do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, e deverá ocorrer entre as datas de 07 de agosto a 29 de setembro de 2023.

Barras - PI, 10 de abril de 2023.



Sebastião Barbosa Carvalho
CPF: 910.226.493-53 / RG: 2.094.518



Rafael Fernandes de Mesquita
CPF: 016.322.523-09 / RG:

APÊNDICE E

Questionário das Entrevistas

Entrevista semiestruturada para os participantes da pesquisa

Entrevista nº _____

Esta pesquisa tem como objetivo analisar, a partir do Centro Estadual de Educação Profissional Rural Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha (Barras-PI), como se desenvolvem as escolas de educação profissional de nível médio que estão localizadas no campo ou afastadas dos centros urbanos.

A entrevista possui as questões a seguir e respondê-las pode exigir de 30 a 60 minutos, sendo que suas respostas serão coletadas preservando o anonimato; portanto, não será necessário a identificação do autor das respostas. Sua participação nesta pesquisa é muito importante para nós, pois desejamos reunir o máximo de informações disponíveis da gestão administrativa e pedagógica da escola, além de informações dos docentes, alunos e comunidade participantes.

Desde já agradeço pela contribuição.

Prof. Sebastião Barbosa Carvalho

Roteiro para o Gestor(a) da Escola

- 1 – Como você caracteriza o desenvolvimento do CEEPRU? Quais os obstáculos você identifica que podem impedir o CEEPRU de avançar? Citar/comentar
- 2 – Quais fatores você acredita que contribuem com o desenvolvimento do CEEPRU? Citar/comentar
- 3 – Como a escola avalia a sua relação com a comunidade?
- 4 – Descrever as ações que estão sendo ou que foram implantadas na gestão atual e que produziram resultados satisfatórios. Quais mudanças ocorreram na instituição com base na implantação dessas ações?
- 5 – O que tem facilitado a oferta do transporte para o desenvolvimento da escola?
- 6 – Quais dificuldades relacionadas ao transporte escolar impactam no desenvolvimento da escola?

Roteiro para Coordenação Pedagógica da Escola

- 1 – Quais fatores tem impactado positivamente na prática pedagógica dos professores? Citar/comentar
- 2 – Quais obstáculos tem impactado negativamente na prática pedagógica dos professores? Citar/comentar
- 3 – O que tem facilitado a oferta do transporte para o desempenho dos alunos?
- 4 – Quais dificuldades relacionadas ao transporte escolar impactam no desempenho dos alunos?

Roteiro para Professor(a)

- 1 – Quais são suas maiores dificuldades no desenvolvimento da prática pedagógica? Relatar
- 2 – Quais fatores contribuem para a sua prática pedagógica? Citar
- 3 – Qual (is) metodologia(s) é/são empregada(s) em sala de aula? Comentar
- 4 – O aluno da zona rural é tratado de forma diferente, observando o currículo escolar? Comentar
- 5 – O que tem facilitado a oferta do transporte para o desempenho dos alunos?
- 6 – Quais dificuldades relacionadas ao transporte escolar impactam no desempenho dos alunos?

Roteiro para Aluno(a)

- 1 – Você considera adequado o transporte usado para chegar até a escola? Comentar
- 2 – Quais fatores contribuem no seu trajeto até a escola? Citar
- 3 – Quais são as dificuldades enfrentadas no trajeto até a escola? Citar
- 4 – A distância percorrida até a escola compromete a sua aprendizagem? Comentar
- 5 – A distância percorrida até a sua casa compromete suas atividades no campo? Comentar
- 6 – Você gosta do ônibus escolar? Comentar

Roteiro para Pai/Mãe (Comunidade)

- 1 – Qual a percepção que o senhor tem da escola CEEPRU? Comentar
- 2 – Você participa de algum projeto desenvolvido pela escola? Justificar
- 3 – O(a) senhor(a) matricularia seu/sua filho(a) na escola? Comentar

- 4 – A escola promove e com que frequência promove eventos de interesse da comunidade? Comentar
- 5 – A comunicação da escola com os pais e a comunidade é frequente? Relatar
- 6 – Na sua opinião, quais vantagens e desvantagens do transporte escolar para os alunos da zona rural?

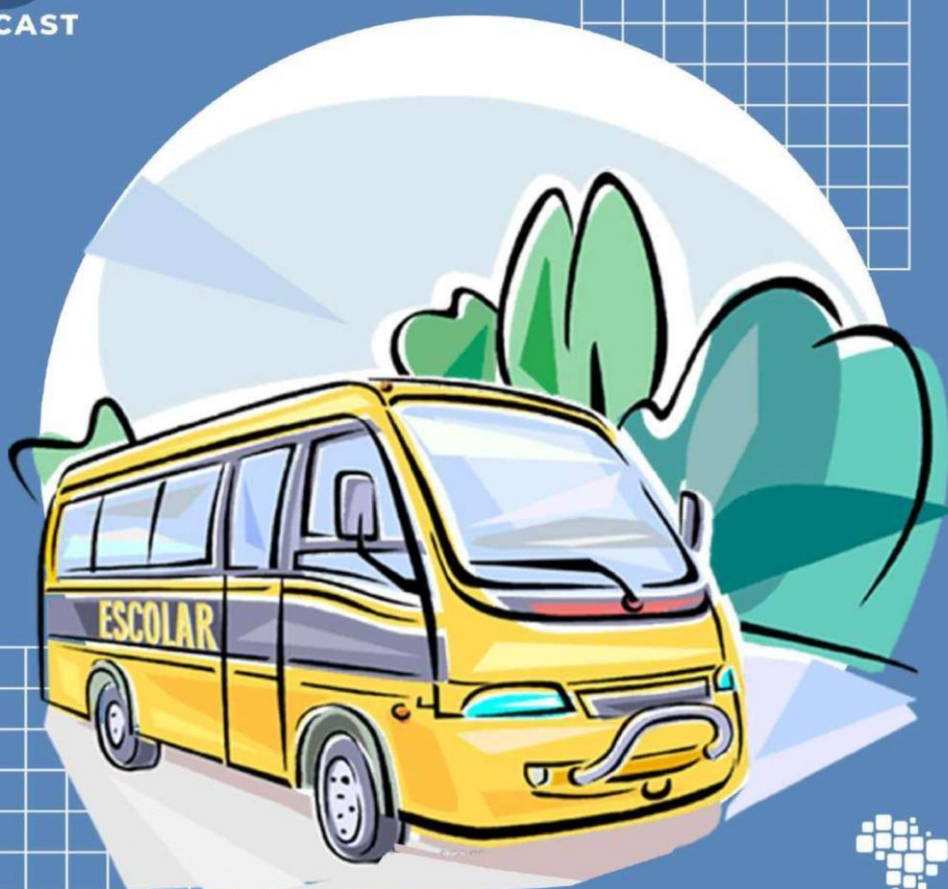
Produto Educacional

Os Percursos da Aprendizagem no Campo: Percalços e Oportunidades

Sebastião Barbosa Carvalho
Rafael Fernandes de Mesquita



PODCAST



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Os Percursos da Aprendizagem no Campo: Percalços e Oportunidades

AUTORIA

Pesquisador Me. Sebastião Barbosa Carvalho
(IFPI, Campus Parnaíba)

Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita
(IFPI, Campus Parnaíba)

COLABORADORES

Adriano Carvalho Silva
Francisco de Assis Carvalho Filho
Kennedy José Alves da Silva

PRODUÇÃO E LOCUÇÃO

Pesquisador Me. Sebastião Barbosa Carvalho
(IFPI, Campus Parnaíba)

REVISÃO

Pesquisador Me. Sebastião Barbosa Carvalho
(IFPI, Campus Parnaíba)

PROJETO GRÁFICO

Rusniel Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C331p Carvalho, Sebastião Barbosa

Os percursos da aprendizagem no campo: percalços e oportunidades [recurso eletrônico] / Sebastião Barbosa Carvalho, Rafael Fernandes de Mesquita. - Parnaíba-PI: IFPI, 2024.

14f.: il. color.

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) – Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, 2024.

ISBN: 978-65-01-01087-8

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Educação do Campo e Rural. 3. Avanços e Desafios. 4. PROFEPT. I. Mesquita, Rafael Fernandes de. II. Título.

CDD–378.013

Elaborado por Isabel dos Santos Lima CRB 3/1060

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
O PROJETO DO PODCAST.....	05
EPISÓDIO 1.....	07
EPISÓDIO 2.....	08
EPISÓDIO 3.....	09
DESTAQUES DOS EPISÓDIOS.....	10
PARA REFLETIR: O PERCURSO TRILHADO.....	11
COMO OUVIR O PODCAST.....	12
REFERÊNCIAS.....	13

APRESENTAÇÃO

Nesta jornada, apresentaremos histórias admiráveis e inspiradoras que se desenrolam nas paisagens rurais, onde o acesso à educação muitas vezes depende da superação de obstáculos que vão além das salas de aula. Exploraremos a trama emocionante de como o transporte escolar não é uma forma de locomoção apenas, mas um veículo que carrega sonhos, esperanças e possibilidades.

Tivemos o privilégio de contar com perspectivas de especialistas que iluminarão diferentes aspectos desse cenário. Estaremos mergulhando nas salas de aula rurais por meio das experiências pedagógicas de dois brilhantes professores. Eles nos presentearão com histórias reais de como enfrentam desafios, como transformam suas práticas em jornadas de descoberta e como o transporte escolar se torna parte integrante desse processo educativo.

Convidamos um advogado experiente para nos guiar por meio dos direitos legais que cercam a educação no contexto rural e o transporte escolar. Suas considerações lançarão luz sobre como as leis buscam garantir que todas as pessoas, independentemente de onde vivam, tenham igualdade de acesso. Enfatiza ainda as implicações, caso não seja cumprida a lei.

Vamos embarcar juntos nessa jornada de conhecimento e compreensão. Sejam bem-vindo(a)s!

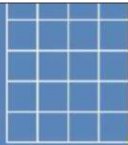
SOBRE O PROJETO DO PODCAST

O presente Podcast foi construído a partir da pesquisa de mestrado em educação profissional e tecnológica do Instituto Federal do Piauí – Campus de Parnaíba, que teve como objetivo analisar como tem sido o desenvolvimento de um Centro Estadual de Educação Profissional Rural situado em ambiente afastado de um centro urbano e que atende comunidades rurais, a partir do foco no papel do transporte escolar neste processo.

Os resultados sinalizam dificuldades e facilidades quanto ao uso do transporte escolar para garantir o acesso, a permanência e o sucesso de alunos nas unidades de ensino rurais. Nasce daí a ideia do Podcast “Os Percursos da Aprendizagem no Campo: Percalços e Oportunidades”, buscando revelar a jornada educacional de estudantes que enfrentam a realidade do transporte escolar em regiões rurais ou em ambientes afastados do centro urbano, os obstáculos enfrentados, bem como as oportunidades que essa jornada pode oferecer – por meio do compartilhamento da experiência profissional no assunto.

O podcast é uma forma rápida de disseminar áudio pela internet. É uma nova palavra a partir da combinação de “iPod”, o reprodutor de arquivos de áudio digital da Apple, e “broadcast”, que significa transmissão em inglês (Foschini, 2018).

São inúmeras as vantagens oferecidas por essa ferramenta tecnológica. Em meio à agitação das cidades, onde a escassez de tempo frequentemente impede que indivíduos leiam e se mantenham atualizados, o podcast emerge como uma alternativa notável. Ele pode ser consumido enquanto se realiza outras tarefas, como no trajeto para a escola ou o trabalho. Além do mais, uma vasta gama de



podcasts está disponível, abordando diversas temáticas e atendendo a todas as necessidades, públicos e preferências. Muitos deles são distribuídos gratuitamente pela internet (Rocha, 2020).

Campos et al. (2020) destaca que o podcast emerge como uma alternativa tecnológica com grande potencial para enriquecer o processo educativo. Os alunos podem acessar as informações compartilhadas pelos educadores e fazer o download em seus dispositivos móveis, permitindo o uso flexível. Devido à natureza de áudio, o podcast pode ser adaptado para alunos com deficiência visual, o que realça sua importância. No entanto, é crucial salientar a necessidade de dispositivos tecnológicos adequados, como reprodutores de MP3 e smartphones, para sua utilização eficaz.

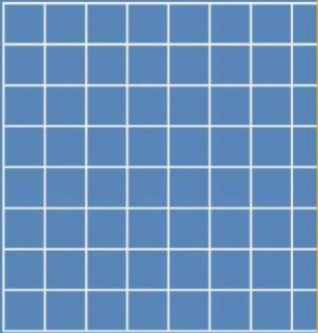
Na mesma linha de pensamento, segundo Rocha (2020), os podcasts têm se popularizado na sociedade e podem ser valiosos recursos educativos nas escolas. Além de apresentar conteúdo de forma dinâmica, eles promovem habilidades cognitivas como aprendizado auditivo, oralidade e percepção do ambiente sonoro. Os podcasts também capacitam os alunos a se envolverem ativamente no processo educativo, incentivando o protagonismo ao permitir que gravem seus próprios episódios. Nesse sentido, a intenção com o podcast, não é de apenas informar, mas também de inspirar ações positivas em direção a uma educação mais acessível e significativa para todos.

EPISÓDIO 01

Transporte Escolar: Na realidade / Como é

Neste episódio, dois professores comprometidos com a educação compartilham suas experiências profissionais relacionadas ao transporte escolar, destacando os desafios enfrentados para garantir que estudantes rurais tenham acesso à educação de qualidade. Uma conversa inspiradora que revela o poder da dedicação na formação das futuras gerações.

EPISÓDIO 02



Transporte Escolar: Na realidade / Como é

Neste episódio, dois engajados educadores partilham suas vivências profissionais no âmbito do transporte escolar, enfatizando as facilidades que esse veículo proporciona para que seja assegurada aos discentes rurais uma educação de excelência. Uma instigante discussão que confirma o impacto transformador da dedicação na preparação das próximas gerações.



EPISÓDIO 03

Transporte Escolar: No papel / Como deve ser

Neste episódio, um advogado, que também é professor, nos guiará pelos direitos legais relacionados ao transporte escolar. Nesta conversa esclarecedora, exploramos os regulamentos e obrigações legais que afetam o transporte escolar, fornecendo aos ouvintes uma compreensão sólida sobre como deve ser um sistema de transporte escolar eficiente, seguro e em conformidade com a lei. Um episódio essencial para pais, educadores e todos os interessados na segurança e acessibilidade da educação.

DESTAQUE dos Episódios

Episódios 1 e 2: "Transporte Escolar: Como é"



"Jornada no Campo: Desafios e Facilitadores"

Episódio 3: "Transporte Escolar: As Expectativas Legais"

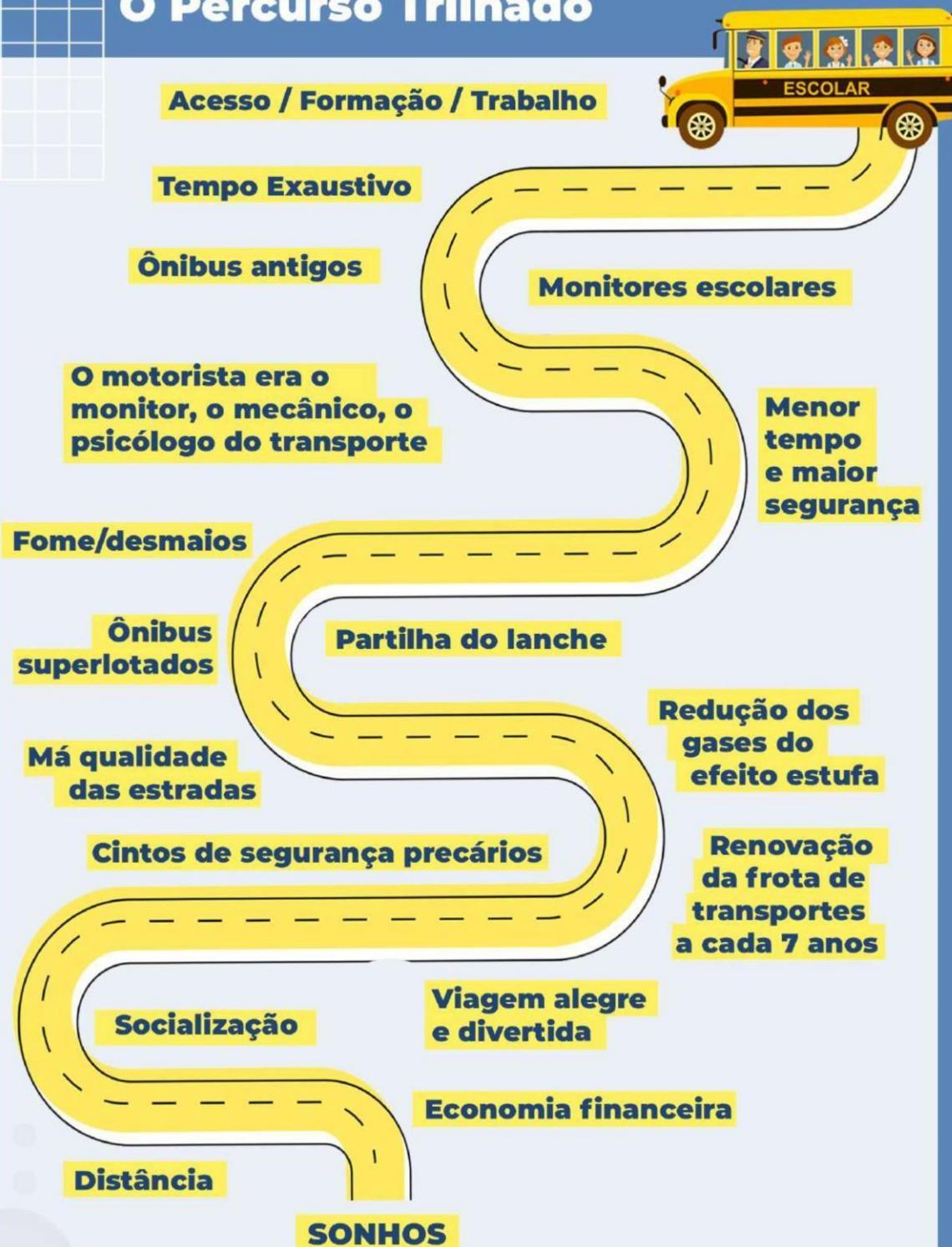


LEGISLAÇÃO ✓

- ✓ Constituição Federal, art. 208.
- ✓ Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- ✓ Código de Trânsito Brasileiro, art. 61 e 136.
- ✓ Resolução Nº 45 de 20 de novembro de 2013.
- ✓ Decreto Nº 11.162, de 4 de agosto de 2022.

"Direitos Legais e Transporte Escolar"

Para Refletir: O Percurso Trilhado



COMO

ouvir o podcast?



Link dos episódios:



Episódio 01

Transporte Escolar:

Na realidade / Como deve ser.

LINK: <https://youtu.be/9rq8ppYya2U>



Episódio 2

Transporte Escolar:

Na realidade / Como é.

LINK: <https://youtu.be/GOVB7dGpKzU>



Episódio 03

Transporte escolar:

No papel / Como deve ser.

LINK: <https://youtu.be/HfunyGpTvPY>

Ou se preferir:

Clique no campo de pesquisa do youtube, digite o nome do nosso podcast "Os Percursos da Aprendizagem no Campo: Percalços e Oportunidades" e selecione-o nos resultados da pesquisa. Você verá uma lista de todos os episódios disponíveis. Clique em qualquer episódio para começar a ouvir.

Referências

CAMPOS, Cazimiro; De Sousa *et al.* O podcast como ferramenta ao ensino: implicações e possibilidades educativas. **Anais VII CONEDU** - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69108>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

FOSCHINI, Ana Carmen; TADDEI, Roberto Romano. **PodCast**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000097.pdf>. Acesso 31 ago. 2023.

ROCHA, Marcelo Henrique de Melo. **Hidrocast: podcast como recurso didático para a sensibilização do uso sustentável da água**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/40015/1/DIS-SERTA%c3%87%c3%83O%20Marcelo%20Henrique%20de%20Melo%20Rocha.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

APÊNDICE G

Questionário para Avaliação do Produto Educacional

Questões objetivas

1 - Como você avalia a clareza das informações apresentadas no podcast?

- a) Muito claras
- b) Claras
- c) Um pouco confusas
- d) Muito confusas

2 – O podcast promoveu reflexão e oportunidade para melhoria dos serviços prestados pelo transporte escolar?

- a) Sim, em todos os episódios
- b) Sim, em alguns episódios
- c) Raramente
- d) Não forneceu recursos adicionais

3 – Para você, o podcast foi interessante e envolvente?

- a) Muito interessante
- b) Interessante
- c) Pouco interessante
- d) Não foi interessante

4 – Você sentiu que o podcast atendeu às suas expectativas em relação ao tema do transporte escolar?

- a) Sim, totalmente
- b) Sim, em parte
- c) Não, mas foi informativo
- d) Não atendeu às expectativas

5 - Você recomendaria este podcast a alunos interessados no tema do transporte escolar?

- a) Definitivamente sim
- b) Sim, provavelmente
- c) Talvez, dependendo do interesse
- d) Não, não recomendaria

6 - Você recomendaria este podcast a professores interessados no tema do transporte escolar?

- a) Definitivamente sim
- b) Sim, provavelmente
- c) Talvez, dependendo do interesse
- d) Não, não recomendaria

7 - Você recomendaria este podcast a gestores escolares interessados no tema do transporte escolar?

- a) Definitivamente sim
- b) Sim, provavelmente
- c) Talvez, dependendo do interesse
- d) Não, não recomendaria

8 - Você recomendaria este podcast a membros da comunidade (pais e vizinhos da escola) interessados no tema do transporte escolar?

- a) Definitivamente sim
- b) Sim, provavelmente
- c) Talvez, dependendo do interesse
- d) Não, não recomendaria

Questões Subjetivas:

1 – Quais foram os aspectos mais relevantes do podcast que você destacaria como pontos fortes?

2 – Quais sugestões de melhoria você pode apontar para tornar o podcast ainda mais educacional, informativo e envolvente?

Local e data

Responsável pela Avaliação

ANEXO A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
DELTA DO PARNAÍBA -
UFDPA**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL

Pesquisador: Rafael Fernandes de Mesquita

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68709423.8.0000.0192

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campus

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.053.619

Apresentação do Projeto:

O Projeto "AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL" proposto pelo Pesquisador Responsável Rafael Fernandes de Mesquita e Pesquisador Assistente Sebastião Barbosa Carvalho traz como pergunta "Como tem sido o desenvolvimento de escolas de educação profissional situadas em ambientes rurais ou afastadas dos centros urbanos? Os proponentes colocam que a presente pesquisa "contempla a trajetória da educação profissional rural brasileira, observando os desafios e avanços, de 1909 a contemporaneidade; aborda os marcos legais do ensino profissionalizante no país, sobretudo no Piauí, em se tratando de educação profissional rural. Considerar-se-á ainda experiências de educação profissional rural/do campo e como locus da pesquisa as condições de desenvolvimento do Centro Estadual de Educação Profissional Rural Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha, localizado na periferia da cidade de Barras-Piauí, a partir de uma pesquisa qualitativa."

(Compilação dos itens "1 INTRODUÇÃO" e "1.1 Pergunta da Pesquisa" ambos do arquivo "Projeto_de_Pesquisa.pdf").

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa traz como objetivo geral:

"- Analisar como tem sido o desenvolvimento do Centro Estadual de Educação Profissional Rural

Endereço: Av. SÃO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01

Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA

CEP: 64.202-020

UF: PI

Município: PARNAÍBA

Telefone: (86)3323-5125

E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br

Página 01 de 05

Endereço: Av. SÃO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01

Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA

CEP: 64.202-020

UF: PI

Município: PARNAÍBA

E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br

Página 04 de 05

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
DELTA DO PARNÁIBA -
UFDPA



Continuação do Parecer: 6.053.019

Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha, Barras-PI, uma escola situada em ambiente afastado do centro urbano e que atende comunidades rurais."

Como objetivos específicos são trazidos:

- Conhecer a estrutura administrativa e a organização político-pedagógica do CEEPRU de Barras-PI;
- Identificar elementos que obstaculizam ou facilitam o desenvolvimento de suas atividades;
- Compreender a relação das condições socioeconômicas da comunidade em que se insere a escola com o seu desenvolvimento;
- Elaborar um produto educacional em forma de documentário em vídeo contendo a situação vivenciada pelos alunos do campo que fazem uso do transporte escolar."

(Compilação do item "1.2 Objetivo Geral" e "1.3 Objetivos Específicos" - arquivo "Projeto_de_Pesquisa.pdf").

avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os proponentes destacam: "Nesta pesquisa, os riscos para o(a) Senhor(a) podem ser o constrangimento ou desconforto em relatar suas vivências, um possível sentimento de invasão de privacidade; a resposta a questões que podem ser interpretadas como sensíveis; tomar seu tempo ao responder a entrevista. As estratégias para minimização destes riscos são: a garantia de confidencialidade durante todo o processo a partir do uso de codinomes ou códigos para identificar as transcrições das entrevistas; a abordagem cuidadosa durante as entrevistas e o aceite tranquilo dos pesquisadores à recusa em participar da pesquisa a qualquer momento."

Os proponentes colocam que "São esperados, como benefícios para os participantes da pesquisa: a oportunidade de tomar públicos relatos de experiências que podem ser comuns a outras escolas em situações similares, contribuindo para a elaboração e avaliação de políticas públicas e seu alcance." (Compilação do "Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)", constante no arquivo "Projeto_de_Pesquisa.pdf").

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considera-se a pesquisa importante e necessária, com contribuição social e política efetiva neste campo do conhecimento. Os próprios proponentes destacam que pretendem "Tomar públicos relatos de experiências que podem ser comuns a outras escolas em situações similares, contribuindo para a elaboração e avaliação de políticas públicas e seu alcance."

Endereço: Av. SAO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01
Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA CEP: 64.202-020
UF: PI Município: PARNAIBA
Telefone: (86)3523-5125 E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br

Página 02 de 05

Endereço: Av. SAO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01

Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA CEP: 64.202-020

UF: PI Município: PARNAIBA

E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br

Página 04 de 05

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
DELTA DO PARNAÍBA -
UFDPA**



Continuação do Parecer: 6.053.612

(Compilação dos item "Desfecho Secundário" - arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2108566.pdf").

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados, inclusive, além do TCLE, o TALE e o TCU. O cronograma encontra-se condizente com as etapas propostas.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, a Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa. Solicita-se que seja enviado ao CEP/UFDPA o relatório parcial e o relatório final desta pesquisa.

1° Em atendimento as Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar ao CEP RELATÓRIOS PARCIAIS (semestrais) e FINAL. O relatório deve ser enviado pela Plataforma Brasil em forma de "notificação";

2° Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação do CEP, como EMENDA. Deve-se aguardar parecer favorável do CEP antes de efetuar as modificações.

3° Justificar fundamentadamente, caso haja necessidade de interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

4° O Comitê de Ética em Pesquisa não analisa aspectos referentes a direitos de propriedade intelectual e ao uso de criações protegidas por esses direitos. Recomenda-se que qualquer consulta que envolva matéria de propriedade intelectual seja encaminhada diretamente pelo pesquisador ao Núcleo de Inovação Tecnológica da Unidade.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av. SÃO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01
 Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA CEP: 64.202-020
 UF: PI Município: PARNAIBA
 Telefone: (66)3323-5125 E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br

Página 03 de 05

Endereço: Av. SÃO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01
 Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA CEP: 64.202-020
 UF: PI Município: PARNAIBA
 E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br

Página 04 de 05

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
DELTA DO PARNAÍBA -
UFDPar**



Continuação do Parecer: 6.053.619

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2108366.pdf	10/05/2023 23:49:37		Aceito
Outros	Curriculo_Lattes2.pdf	10/05/2023 23:45:13	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes.pdf	10/05/2023 23:38:59	Rafael Fernandes de Mesquita	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA3.pdf	10/05/2023 23:09:33	Rafael Fernandes de Mesquita	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento_UFDPar.pdf	13/04/2023 00:35:02	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA2.pdf	13/04/2023 00:30:13	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Outros	TCUD_CEP_UFDPar.pdf	13/04/2023 00:28:58	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	13/04/2023 00:28:09	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_CEP_UFDPar.pdf	13/04/2023 00:27:08	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_dos_Pesquisadores.pdf	13/04/2023 00:26:19	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Cronograma	Cronograma_da_Pesquisa.pdf	13/04/2023 00:22:22	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_UFDPar.pdf	13/04/2023 00:22:04	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Projeto.pdf	13/04/2023 00:15:46	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Declaração de concordância	Oficio_CEP_07_2023.pdf	29/03/2023 22:13:46	MANOEL DIAS DE SOUZA FILHO	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	Oficio_CEP_08_2023.pdf	29/03/2023 22:13:46	MANOEL DIAS DE SOUZA FILHO	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	27/03/2023 21:51:53	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Outros	EntrevistaSemiestruturada.pdf	23/03/2023 11:38:21	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito

Endereço: Av. SAO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01

Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA

CEP: 64.202-020

UF: PI

Município: PARNAIBA

Telefone: (86)3323-5125

E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br

Página 04 de 05

Endereço: Av. SAO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01

Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA

CEP: 64.202-020

UF: PI

Município: PARNAIBA

E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br

Página 04 de 05

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
DELTA DO PARNAÍBA -
UFDPA**



Continuação do Parecer: 0.053.010

Outros	TermodeConfidencialidade.pdf	23/03/2023 11:30:58	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DeclaracaodaInstituicao.pdf	23/03/2023 11:25:02	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito
Orçamento	OrcamentodaPesquisa.pdf	23/03/2023 11:23:34	SEBASTIAO BARBOSA CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PARNAIBA, 11 de Maio de 2023

Assinado por:

MANOEL DIAS DE SOUZA FILHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. SAO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01
Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA CEP: 64.202-020
UF: PI Município: PARNAIBA
Telefone: (86)3323-5125 E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br

Página 03 de 05

Endereço: Av. SAO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01

Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA **CEP:** 64.202-020

UF: PI

Município: PARNAIBA

E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br

ANEXO B

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEDUC) – SEDUC
2ª GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – 2ª GRE
CEEPRU PROFESSORA MARIA DE JESUS CARVALHO ROCHA



DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Eu, José Francisco dos Santos Régio, Diretor do Centro Estadual de Educação Profissional Rural (CEEPRU) Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha, localizado em Barras-PI, venho por meio desta informar a V. Sa. que autorizo a realização da pesquisa intitulada "AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE UM CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RURAL" desenvolvida pelo mestrando Sebastião Barbosa Carvalho, Matrícula 20221PROFEPT0146, do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba, sob orientação do Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita, docente do programa.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados; dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. Nesse sentido, autorizo a realização das etapas de observação e entrevistas junto à direção, coordenação pedagógica, professores e alunos da 3ª série do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio desta instituição.

Barras (PI), 21 de março de 2023.


José Francisco dos Santos Régio
Diretor do Centro Estadual de Educação Profissional Rural (CEEPRU)
Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha
Aut. Port. GRE Nº 2629/2017
CPF: 775.154.123-72

Centro Estadual de Educação Profissional – SEDUC
Av. São Sebastião, 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01
Barras-PI, CEP: 64.202-020
Fone: (86) 3514-3589

Secretaria de Estado de Educação – SEDUC
Av. São Sebastião, 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01
Barras-PI, CEP: 64.202-020
Fone: (86) 3514-3589

Endereço: Av. SAO SEBASTIAO 2819, Setor II, Bloco 3, Pavimento 3º, Lado Oeste, Sala 01

Bairro: NOSSA SENHORA DE FATIMA

CEP: 64.202-020

UF: PI

Município: PARNAIBA

E-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br